

Carla de Brito Reis
Maria Jaqueline Elichier

Volume | 3

Geografia na Educação 2





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia na Educação 2

Volume 3

Carla de Brito Reis

Maria Jaqueline Elichier



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Rosana de Oliveira

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Carla de Brito Reis

Maria Jaqueline Elichier

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Anna Maria Osborne

Marcelo Bastos

COORDENAÇÃO DE LINGUAGEM

Cyana Leahy-Dios

Maria Angélica Alves

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO

MATERIAL DIDÁTICO

Débora Barreiros

AVALIAÇÃO DO MATERIAL

DIDÁTICO

Ana Paula Abreu Fialho

Aroaldo Veneu

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

COPIDESQUE

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Elaine Barbosa

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Verônica Paranhos

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B862g

Brito Reis, Carla de.

Geografia na educação 2. v. 3 / Carla de Brito Reis; Maria Jaqueline Elichier. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

118p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85-7648-225-8

1. Geografia no ensino. 2. Deslocamentos populacionais. 3. Urbanização. 4. Brasil regional. I. Elichier, Maria Jaqueline. II. Título.

CDD: 372.891

2010/1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 19	– A ocupação do território fluminense – Recôncavo da Guanabara: defesa, disputa e ocupação _____	7
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 20	– As baixadas litorâneas e a baixada campista: turismo, cana-de-açúcar e petróleo _____	25
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 21	– Subindo a serra – o caminho do ouro hoje atrai turismo e proporciona abastecimento agrícola _____	45
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 22	– Vale do Paraíba: o café, o gado, a indústria, o turismo e a degradação ambiental _____	59
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 23	– Litoral sul fluminense: dos caminhos do ouro à exploração turística _____	71
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 24	– Noroeste fluminense: da opulência dos barões do café ao esvaziamento econômico e demográfico _____	83
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 25	– Rio de Janeiro: território do petróleo, dos serviços ou da Mata Atlântica? _____	95
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Referências	_____	113

A ocupação do território fluminense – Recôncavo da Guanabara: defesa, disputa e ocupação

AULA

19

Meta da aula

Explicar o processo de ocupação do estado do Rio de Janeiro e a sua importância no contexto socioeconômico e ambiental do país.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Caracterizar as diferentes etapas da ocupação do espaço fluminense.
- Identificar as transformações ocorridas no território fluminense, de acordo com a atividade econômica dominante no país.
- Apontar os efeitos da industrialização no crescimento econômico e nas transformações espaciais do Rio de Janeiro.
- Reconhecer as características da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, seu processo de formação e situação atual.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo da Aula 14 sobre o processo de formação da região Centro-Sul como aspecto relevante no desenvolvimento socioespacial da região.

INTRODUÇÃO

Você nasceu ou vive no estado do Rio de Janeiro, não é? Por isso, é importante conhecer melhor o seu estado. Esta aula se propõe justamente a aprofundar o estudo das características sobre a ocupação do território fluminense, bem como entender como se processaram as mudanças sociais e espaciais, por decorrência das interferências políticas e econômicas.

O estado do Rio de Janeiro tem características bastante peculiares, como, por exemplo, o fato de corresponder a uma das menores unidades políticas de nossa federação – 43.900km² – e apresentar uma das mais altas densidades demográficas do país – mais de 300 hab./km². Vamos ver como se concretizam essas singularidades no espaço geográfico.

OS “CAMINHOS” DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO FLUMINENSE

ESTADOS JURÍDICOS

Desde a formação da Província do Rio de Janeiro, no período colonial, até a década de 1970, o Rio de Janeiro cumpriu inúmeros papéis de representação jurídica. Foi, por exemplo, Província, Município Neutro da Corte, Distrito Federal e estado e capital de si mesmo, por ocasião da criação do estado da Guanabara.

O Rio de Janeiro possui um território com características próprias, a mais marcante delas é o fato de ter passado por vários “ESTADOS JURÍDICOS”.

O Rio de Janeiro já abrigou a capital do país, de 1763 até 1960, quando o Distrito Federal se transferiu para Brasília. Entre 1960 e 1975 constituiu o estado da Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro era capital de si mesma), quando ocorreu a fusão deste com o antigo estado do Rio de Janeiro, que tinha como capital Niterói. Assim, só em 1975 foi institucionalizado o território do atual estado do Rio de Janeiro.

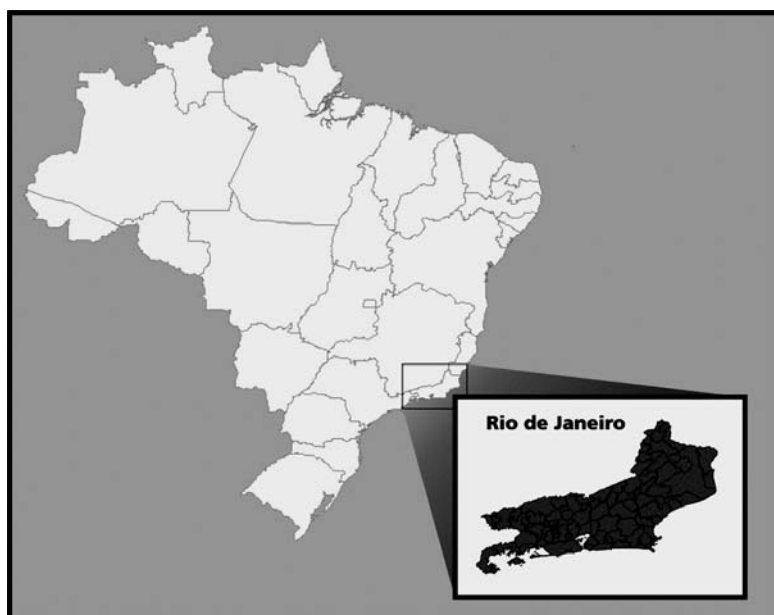


Figura 19.1: O estado do Rio de Janeiro no Brasil.

Com a anexação do estado da Guanabara ao antigo estado do Rio de Janeiro, Niterói perdeu seu *status* político-administrativo e passou a exercer apenas a função de sede municipal, sofrendo um esvaziamento considerável de sua economia. Mas, no geral, diz-se que a constituição desses inúmeros estados jurídicos, que outrora separaram a atual cidade do Rio de Janeiro do restante do estado, provocou uma cisão espacial que marcou para sempre a história do estado. Por várias décadas após a anexação e, inclusive, nos dias de hoje, é comum ouvirmos a afirmação de que não existe uma relação de identidade entre a região metropolitana e o interior, e que a falta dessa relação mais estreita, de identificação, tem atrapalhado o desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro.

A fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, ocorreu a partir da criação da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Capítulo II. Seção I.

Art. 8º Os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passarão a constituir um único Estado, sob a denominação de estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975.

A cidade do Rio de Janeiro será a capital do estado.

Pode-se dizer que a constituição dos diferentes estados jurídicos pelos quais o Rio de Janeiro passou se iniciou quando a faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro foi descoberta, nas primeiras expedições que exploraram o litoral brasileiro.

Com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, ainda no século XVI, a atual área do Rio de Janeiro abrangia as capitanias de São Tomé e São Vicente. Essa parte do litoral atraiu a cobiça dos franceses que, em 1555, invadiram a baía de Guanabara e fundaram a França Antártica. Para conseguir expulsar os franceses e marcar a posse do território, a expedição de Estácio de Sá iniciou o povoamento, com a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

No início do século XVII, foram doadas muitas sesmarias em terras do Rio de Janeiro, onde se cultivava a cana-de-açúcar e se criava o gado. Foi nesse período que as capitanias que formavam parte das terras do atual estado do Rio de Janeiro foram reunidas em uma só capitania, dando origem à capitania do Rio de Janeiro.

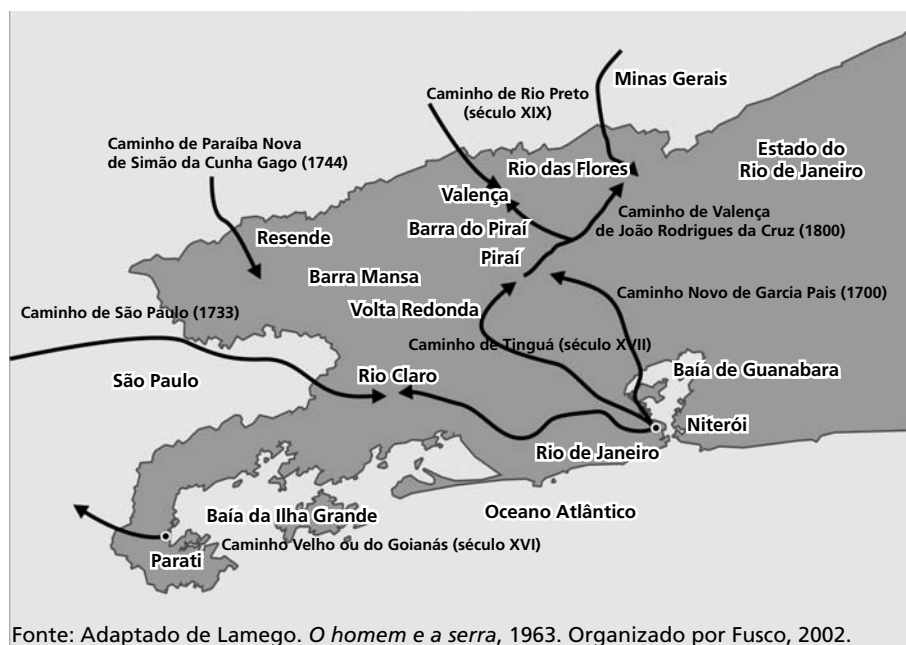
Mas foi apenas no século XVIII, com a descoberta do ouro na região das Minas Gerais, que o Rio de Janeiro adquiriu maior importância no contexto nacional. Até então, o Rio de Janeiro era apenas mais uma das províncias que servia aos interesses da Coroa.

Após a descoberta do ouro, foi aberto o chamado “Caminho Novo” que passou a ligar Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Quando a cidade do Rio de Janeiro se tornou o principal porto de saída do ouro em direção à Metrópole, ela foi alçada à capital do Brasil (em 1763), substituindo Salvador no cargo de capital do vice-reinado. A chegada da Família Real, em 1808, e sua pronta instalação na cidade do Rio de Janeiro, apenas serviu para fortalecer a nova função da cidade.

No novo caminho do ouro, surgiram centros urbanos na área do atual estado do Rio de Janeiro, como Vassouras e Paraíba do Sul. Todas funcionavam em torno das atividades auríferas, mas, com o esgotamento das lavras e de sua decadência, no início do século XIX, a população teve de se voltar para as atividades agropecuárias. Foi o que aconteceu na Baixada Campista, que acabou se especializando na lavoura canaveira.

No século XIX, ocorreu também a expansão do cultivo do café, que se iniciou no Rio de Janeiro, ocupou várias áreas de baixada em torno da baía de Guanabara e as encostas mais próximas. Usando mão-de-obra escrava, o café passou da Baixada Fluminense para o Vale do Paraíba. Alguns portos – como Angra dos Reis e Parati – ligados ao Vale do Paraíba por caminhos estreitos, que desciam a Serra do Mar, alcançaram grande prestígio econômico. Esses portos entraram em decadência quando a ferrovia passou a levar as exportações para o porto do Rio de Janeiro e para o de Santos.

Com a era cafeeira, o Rio de Janeiro se firmou não só como capital política e administrativa, mas também como capital econômica e cultural.



Fonte: Adaptado de Lamego. *O homem e a serra*, 1963. Organizado por Fusco, 2002.

Figura 19.2: Caminhos abertos na região do médio Vale do Paraíba fluminense e de seus arredores.



Aí vai uma dica: veja com seus colegas e professores do pólo como podem ser observadas as marcas do ciclo do café no estado do Rio de Janeiro. Atualmente, antigas fazendas de café, na região de Valença, Vassouras e Barra do Piraí, estão abertas à visitação pública – algumas se transformaram em hotéis-fazenda, atendendo ao surgimento do turismo como opção econômica frente à crise da cafeicultura.

ATIVIDADE



1. O Rio de Janeiro foi, durante 197 anos, a capital do país. Dessa forma, identifique a atividade que deslocou o eixo econômico e político do Nordeste para o Rio de Janeiro, no século XVIII, explicando como ocorreu esse processo.

RESPOSTA COMENTADA

Para atender ao objetivo de caracterizar as diferentes etapas da ocupação do território fluminense, você deverá ter entendido que, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, uma região que não é banhada pelo mar, havia a necessidade de encontrar uma porta de saída para a riqueza mineral ser enviada para a metrópole. Descendo a serra da Mantiqueira e depois a serra do Mar, foi aberto o caminho do ouro, o "Caminho Novo", caminho mais curto entre as Minas Gerais e o mar. O porto do Rio de Janeiro tornou-se a saída natural para o ouro e a cidade cresceu em importância devido a isso. Percebe-se, assim, o deslocamento do eixo econômico e político do Brasil para o Sudeste com a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro, em 1763. Até então a capital do vice-reinado era Salvador.

OS EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO ESPAÇO FLUMINENSE

Como você já viu em aulas anteriores, o café criou condições para a industrialização, dando bases financeiras, infra-estrutura de transportes e de energia, proporcionando o desenvolvimento do setor de serviços – bancos, comércio, transporte urbano etc.

O crescimento industrial no Brasil até 1930 caracterizava-se pela concentração espacial no Sudeste. No censo de 1920, 65,3% da produção industrial brasileira concentrava-se nessa região e, desse total, o Rio de Janeiro participava com 28,2%.

Nessa época, o Rio de Janeiro possuía:

- expressivo mercado consumidor, pois a cafeicultura tinha atraído grande contingente populacional e formado numerosa classe média urbana;
- grande contingente de mão-de-obra;
- rede ferroviária eficiente para a época;
- energia elétrica – o grupo Ligth and Power Company eletrificou a cidade em 1905;
- uma significativa rede bancária e comercial.

Além disso, nessa época, o Rio de Janeiro já contava com cerca de 1 milhão de habitantes (São Paulo tinha apenas 100 mil), pois abrigava a capital e o maior porto do país.

O Rio de Janeiro abre, portanto, o século XX como a capital do principal produtor de café do mundo. No entanto, foi necessário resolver certas contradições espaciais para que pudesse concretizar sua importância no contexto nacional e mesmo internacional. O prefeito Pereira Passos realizou uma grande reforma urbana (1902-1906), a maior transformação já feita até esse momento no espaço carioca. A nova sociedade que se desenvolvia, de certa forma, exigia mudanças, tais como:

- o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte, o automóvel, que não condizia com as carroças e animais que circulavam no centro da cidade;
- a presença das sedes dos poderes político e econômico no centro da cidade, que contrastava com os quarteirões de cortiços habitados por trabalhadores urbanos pobres;
- a população expulsa dos cortiços e aquela que era atraída para a cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil passaram a ocupar, efetivamente, os subúrbios menos assistidos pelo estado e fizeram da favela uma alternativa de moradia próxima aos locais de trabalho.



Figura 19.3: Pereira Passos e rua em processo de reconstrução durante a Reforma Passos.

Assim, o espaço geográfico do Rio de Janeiro, como nos demais centros industriais do mundo, passou a ser organizado para atender à nova ordem social, ou seja, às duas novas classes sociais do país, a burguesia industrial e o operariado. Criaram-se vilas e bairros que separavam nitidamente patrões e empregados. Nessa época, surgiram os bairros de São Cristóvão, Laranjeiras, Gávea e Bangu. Muitos trabalhadores viviam em cortiços ou em favelas e, assim, o poder econômico estabeleceu uma segregação espacial marcante, conforme você viu na Aula 2.

A distribuição espacial da indústria no estado do Rio de Janeiro obedeceu à direção das vias férreas. Com a construção das ferrovias D. Pedro II, linha auxiliar, Leopoldina Railway e Estrada de Ferro Rio d'Ouro, estruturaram-se os subúrbios cariocas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a expansão metropolitana ocorreu em direção às rodovias BR-040 (Rio–Petrópolis–Juiz de Fora), BR-116 (trechos da Rio–São Paulo e, mais tarde, Rio–Magé–Teresópolis) e à Baixada de Jacarepaguá, povoando a Baixada de Sepetiba com os núcleos de Campo Grande, Santa Cruz, Itaguaí e Mangaratiba. De 1930 até o final dos anos 1950, começou o processo de parcelamento e venda de terras férteis da Baixada Fluminense e da região do município de São Gonçalo, anteriormente usadas no cultivo da laranja e outras culturas.

PARCELAMENTO FUNDIÁRIO

A periferia metropolitana se expandiu e cresceu sobre áreas onde antes era praticada a agricultura, em antigas fazendas ou sítios. Essas áreas foram transformadas em loteamentos, na maioria das vezes, populares. O parcelamento fundiário trata exatamente da divisão de áreas de terras maiores em pequenos lotes, nesse caso, para uso da expansão urbana.

O crescimento da periferia metropolitana realizou-se sem qualquer planejamento ou investimentos em equipamentos e serviços de infraestrutura básicos que pudessem acompanhar o crescimento da população e do **PARCELAMENTO FUNDIÁRIO**. A partir da década de 1950, houve maior controle do governo do estado sobre as áreas centrais da capital e uma política de remoção de favelas, especialmente daquelas localizadas em bairros nobres, o que acelerou ainda mais o processo de ocupação da periferia metropolitana, que passou a abrigar também a população expulsa das áreas mais nobres da capital.



Aí vai uma dica: estimule seus alunos a visitar museus e também exposições que mostram a evolução da ocupação da cidade e do estado do Rio de Janeiro, através de fotos e pinturas. É interessante ainda a visita a antigos estabelecimentos industriais como as antigas fábricas de tecidos hoje transformadas em *shopping centers* (exemplo: Nova América, Boulevard e outros centros comerciais espalhados por várias cidades do estado).



ATIVIDADE

2. No início do século XX, surge um grande número de estabelecimentos industriais no Rio de Janeiro. Inicialmente esses estabelecimentos se fixaram no centro da cidade e depois começaram a se transferir para outros bairros.

- Aponte as causas dessa transferência.
- Apresente as conseqüências da expulsão de parte da população do centro da cidade.

RESPOSTA COMENTADA

Como forma de identificar a relação existente entre as atividades econômicas dominantes no país e as transformações no território, você precisa ter entendido que a reforma urbana de Pereira Passos e o aumento do custo dos terrenos na área central (novo filão de exploração imobiliário) determinaram a transferência das indústrias para a periferia urbana. São Cristóvão, por exemplo, apresentava condições favoráveis, pois se situava próximo do porto e dos ramais ferroviários, assim como possuía uma infra-estrutura decorrente do fato de ter sido área de residência da nobreza no império.

A população expulsa do centro da cidade, onde já não cabiam os cortiços com a abertura de novas avenidas, procurou alternativas mais baratas e encontrou na formação de favelas uma solução, ainda que bastante precária.

A REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO FLUMINENSE

O espaço regional fluminense, a partir da influência de diversos fatores, passou a ser reconhecido pela existência de várias sub-regiões, cada uma delas com características próprias.

Essa divisão foi estabelecida pelo CIDE (Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro) que é um órgão vinculado ao Governo do Estado e que possui, entre suas principais atividades, o levantamento de informações e a tabulação de dados estatísticos. Esse órgão estabeleceu uma regionalização com o principal objetivo de planejamento e execução de políticas públicas por parte do Governo do Estado. Veja a seguir as regiões oficiais, estabelecidas pelo CIDE, que recebem o nome de Regiões de Governo. Existem, entretanto, outras formas de regionalização, como a regionalização turística, a regionalização da Emater e do Sebrae, mas sobre as quais não nos aprofundaremos.

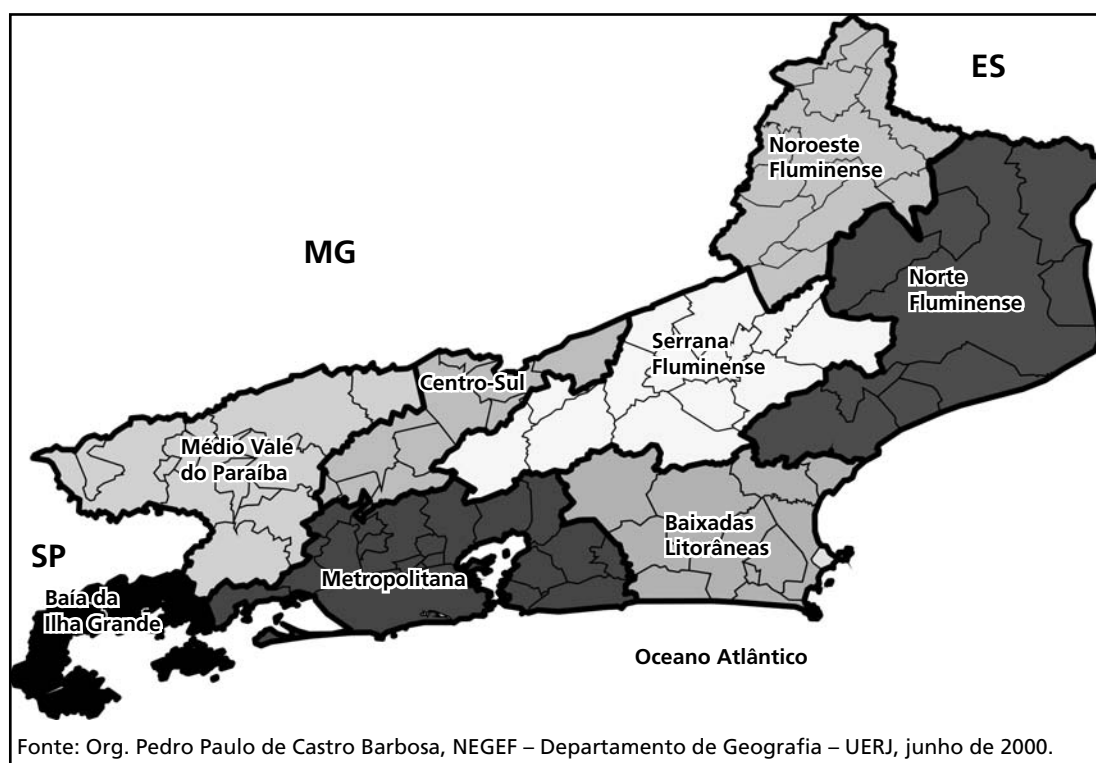


Figura 19.4: As sub-regiões do estado do Rio de Janeiro.

Trataremos, nesta e nas aulas seguintes, de cada uma dessas regiões, comentando as diferenças entre elas, suas particularidades e os fatores geoistóricos que acabaram influenciando em sua organização socioespacial. A regionalização apresentada na **Figura 19.4** apresenta todas as regiões de governo que compõem o estado do Rio de Janeiro. No entanto, em nossas aulas, algumas dessas regiões serão incorporadas no conteúdo que tratará da região polarizadora mais próxima, como é o caso da região Centro-Sul fluminense que será abordada ao tratarmos do Vale do Paraíba. Vamos iniciar conhecendo um pouco mais das características da região metropolitana, uma das mais importantes do estado.

A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO POPULACIONAL RUMO À PERIFERIA

A configuração territorial que surge com a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, corresponde a uma área dominada pelo porte da região metropolitana. Pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE), a população da região metropolitana representa 75,6% da população estadual.

Como você viu anteriormente, as regiões metropolitanas brasileiras foram criadas por lei aprovada no Congresso Nacional, em 1973, que as definiu como “um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infra-estrutura comum”.

Assim, a região metropolitana do Rio de Janeiro surgiu como consequência da expansão industrial e do natural deslocamento de grande contingente populacional em direção à periferia metropolitana. As atividades industriais e alguns serviços se espalharam em direção à Baixada Fluminense e para o lado oriental da baía de Guanabara, onde se destacam hoje os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

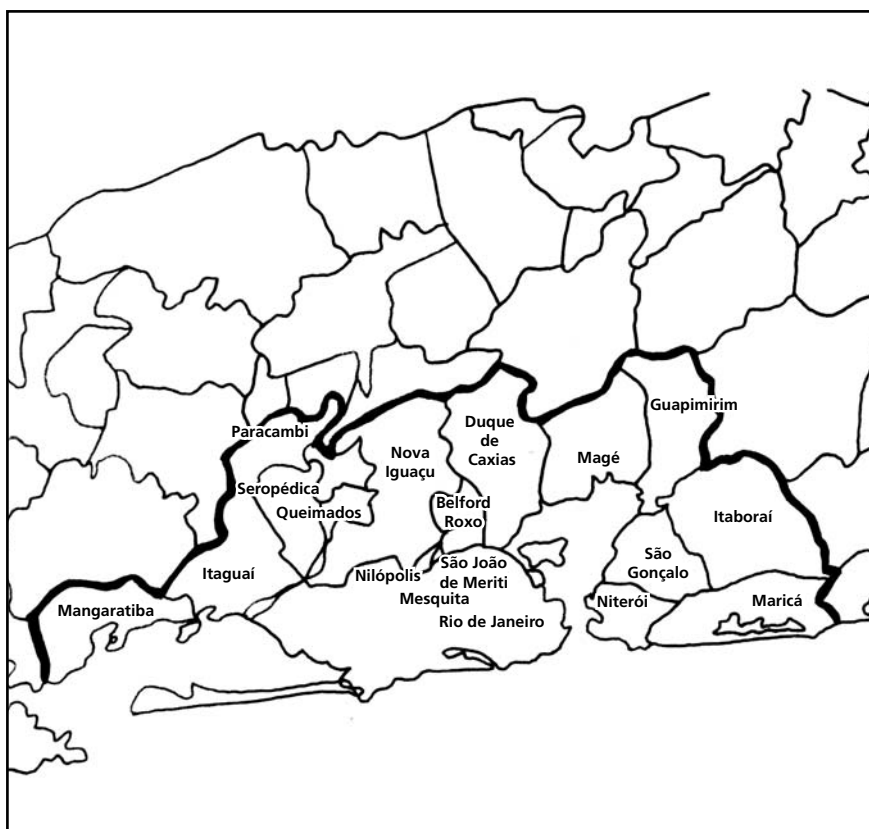


Figura 19.5: Principais eixos de expansão da metrópole fluminense.

Sobre as características da expansão urbana a partir dos eixos rodoviários, apresentadas na **Figura 19.5**, podemos dizer que:

- no eixo I, a expansão ocorre em direção aos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, antes dominados pela atividade rural, mas que hoje vêm recebendo atividades como a indústria e o turismo;
- no eixo II, a expansão se dá em direção à Baixada Fluminense, com alta densidade demográfica, principalmente de população de baixa renda e predomínio de atividades secundárias e terciárias;
- no eixo III, a expansão se verifica rumo aos municípios de Niterói, São Gonçalo e Região dos Lagos, onde o turismo e a atividade industrial se destacam.

A expansão da metrópole pelo Recôncavo da Guanabara (área em torno da baía de Guanabara) ocorreu principalmente ao longo das vias de circulação (rodovias, ferrovias) que facilitavam o contato com a metrópole.

A presença de extensas áreas de topografia suave ou plana e a inexistência de formas de relevo que impedissem as comunicações terrestres entre a metrópole e seu recôncavo constituíram fatores importantes para a ampliação do espaço urbano nessa direção. As águas da baía de Guanabara, permitindo o transporte marítimo, e mais tarde a ponte Rio–Niterói foram também fatores decisivos para a integração de vários municípios à metrópole carioca.

A NATUREZA QUE O HOMEM DESTRÓI

As características naturais da região metropolitana e os problemas ambientais decorrentes de sua ocupação são uma importante questão a ser tratada quando buscamos entender as transformações ocorridas no espaço original dessa área do estado.

A maioria dos rios que deságuam na baía de Guanabara tem suas nascentes na serra do Mar. Quando as águas desses rios descem pelos terrenos inclinados das escarpas da serra (suas águas ainda são cristalinas) e encontram as áreas de baixada, acabam recebendo grande quantidade de poluentes. Essa é uma das causas da atual situação de degradação da baía de Guanabara, que apresenta um forte **ASSOREAMENTO** dos rios e alto índice de contaminação das águas da baía. A contaminação se dá tanto pelos sedimentos fluviais, como pelo esgoto domiciliar e industrial, produzido numa área com elevado número de habitantes e estabelecimentos produtivos.

ASSOREAMENTO

Trata-se de um “entupimento” dos rios com sedimentos, que diminui a área de vazão das suas águas, o que pode produzir um enchimento mais acelerado dos rios e canais e provocar enchentes.

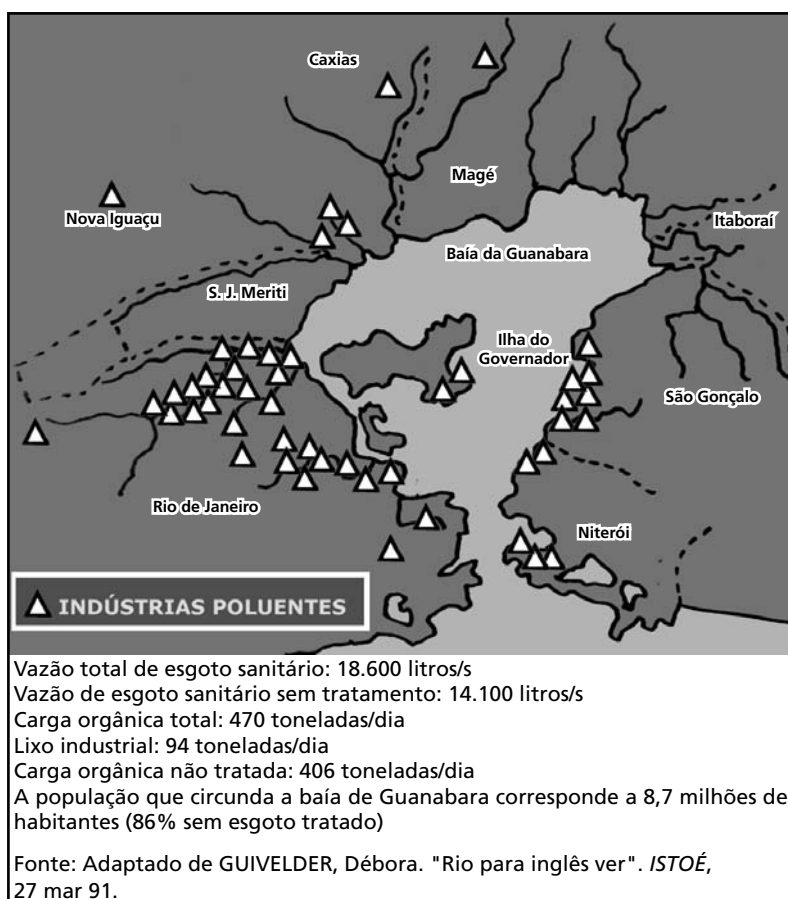


Figura 19.6: Contribuição dos municípios adjacentes à poluição da baía da Guanabara.

A orla costeira da baía já foi recoberta, em grande parte, por manguezais, que correspondem a uma das vegetações mais ricas do planeta. No entanto, essas áreas foram sendo aterradas para a expansão do sítio urbano, iniciando-se a partir da área central da cidade do Rio de Janeiro, indo em direção à zona sul. Para que vias de circulação de automóveis e aeroportos fossem construídos, uma parcela considerável da área dos manguezais foi sacrificada, tudo em nome do progresso, da vida moderna.

Os mangues se desenvolvem nos litorais protegidos de ondas, na desembocadura dos rios e apresentam plantas adaptadas ao excesso de luminosidade; têm solo salino, pelo alagamento durante a maré cheia, e constituem área de procriação de várias espécies, por causa da alta percentagem de matéria orgânica. Atualmente, sofrem intensa degradação pela instalação de indústrias e pela urbanização. Os constantes aterros e os despejos de esgoto são grandes ameaças aos manguezais cariocas.

Outra riqueza abundante outrora, no território fluminense, são as florestas. Muito se fala hoje da Mata Atlântica, a floresta que recobre as encostas da serra do Mar voltadas para o oceano Atlântico e uma das poucas formações naturais citadas especificamente pela Constituição Brasileira, em seus dispositivos sobre proteção ambiental.

A Mata Atlântica abriga uma grande variedade de árvores e arbustos. Desde o período colonial, essa mata foi, em parte, devastada em busca de madeiras nobres para a construção de casas, igrejas e engenhos. Mas a grande devastação veio com a construção de ferrovias e rodovias ligando o planalto ao litoral, por ocasião da expansão da urbanização, principalmente. Outro objetivo do desmatamento hoje é a procura de plantas para fins de ornamentação, como orquídeas, samambaias, folhagens, xaxim.

A Mata Atlântica é chamada latifoliada, por causa da grande quantidade de árvores e arbustos de folhas largas. Ali encontramos plantas que vivem à sombra, como os bicos de papagaio, de vistosas flores vermelhas e outras espécies aparentadas com as bananeiras, que se enroscam em torno dos caules e ramos das árvores mais altas. Para relembrar o processo de destruição da Mata Atlântica na costa brasileira reveja a **Figura 1.4**, apresentada ao final da Aula 1.

A DESORDEM SOCIAL

Atualmente, são quase 11 milhões de habitantes que ocupam os 17 municípios da região metropolitana. Ela concentra 74% da população do estado e 68% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Na capital, estão, portanto, 54% da população e 76% do PIB da região. Mas, na prática, a região metropolitana funciona como se fosse uma cidade única, indiferente às divisas geográficas. Veja o exemplo: em Nilópolis, São João de Meriti e Belford Roxo (municípios da região metropolitana), 20% da população exercem alguma atividade profissional ou estudam fora do município; e essa é uma realidade comum a praticamente todos os municípios que compõem a região metropolitana.

O Grande Rio é, portanto, uma grande metrópole, a segunda mais industrializada do país. Entretanto, essa magnitude espacial, que cresceu sem ordenamento e planejamento, trouxe à região metropolitana problemas imensos, como podemos destacar a seguir:

- desigualdade na distribuição da renda;
- altos índices de criminalidade;
- favelização em ritmo crescente, sem saneamento básico;

- agravamento da poluição da baía de Guanabara;
- falta de políticas integradas, sobretudo, nas áreas de saúde e transportes.

Os municípios da região metropolitana têm uma série de problemas comuns, como a violência e a deficiência no sistema de saúde pública ou a falta de redes de esgoto e outras infra-estruturas básicas. Valas a céu aberto são uma realidade nessa região. Dados do IBGE mostram que 37% dos domicílios (1.185.572) não contam com rede de esgoto. Em Seropédica, o percentual chega a 88,7%, e nos municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé e Tanguá, ultrapassa os 70%. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói, mais de 20% das casas não têm saneamento.

Veja mais alguns indicadores da realidade da região metropolitana do Rio de Janeiro:

Tabela 19.1: Indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana do RJ

Municípios	População	IDH	PIB <i>per capita</i> **	Percentual de idosos
Rio de Janeiro	5.857.904	0,842	18.289	12%
São Gonçalo	891.119	0,782	4.498	9,2%
Duque de Caxias	775.456	0,753	17.237	7,9%
Nova Iguaçu	754.519	0,762	4.630	8%
Niterói	459.451	0,886	12.449	13,7%
S. João de Meriti	449.476	0,774	3.767	8,7%
Belford Roxo	434.474	0,742	3.961	7,2%
Magé	205.830	0,746	3.542	8,5%
Itaboraí	187.479	0,737	3.293	7,4%
Mesquita	166.080	*	4.620	8,7%
Nilópolis	153.712	0,788	4.539	10,64%
Queimados	121.993	0,732	4.757	7,4%
Japeri	83.278	0,724	2.145	7,3%
Seropédica	65.260	0,759	4.582	8,2%
Paracambi	40.475	0,771	5.059	9,9%
Guapimirim	37.952	0,739	5.127	8,3%
Tanguá	26.057	0,722	3.517	8,2%

Fonte: IBGE (1998).

* Não há dados disponíveis sobre o IDH de Mesquita.

** Em reais, por ano.

Como podemos observar também nos dados numéricos, há grandes disparidades entre os municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro. O PIB *per capita* varia de mais de 18 mil reais, na capital, a pouco mais de 2 mil reais em Japeri, por exemplo. O percentual de idosos que mede a expectativa de vida (alta ou baixa) é mais alto em Niterói, bem como o IDH, que mede a qualidade. Como você sabe, o IDH é expresso de 0 a 1 e quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento humano.

Atualmente, verifica-se uma tendência à homogeneização da periferia metropolitana, em especial nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo. Tais municípios registram um crescimento significativo nos setores industrial, comercial e de serviços, o que tem favorecido o surgimento de uma classe média originária da própria periferia. Essa camada social vem buscando novos padrões de moradia, tendo sido comum a construção de condomínios e edifícios residenciais de custo mais elevado, assim como o surgimento de *shopping centers* na região das antigas cidades-dormitório.

Além disso, constata-se a migração de famílias da classe média da cidade do Rio de Janeiro para alguns municípios periféricos, em função da alta dos aluguéis e do preço da terra na capital.

Desse modo, constata-se que a expansão da atividade industrial para o entorno da cidade do Rio de Janeiro, que levou à formação da região metropolitana do Rio de Janeiro (atualmente formada por 17 municípios) apresenta inúmeros contrastes e problemas comuns.

Mesmo com as recentes mudanças na constituição da região metropolitana, com a transferência de Maricá (que pertence agora à região das baixadas litorâneas), Mangaratiba e Itaguaí (que agora fazem parte do litoral sul ou Costa Verde), os problemas não desapareceram, nem sequer diminuíram. Essa mudança é uma tentativa de desvincular a imagem dessas áreas da região Metropolitana e vinculá-las a uma imagem turística, pronta para ser explorada economicamente.

ATIVIDADE FINAL

Dois jovens estabelecem o seguinte diálogo:

- Estou começando hoje nesse colégio, pois mudei-me para São Gonçalo recentemente.
- Você vai gostar! Aqui é ótimo!
- Amanhã vou a Niterói ou ao Rio para comprar um tênis, pois o meu está horrível!
- Não precisa! Aqui no nosso *shopping* tem tudo do bom e do melhor!

A partir desse diálogo e dos dados fornecidos pela **Tabela 19.1**:

- a. Compare os dois municípios citados.
- b. Aponte as possíveis causas da mudança do jovem para São Gonçalo.

RESPOSTA COMENTADA

Os objetivos que visam apontar os efeitos da industrialização no crescimento econômico e nas transformações espaciais do Rio de Janeiro, assim como reconhecer as características da região metropolitana do Rio de Janeiro, seu processo de formação e situação atual, podem ser atendidos quando você compara a situação desses dois municípios, São Gonçalo e Niterói. Ao compará-los, você perceberá que o número de habitantes do primeiro é maior (quase o dobro), pois o custo dos terrenos e imóveis em Niterói vem se tornando mais elevado e uma parte da população se desloca para São Gonçalo em busca de custos mais baixos. Você verá que Niterói alcançou a melhor qualidade de vida, enquanto São Gonçalo apresenta dados menos favoráveis quanto ao IDH e percentual de idosos. Desse modo, constata-se que o deslocamento ocorre em direção a um padrão de vida mais baixo, na maioria dos casos.



Aí vai uma dica: se for possível, programe uma visita (pode ser com seus colegas de pólo) a dois diferentes locais da região metropolitana. Pode ser, por exemplo, um passeio de barco pela baía de Guanabara e outro à Fortaleza de Santa Cruz, que fica em Niterói. Com essas visitas poderão ser observados vários aspectos diferenciados sobre o entorno da baía, assim como, durante o deslocamento até eles, muitas serão as diferenciações observadas nas ruas, como as diversidades acentuadas entre as classes sociais.

RESUMO

O atual estado do Rio de Janeiro começou a ser povoado a partir da invasão francesa na baía de Guanabara e a ocupação dessa área passou por várias etapas:

- a. a produção açucareira que foi uma atividade precursora no processo de ocupação;
- b. a descoberta do ouro em Minas Gerais que provocou grandes transformações, como a transferência da capital do país (de Salvador) para o Rio de Janeiro; e o café, que afirmou a posição do Rio de Janeiro como centro político, administrativo, econômico e cultural do país;
- c. a cultura cafeeira abriu caminho para a industrialização;
- d. o desenvolvimento industrial, que se espalhou e organizou o espaço geográfico para atender à nova sociedade;
- e. a distribuição espacial da indústria, que favoreceu a formação da região metropolitana do Rio de Janeiro, e produziu uma integração geográfica que mostra a segregação socioeconômica de sua população.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, iniciaremos o estudo das diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, começando pelas Baixadas Litorâneas e Campista, analisando o processo de ocupação dessas áreas e comparando a influência das atividades tradicionais e das atividades modernas na transformação do espaço regional.

As baixadas litorâneas e a baixada campista: turismo, cana-de-açúcar e petróleo

AULA

20

Meta da aula

Comparar a influência das diferentes atividades econômicas no processo de ocupação e transformação da região das baixadas litorâneas e da baixada campista.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Identificar as características do quadro natural das baixadas litorâneas.
- Reconhecer os principais problemas ambientais da baixada litorânea, explicando suas causas e consequências.
- Apontar as atividades econômicas que propiciaram a ocupação das baixadas litorâneas, nas diferentes épocas.
- Reconhecer as causas das mudanças ocorridas nas baixadas litorâneas e na baixada campista, através do tempo.
- Apontar os problemas ambientais e socioeconômicos ocasionados pelas transformações que ocorreram na baixada campista.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo da Aula 19, sobre a ocupação do território fluminense.

INTRODUÇÃO

O território do estado do Rio de Janeiro, além de apresentar um quadro físico bastante diversificado, possui características que permitem individualizar determinadas áreas, em virtude do processo de ocupação no passado e das atividades econômicas que se desenvolvem atualmente.

Algumas áreas se desenvolveram e adquiriram identidade a partir de atividades agropecuárias. Novos contrastes se estabeleceram decorrentes de uma agropecuária tradicional que domina uma parte das áreas rurais do estado, como é o caso da cana-de-açúcar, e outra de caráter moderno, com culturas que requerem técnicas mais aprimoradas, como a horticultura e a fruticultura. Em algumas áreas já encontramos a atividade canavieira bastante modernizada. A urbanização foi também fator que estabeleceu diversidades regionais, à medida que o povoamento se espalhou ao longo de eixos que partiam da metrópole ou de outros centros secundários.

Vamos ver agora como esses fatores influenciaram as áreas do estado conhecidas como baixadas litorâneas e baixada campista. Antes de começar a leitura, volte à **Figura 19.2** (Aula 19), que apresenta as sub-regiões do estado do Rio de Janeiro, e veja onde estão localizadas as baixadas litorâneas e a baixada campista.

AS BAIXADAS LITORÂNEAS: PLANÍCIE, RESTINGAS, MANGUEZAIS

As planícies das baixadas são formadas de sedimentos, ou seja, materiais transportados pelos rios – argila – ou pelo mar e pelo vento – areia. A argila formou uma faixa de terra hoje coberta pelo mar. Mais tarde, as grandes massas de gelo continental derreteram e o nível dos oceanos subiu, permitindo que as águas batessem diretamente nas rochas, desgastando-as. Grandes quantidades de sedimentos foram sendo depositadas sobre os terrenos argilosos, até formarem as faixas ou cordões de areia, desde a serra até o mar.

Em algumas áreas, ocorreu a formação de restingas que correspondem a faixas de areia depositadas pelo mar ao longo da costa, separando um “mar interno” do grande mar externo. Muitas vezes o mar interno se transforma numa lagoa. As restingas constituem os aspectos mais típicos do litoral fluminense e dão lugar a uma paisagem característica de lagoas – antigas baías – fechadas por areia. Assim se formaram as lagoas Feia, Araruama, Saquarema e Maricá. Essas lagoas ficam separadas do mar pelas restingas.

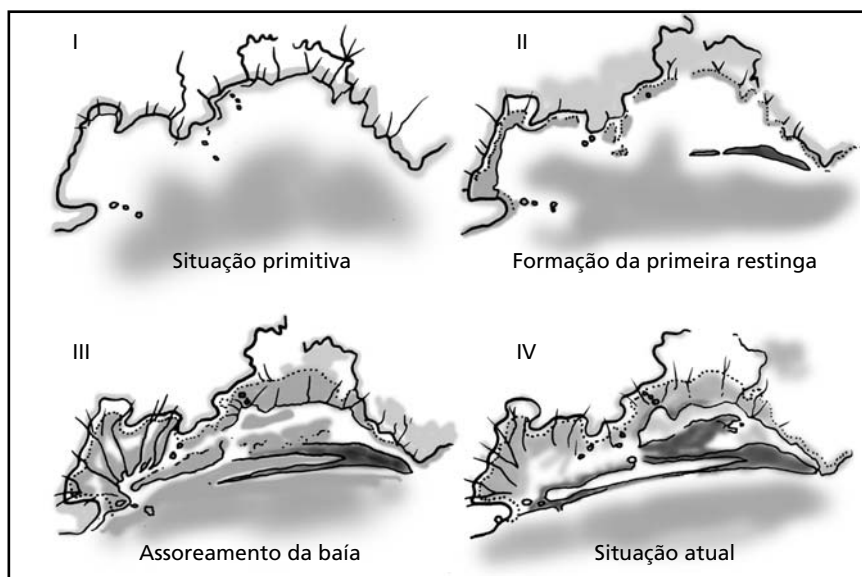


Figura 20.1: A formação das restingas.

Toda a baixada é cortada por inúmeros rios, de modo geral oriundos das escarpas da serra do Mar. Esses rios, ao chegarem à planície da baixada, mudam completamente de aspecto. Enquanto descem pelos terrenos inclinados das escarpas da serra, suas águas são cristalinas, pois eles avançam sobre a rocha e correm com grande velocidade, transportando cascalhos e pedras de tamanho grande. Você se lembra de ter visto, na Aula 19, o exemplo dos rios que correm para a baía de Guanabara? Quando alcançam a planície, não há mais declividade e os rios correm lentamente, só transportando sedimentos muito finos como argila, restos vegetais, limos, que vão se depositando em seu leito.

Por essa razão, na planície, o fundo dos rios, em vez de pedregoso, é lodoso. Esse lodo, assim como a própria água, é carregado de húmus do solo das florestas. Se esse rio passa por uma região mais baixa, como uma antiga lagoa junto ao mar, a mistura com o sal produz a coagulação e a precipitação desse material fértil. Assim se formará um sedimento muito nutritivo, porém mole como um mingau, que chega a ter dezenas de metros de profundidade.

Nesses terrenos, cresce o manguezal onde, graças à riqueza em nutrientes, se desenvolvem camarões, tainhas, lagostas, mariscos. A fauna do manguezal é muito variada, mas os animais característicos dessas regiões são os diversos tipos de caranguejos ali encontrados.

CAIÇARA

Denominação comum ao caboclo – geralmente descendente de indígenas – que vive nas planícies desde o sopé da serra até o mar; é o caboclo da baixada litorânea.

OLARIAS

Destinam-se à fabricação de telhas e tijolos.



Podemos encontrar os marinheiros, pequenos caranguejos esbranquiçados que se alimentam de folhas, os uçás, variação de caranguejo que os **CAIÇARAS** apelidaram de chama-marés, pois parecem acenar para o mar, chamando a maré para cobri-los, e, finalmente, há os guaiamus, que chegam a medir até 30cm e vivem em buracos cavados no lodo, e são muito apreciados. A venda de caranguejos do mangue é o meio de vida para muitos habitantes do litoral fluminense e de outras regiões no Brasil.

O manguezal constitui um dos ecossistemas mais ricos do planeta. As raízes elevadas de suas árvores mostram a adaptação ao fluxo e refluxo das marés. Os manguezais encontrados às margens das baías e lagoas sofreram grande devastação pelo variado aproveitamento econômico e pela especulação imobiliária. As áreas de mangue são usadas para a obtenção de madeira utilizada na construção civil, lenha para uso doméstico e ainda nas **OLARIAS**. Com a retirada ou aterro dos manguezais, há deslizamentos nas margens das baías e lagoas, acelerando o processo de assoreamento.

ATIVIDADE

1. a. O município de Saquarema, situado na região das baixadas litorâneas, apresenta uma grande diversidade de ambientes. Identifique e caracterize o aspecto natural das baixadas litorâneas.

b. Leia a notícia a seguir e explique qual a importância econômica dos manguezais e os principais efeitos causados por sua destruição.

“A construção de um aterro às margens da Linha Vermelha pode ameaçar uma das últimas áreas de manguezal da baía de Guanabara” (*Jornal do Brasil* – 10/9/1999).

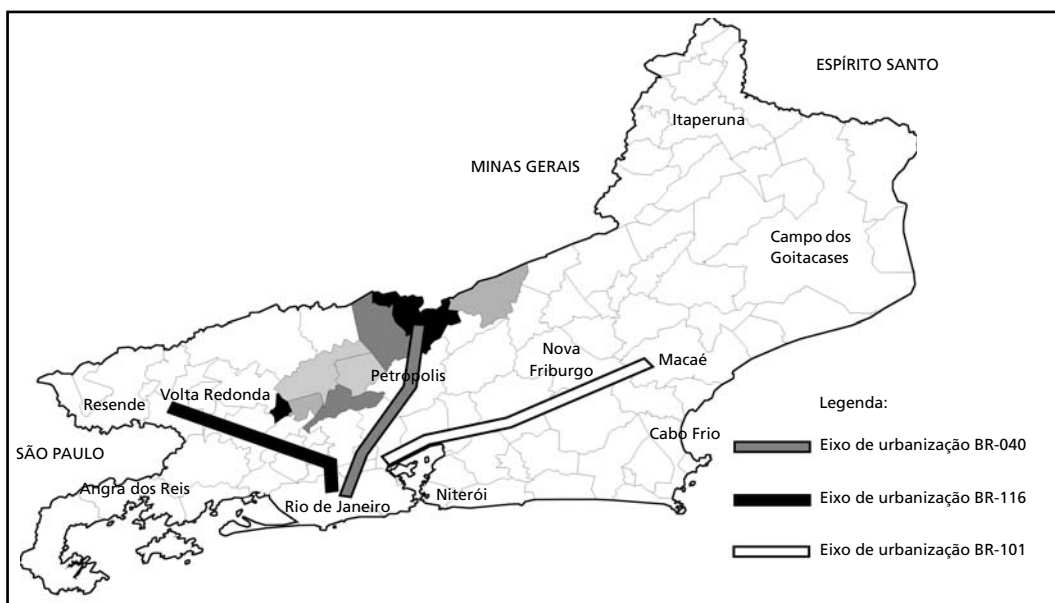
RESPOSTA COMENTADA

Para atingir os objetivos de identificar as características do quadro natural e reconhecer os principais problemas ambientais da baixada litorânea, encaminhamos a resposta no sentido de mostrar que as restingas aparecem nas cidades da região da baixada litorânea, separando a lagoa do oceano. As correntes marinhas desgastam as rochas dos costões e a areia que se desprende é depositada nas baías, formando as restingas. Os manguezais encontrados às margens das baías e lagoas têm sido devastados pelo grande e variado aproveitamento econômico e pela especulação imobiliária.

O mangue é explorado para o aproveitamento de madeira na construção civil e como lenha para uso doméstico e nas olarias. Com a retirada ou aterro dos manguezais, há deslizamentos nas margens das baías e lagoas, acelerando o processo de assoreamento. Perde-se, assim, uma das vegetações mais ricas que existem e que, pela grande quantidade de nutrientes, permite o desenvolvimento de camarões, tainhas, lagostas e caranguejos.

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE TRANSFORMARAM AS BAIXADAS LITORÂNEAS

Como você já viu em aula anterior, no estado do Rio de Janeiro há a predominância da metrópole carioca, de onde partem eixos de urbanização para outras áreas. Pode ser identificado um eixo urbano litorâneo centrado na Região dos Lagos, que vai da região metropolitana do Rio de Janeiro até Macaé.



Organização NEGEF/2003. Fonte: CIDE/2001.

Figura 20.2: Principais eixos de povoamento do estado do Rio de Janeiro.

Origem do termo “carioca”

Carioca: relativo ou pertencente à cidade do Rio de Janeiro. O termo “carioca” significa, em tupi-guarani, casa de branco. Nos primórdios da descoberta do Brasil, os portugueses vinham até aqui somente para levar o carregamento de pau-brasil. Quem fazia o corte das árvores eram os índios, que guardavam as toras numa espécie de galpão, nas margens do rio Carioca (próximo à atual avenida Oswaldo Cruz, no Flamengo). Esse galpão era chamado pelos índios de carioca. O primeiro relato designando o nascido do Rio de Janeiro como carioca vem do Ato Adicional da Constituição de 1834, promulgado por D. Pedro I. (Para mais informações, visite: www.afaerj.org.br/cidade/curiosidades.php.)

MARICULTURA

Cultura de organismos marinhos (mariscos, ostras etc.).

Todos os municípios dessa área já apresentam um índice de urbanização em torno de 80%, devido às constantes melhorias nas comunicações – construção de novas rodovias, aeroportos etc.

Os principais elementos do dinamismo dessa área foram o turismo, a reativação da pesca e da **MARICULTURA**, algumas indústrias e, em grande parte, a exploração de petróleo na plataforma continental. Até essas atividades se organizarem ou se reorganizarem, como é o caso da pesca, as baixadas litorâneas viveram algumas décadas de baixo nível de crescimento econômico que acabou se revertendo em condições de vida pouco favoráveis, o que não significa que as novas atividades tenham efetivamente dado mais benefícios à população, em geral.

Na regionalização turística do estado, adotada pela Turisrio, as baixadas litorâneas correspondem, em sua maior parte, à Costa do Sol, que inclui Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios e Iguaba Grande. Cabo Frio é o centro turístico mais importante. Os municípios de Búzios e Arraial do Cabo, que se emanciparam recentemente, assim como São Pedro da Aldeia e Saquarema, possuem, além das praias, uma arquitetura colonial significativa, herança do período colonial brasileiro, quando a região era explorada economicamente com a pecuária, a agricultura e a pesca.

Na cidade de Araruama são encontradas as reservas de salinas (ou seja, uma área de concentração de sais dissolvidos, presentes em águas interiores, como é o caso das lagoas) existentes no estado do Rio de Janeiro. As salinas de Araruama abasteciam a Companhia Nacional de Álcalis – situada no município de Arraial do Cabo (localizado a poucos quilômetros de Araruama). A Álcalis foi fruto de investimentos federais feitos nas décadas de 1950 e 1960, mas a indústria salineira fluminense, que já teve grande representatividade na atividade industrial do estado, encontrou forte concorrência na indústria salineira nordestina e vem diminuindo sua participação no total da produção do país. Essa freada na produção provocou inúmeros desempregos na região e tem diminuído cada vez mais a participação industrial regional no setor.

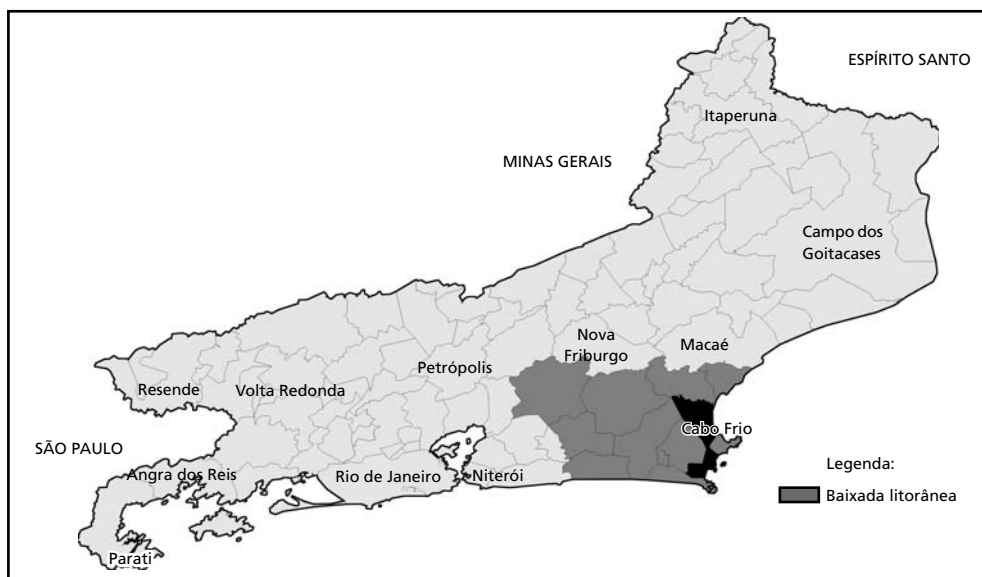


Figura 20.3: Localização da Baixada Litorânea e principal município – Cabo Frio.

Em Cabo Frio, destaca-se a atividade pesqueira, visível nos estabelecimentos comerciais, nas empresas especializadas e nos ambulantes que circulam vendendo o peixe. Desde a fundação de Cabo Frio, em 1615, que o desenvolvimento desta cidade está ligado ao mar. As praias, a média de temperaturas anuais altas e os ventos que sopram constantemente tornaram-se fatores de atração turística que se intensificou após a construção da Ponte Rio–Niterói, em 1974, pois a região das baixadas foi inserida na rota turística do estado, na medida em que se criou uma ligação entre a capital e essa região.

O mar é, portanto, a fonte de recursos financeiros, seja através do turismo ou através da pesca ou ainda pela exploração do petróleo. No entanto, a pressão da especulação imobiliária pelos terrenos de frente para o mar tem empurrado os pescadores para longe da costa, levando-os a abandonar a atividade pesqueira e a se dedicar a atividades comerciais ou de prestação de serviços. O pescado também está diminuindo, na medida em que o aumento do turismo, com a construção de hotéis, pousadas e outros estabelecimentos de exploração turística, interfere na dinâmica local dessa parte da costa.



Aí vai uma dica: pegue um jornal que contenha um caderno do mercado imobiliário e faça a comparação do valor de dois imóveis, um localizado em algum dos municípios das baixadas litorâneas e, outro, em uma outra cidade do estado, por exemplo, a cidade de Teresópolis. Através dessa comparação será possível observar a valorização dos imóveis nas baixadas litorâneas. Troque informações a esse respeito com colegas de outros pólos, especialmente de São Pedro da Aldeia, ou do pólo que atende ao sul do estado, outra área intensamente explorada pelo turismo.

No século XIX, grande parte da população de Cabo Frio se dedicava à pesca. Com a indústria do sal veio também a possibilidade da salga do peixe e da exportação do mesmo. A libertação dos escravos e o declínio da agricultura transferiram muitos negros para a pesca, aumentando a quantidade de mão-de-obra utilizada nessa atividade. A pescaria avançou tanto que no início do século XX a cidade já possuía até algumas fábricas de conservas de camarão.

Atualmente, são várias as modalidades de pesca realizadas nessa parte da costa. A pesca interior é realizada na lagoa de Araruama, onde ocorre também a aqüicultura, ou seja, a criação de peixe e camarão no ambiente aquático. Essa lagoa tem recebido poluentes, principalmente esgoto in natura despejado em suas águas, já que os municípios situados às suas margens como Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio possuem uma rede de tratamento de esgoto insuficiente para o grande número de habitantes da região. Como se sabe, o crescimento populacional apresenta índices elevados na região onde se desenvolve o turismo. Os resultados desse crescimento são catastróficos para quem sobrevive das atividades ligadas aos ambientes aquáticos.

A *pesca marítima* é realizada mais freqüentemente na área de **RESSURGÊNCIA** existente nessa parte do litoral, já que esse é um fator favorável à sua realização, especialmente em Arraial do Cabo. Apesar desse grande potencial, há um fator de risco em função do crescimento da *pesca predatória*, que se utiliza de redes de malha fina, não respeitando o período da desova das espécies. Com aumento do uso da tecnologia para essa prática, tem se verificado um declínio considerável de peixes disponíveis próximos à costa. Assim, a *pesca de arrasto* elaborada por algumas empresas e pescadores autônomos, que não respeitam as épocas de reprodução, pode se constituir num dos mais fortes fatores de diminuição do pescado nessa região, comprometendo a sobrevivência de muitas famílias, direta ou indiretamente.

RESSURGÊNCIA

Fenômeno natural em que as águas profundas se sobrepõem às águas superficiais, diminuindo a temperatura superficial e determinando abundância de nutrientes.

Quadro 20.1

Pesca interior	Pesca predatória	Pesca artesanal
Pesca praticada no interior de lagoas ou nos rios.	Pesca que tem consequências desastrosas podendo limitar a produtividade pesqueira, quer seja do ponto de vista biológico, quer econômico. Dentre as atividades realizadas de forma ilegal, destacam-se: a pesca com bomba, considerada de alto valor destrutivo, afetando a fauna, a flora e o substrato de fundo; pesca com rede de malha fina; pesca do camarão com rede de arrasto; pesca do camarão em época proibida (defeso); pesca da lagosta com redes etc. (Para maiores informações, visite www.cprh.pe.gov.br .)	Pesca que se realiza única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador. Baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido pela interação com os companheiros do ofício, é sempre realizada em embarcações pequenas (botes e canoas) a remo ou a vela ou mesmo motorizadas, sem instrumentos de apoio à navegação, contando para a operação tão-somente a experiência e o saber adquiridos – a capacidade de observação dos astros, dos ventos e das marés. (www.brazilsite.com.br .)

A pesca de subsistência, praticada pela classe mais desfavorecida ainda em moldes artesanais, com embarcações de pequeno porte que retiram o pescado do mar e comercializam o produto com as firmas instaladas na área ou diretamente com a população, é a que mais tem sofrido com a concorrência das grandes empresas pesqueiras, como a empresa Brás Fish, que possui capital binacional.

A pesca modernizada gera empregos e propicia interações que ligam a produção de pescado em Cabo Frio até mesmo ao mercado estrangeiro, através das exportações. Entretanto, grande parte da população local não consegue se integrar nessa modalidade de pesca (que exige altos investimentos), nem nas atividades ligadas ao turismo. Muitos pescadores ficam assim excluídos das atividades econômicas mais importantes desses municípios e acabam se deslocando para as áreas mais periféricas dos municípios costeiros, onde se encontra uma parte marginalizada da população desses municípios que foram “invadidos” pelas novas explorações.



ATIVIDADE

2. O mar é uma fonte constante de recursos para Cabo Frio e outros municípios da baixada litorânea. Dessa forma, explique como se organizam as atividades econômicas ligadas ao mar, que dão dinamismo econômico às baixadas litorâneas, e quais as transformações decorrentes dessas atividades.

ROYALTIES

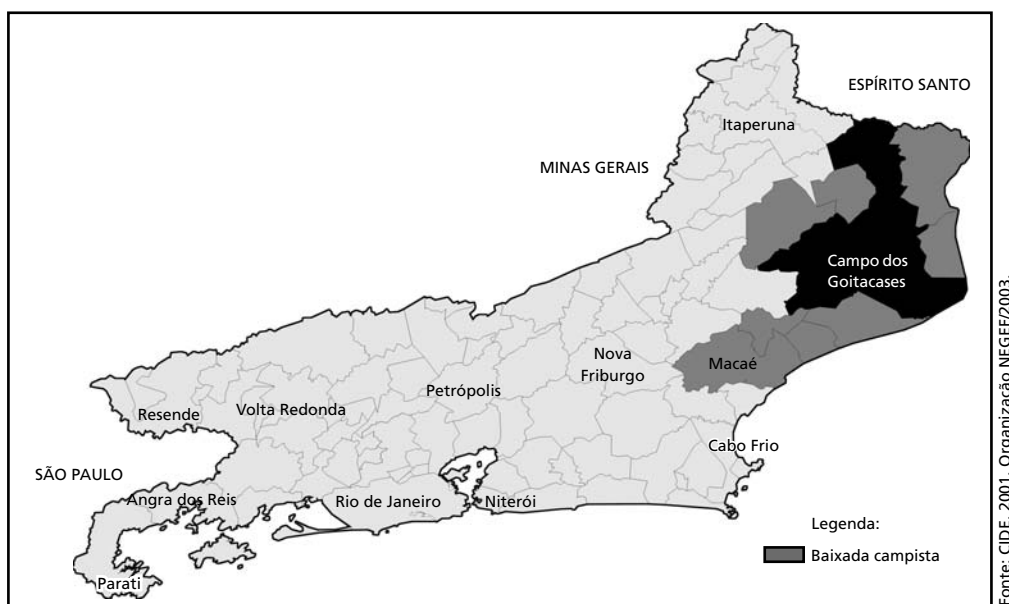
Os *royalties* constituem uma das formas mais antigas de pagamento de direitos. Originalmente, *royal* era o direito que os reis tinham de receber pagamento pela extração de minerais em suas terras. No Brasil, os *royalties* são aplicados quando o assunto são recursos energéticos, como o petróleo e o gás natural, sendo uma compensação financeira que as empresas exploradoras e produtoras desses bens não-renováveis devem ao Estado e cujo pagamento é feito mensalmente. O dinheiro arrecadado através dos *royalties* tem várias aplicações, dentre elas, o investimento em pesquisa científica e o repasse aos estados e municípios que exploram, refinam ou distribuem o petróleo. O controle e a distribuição dos *royalties* está sob a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo (ANP). No entanto, pouco se sabe a respeito da aplicação que esses beneficiários do poder público fazem desses recursos. Alguns estudos de caso realizados por pesquisadores trazem conclusões que ainda não são capazes de elucidar a questão: os estados e municípios estão aplicando os *royalties* para a melhoria da qualidade de vida da população local e a recuperação e conservação ambientais? (Veja mais em: www.comciencia.br/reportagens/petroleo.)

RESPOSTA COMENTADA

Para atingir os objetivos de reconhecer não só as atividades econômicas que levaram à ocupação da baixada litorânea em diferentes épocas, mas também as mudanças ocorridas nessa região, procuramos mostrar que o mar favorece o turismo com as belas praias, a extração do sal e a pesca. As médias de temperatura são altas durante todo o ano e os ventos que sopram constantemente na região também atraem turistas de todo o país e do exterior. Outra fonte de recursos são os ROYALTIES que o município de Cabo Frio recebe devido à exploração do petróleo na plataforma continental. Mais uma atividade fundamental da região é a pesca que, juntamente com a extração do sal, se confunde com a história da cidade de Cabo Frio. Com o desenvolvimento do turismo, a especulação imobiliária tomou conta do lugar, elevando os preços dos terrenos e imóveis próximos às praias. Essa valorização afastou os antigos habitantes e os pescadores que se afastaram das áreas centrais das cidades costeiras.

VAMOS CONHECER AGORA UM POUCO DA BAIXADA CAMPISTA

A região da baixada campista corresponde à porção nordeste do estado do Rio de Janeiro, constituindo a parte setentrional da baixada fluminense. Recebe também a denominação de Norte Fluminense, de acordo com a regionalização proposta pelo CIDE, a que já nos referimos. Atualmente essa região é formada por nove municípios: Campos dos Goitacases, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu e Macaé, conforme pode ser verificado na **Figura 20.4**:



Fonte: CIDE, 2001. Organização NEGEF/2003.

Figura 20.4: Localização da Baixada Campista e principal município – Campos dos Goitacases.

A PAISAGEM NATURAL FAVORECEU A CULTURA CANAVIEIRA

A região em estudo é formada por uma extensa planície com sedimentos fluviais e marinhos, a exemplo do que explicamos no processo de formação geral das baixadas. À medida que avançamos para o interior, a **PLANURA** dá lugar a tabuleiros sedimentares, com topografia suave, e mais para oeste aparecem colinas e os primeiros patamares da serra do Mar. Essa característica da planície sedimentar favoreceu não só o cultivo da cana-de-açúcar, como também as pastagens. Veja por quê.

PLANURA

Região plana de grande extensão onde as elevações inexistem ou são insignificantes.

PRIMEIRO A PECUÁRIA... DEPOIS A CANA-DE-AÇÚCAR

No século XVII os portugueses partiram de Macaé – fundada em 1619 no litoral – para a exploração dos campos dos goitacases – área habitada pelos índios da tribo homônima. A ocupação dessa área foi feita com a utilização do gado trazido de Cabo Verde e dos Açores.

À medida que a cana-de-açúcar começou a ser cultivada, ela ocupou as terras próximas do litoral e empurrou o gado para o interior. Na baixada campista foram doadas muitas terras antes pertencentes à metrópole, e foram construídos muitos engenhos pelos novos ocupantes das terras, que passaram a se dedicar às atividades ligadas à agropecuária. Quando a vila de São Salvador de Campos foi fundada, em 1676, já existia ali uma considerável agroindústria canavieira.

No século XVIII, a produção de cana-de-açúcar tornou-se a atividade predominante. A partir de então, a região passou por diversas transformações. Da produção dos engenhos tradicionais, localizados em pequenas propriedades, passou-se à plantação em grandes e médias propriedades e à produção de açúcar e álcool em usinas modernas.

A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura no Brasil, ocorreu uma ligação maior do setor canavieiro com o industrial, determinando profundas mudanças socioespaciais no Norte Fluminense:

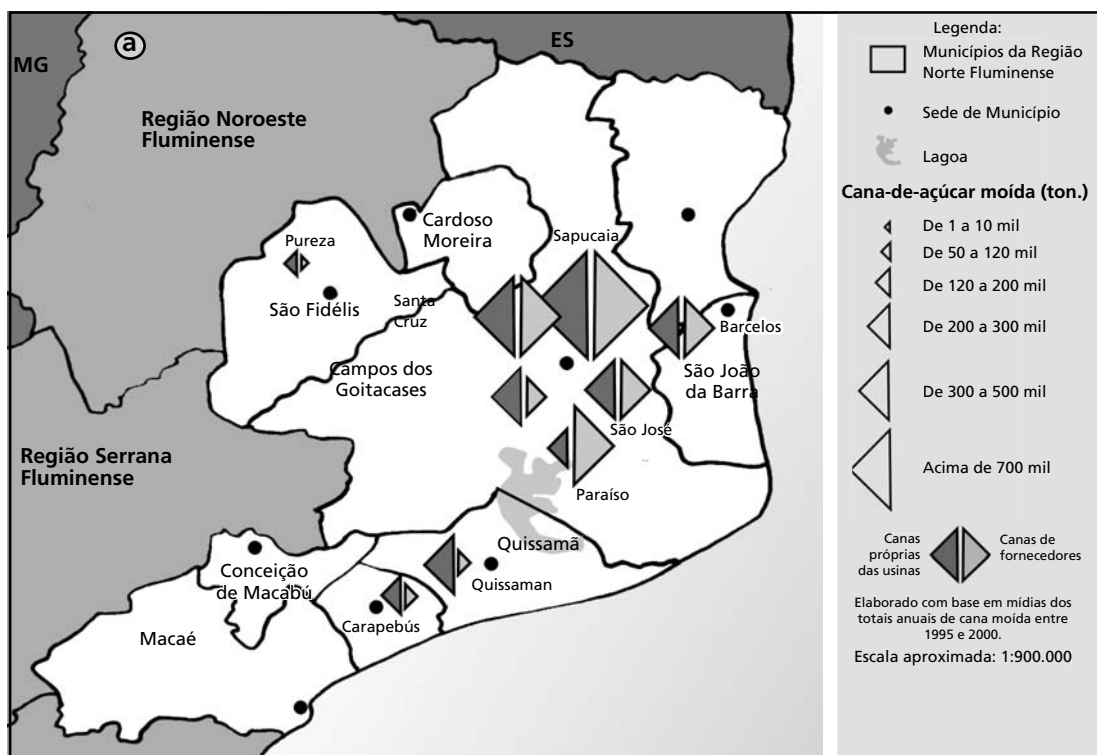
- uma forte especialização agrícola;
- o aumento da concentração fundiária, ou seja, da terra;
- a proletarianização, ou seja, a transferência do campo para os trabalhos urbanos;
- a intensificação da urbanização.

Você se lembra da constituição dos CAI (Complexos Agroindustriais), estudada na Aula 7? Pois foi exatamente o que ocorreu em Campos: a articulação entre os setores agrícola e industrial, que acelerou o êxodo rural na região e aumentou ainda mais o nível de pobreza de sua população.

É fundamental acrescentar que a sociedade campista acabou se organizando “em torno” da atividade canavieira por muitas décadas. Essa atividade acabou sendo bastante danosa para a sociedade fluminense em geral e para a região campista em particular, pois essa atividade se caracteriza por ser concentradora da terra e da renda, por não gerar empregos em número significativo ou gerar empregos mal remunerados e que oferecem condições “desumanas”. Só para se ter uma idéia, a região de Campos possui o maior número de acampamentos de sem-terra do estado. Além disso, a cidade de Campos possuiu uma periferia extremamente pobre, onde os índices de mortalidade infantil e de mortes violentas são altíssimos.

Estruturou-se, portanto, no Norte Fluminense, o CAI **SUCRO-ALCOOLEIRO**. Atualmente a região participa com, aproximadamente, 90% da produção canavieira do estado. Apenas Campos dos Goitacases, já produziu mais de três milhões de toneladas desde a década de 1970, apesar da emancipação dos municípios de Italva e Cardoso Moreira.

SUCRO-ALCOOLEIRO
Junção das indústrias
produtoras de açúcar
e álcool.



Org.: Pedro Paulo de Castro Barbosa
NEGEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense)
Departamento de Geografia – UERJ, janeiro de 2002

Obs.: A divisão meso-regional do estado do Rio de Janeiro segue as definições da Fundação CIDE.



Figura 20.5: (a) Produção de açúcar no Rio de Janeiro – 1998; (b) colheita da cana-de-açúcar; (c) acampamento do MST (Movimento dos Sem Terra) em Campos.

DO MITO DO ÁLCOOL À ILUSÃO DO PETRÓLEO

Os dois marcos recentes na ocupação do espaço na baixada campista foram:

- a criação do Proálcool (Programa Nacional do Alcool) em 1972;
- a exploração do petróleo na plataforma continental – bacia de Campos, a partir de 1986.

Com o Proálcool, que incentivou o uso do álcool como combustível, a região passou a ter 19 usinas de açúcar, apresentando um aumento exagerado na capacidade do parque industrial. Permanecem em atividade apenas oito delas e mesmo assim verifica-se uma capacidade ociosa das mesmas.

Após um período de “expansão acelerada” do Proálcool, entre 1980 e 1985, veio uma fase de desaceleração e crise no programa (1986-1995).

Essa crise acabou repercutindo na organização industrial da região. Muitas usinas faliram ou simplesmente viram seus equipamentos se tornarem obsoletos.

Atualmente, as grandes unidades agroindustriais que possuem instalações e equipamentos mais modernos acabam levando as usinas menos modernizadas à falência, captando seus fornecedores. Esse fato ocorre principalmente em Campos, onde havia várias usinas próximas umas das outras. As usinas de Quissamã e Carapebus, menos modernas, conseguem se manter ativas, apenas porque são as únicas em seus municípios. Em São Fidélis existe ainda uma única usina ativa.

Já a participação do petróleo foi um fato novo na economia dos municípios do Norte Fluminense, pois a economia canavieira era tradicional na região.

A exploração do petróleo nas baixadas

Em meio à crise mundial do petróleo, em 1974, o Brasil descobriu o campo marítimo de Ubarana, na bacia de Potiguar (ES) e o campo de Garoupa, na bacia de Campos (RJ), que marcariam o início de uma nova fase dentro da Petrobras. Uma fase em que a empresa se diferenciaria pela exploração do petróleo em águas profundas e ultraprofundas. Em função do potencial encontrado na bacia de Campos, a produção petrolífera brasileira chega aos 182 mil barris ao dia, sendo reconhecida até os dias atuais como a mais produtiva bacia do país e uma das maiores produtoras de petróleo de águas profundas do mundo.

A exploração do petróleo gerou o pagamento de *royalties* às prefeituras de vários municípios que têm relação direta ou indireta com essa atividade. A arrecadação dos *royalties* acabou gerando, inclusive, movimentos de emancipação, já que antigos distritos dos principais municípios passaram a ter arrecadação própria.

Macaé é um exemplo de município onde a exploração do petróleo determinou mudanças na configuração territorial, que ocorreram a partir do desmembramento de Quissamã e Carapebus. O município de Macaé perdeu extensas áreas dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar, mas cresceu muito rapidamente com a instalação de uma sede regional da Petrobras, passando a apresentar funções diversificadas e exercendo maior centralidade regional.



Figura 20.6: Dependência da região em relação a descoberta dessa riqueza...

As transformações do espaço no Norte Fluminense devem-se, além do surgimento das atividades ligadas ao petróleo, também à crise no setor sucro-alcooleiro, que influenciou drasticamente a busca por outras atividades produtivas em lugar da produção canavieira. Essa atividade tinha o objetivo de devolver à região o dinamismo econômico encontrado em outras épocas.

A crise do setor sucro-alcooleiro se caracterizou:

- pelo fechamento de usinas que tiveram dificuldade para obter fornecedores de cana-de-açúcar;
- pela liberação dos preços do açúcar, do álcool e da cana, com o fim das subvenções, ou seja, do auxílio financeiro do governo;
- pela grande expressividade do CAI sucro-alcooleiro em São Paulo, que superou largamente o do Norte Fluminense;
- pela modernização da agricultura, com a implementação de avanços tecnológicos que não promovem o desenvolvimento social, pois levam muitos trabalhadores e pequenos produtores à exclusão social e ao desemprego.

Uma das opções surgidas para os que foram excluídos da atividade canavieira foi a fruticultura. Trata-se de uma atividade agrícola que valoriza as experiências anteriores em outras lavouras e que acaba gerando muitos empregos temporários e permanentes. Isso impede o deslocamento do homem do campo para as áreas urbanas, em busca de emprego em setores como o da construção civil, que o leva muitas vezes à marginalização social.

Projeto Frutificar

O Projeto Frutificar, de autoria do governo do estado, negocia financiamentos para os produtores que vendem suas safras às unidades industriais processadoras de frutas. A instalação dessas unidades tem um aspecto positivo, pois gera empregos e divisas para os municípios. Nota-se, entretanto, que o Projeto Frutificar geralmente não atende aos pequenos produtores da região, já que dispõe de investimentos de pouca significância frente às necessidades existentes. Além das lavouras de abacaxi e maracujá, as primeiras a serem inseridas no Projeto Frutificar, aparecem agora experiências com a cocoicultura, que encontrou em Quissamã boas condições para sua prática.

A opção pela fruticultura (iniciativa do governo do estado que é considerada muito tímida e pouco significativa frente ao contingente de agricultores sem opção) não conseguiu apaziguar os enormes problemas sociais da região, em grande parte gerados e intensificados pela atividade canavieira. A solução mais coerente seria aumentar os investimentos na realização de uma reforma agrária mais efetiva, com projetos voltados para os assentamentos rurais e iniciativas concretas de manutenção do homem no campo.

Observa-se uma mudança, ainda que pequena, na urbanização da baixada campista, que vem se desenvolvendo em eixos, como o da estrada do Açúcar, que liga Campos ao farol de São Tomé. Ao longo dessa rodovia aparecem distritos como Santo Amaro, Mussurepe, São Sebastião de Campos e Tocos, onde existem usinas, algumas já desativadas.

Todas as mudanças são de grande importância, alterando estruturas antigas presas, muitas vezes, ao processo de colonização. Essas transformações podem trazer novas possibilidades para a população, mas podem também tornar-se excludentes, na medida em que uma parte dos habitantes não consegue se integrar nas novas formas de atividades econômicas, pois lhes faltam qualificação profissional e recursos para obter essa qualificação.

Os avanços tecnológicos, na maioria dos casos, têm contribuído para aumentar as desigualdades socioeconômicas, privilegiando uma elite já favorecida anteriormente. Encontramos exemplos para essa argumentação nos pescadores da área de Cabo Frio, afastados do centro com o desenvolvimento do turismo, e nos trabalhadores rurais da baixada campista, excluídos da atividade agrícola pela modernização e levados ao desemprego e ao êxodo rural.

ATIVIDADE FINAL

No Norte Fluminense, formou-se uma periferia resultante do processo de modernização. Identifique as atividades econômicas que causaram mudanças no espaço socioeconômico do Norte Fluminense, a partir da década de 1970 e explique como ocorreram essas transformações.

RESPOSTA COMENTADA

Para atingir o objetivo de reconhecer as causas das mudanças ocorridas na baixada campista procuramos mostrar que, com a modernização da agricultura, a produção do açúcar e do álcool adquiriu características do complexo agroindustrial. Na fase de expansão do Proálcool, houve grande aumento de produção e do número de usinas. Com a desaceleração desse programa, ocorreu a redução da quantidade de usinas e destilarias. Já a exploração do petróleo na Bacia de Campos, revertendo capitais para as prefeituras por meio do pagamento de royalties, levou a alterações na configuração territorial da região, pois diversos municípios se emanciparam. Com a implantação recente da fruticultura pretende-se reverter, ou pelo menos atenuar, o quadro de migrações campo-cidade resultantes do desemprego em função da atividade canavieira. Surgiu, com a fruticultura, a possibilidade do aproveitamento da mão-de-obra excluída do setor sucro-alcóoleiro com a modernização e os avanços tecnológicos. Porém, fica evidente que essa nova atividade não supre as necessidades de emprego da população rural.



Aí vai uma dica: procure observar a procedência de produtos industrializados no setor alimentar, especialmente doces e água-de-coco em caixinhas. Veja se vêm dos municípios do Norte Fluminense, para constatar se há efetivamente uma diversificação nas atividades produtivas da região.

RESUMO

Existem diversas formas de estabelecer uma regionalização para o estado do Rio de Janeiro. Usamos a regionalização do CIDE para caracterizar as áreas das baixadas litorâneas e baixada campista.

No quadro natural das baixadas litorâneas, destacam-se as planícies, as restingas e os manguezais. Essa paisagem natural já foi bastante modificada e destruída pelas atividades humanas.

A ocupação das baixadas litorâneas ocorreu principalmente ao longo de eixos que partem da metrópole; nessa área a localização favoreceu a pesca, a extração do sal e o turismo.

Já a baixada campista foi ocupada, principalmente, a partir da cultura canavieira. Posteriormente, a formação de um CAI (Complexo Agroindustrial) e a exploração do petróleo trouxeram grandes modificações para a região.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos a região serrana do estado do Rio de Janeiro. Vamos subir a serra e sentir um friozinho gostoso! Sabemos, assim, quais os fatores do desenvolvimento econômico dessa região.

Subindo a serra – o caminho do ouro hoje atrai turismo e proporciona abastecimento agrícola

AULA

21

Meta da aula

Demonstrar as mudanças ocorridas na região serrana desde o período colonial do Brasil até a fase do turismo e da agricultura especializada.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Identificar as diferentes etapas pelas quais a região passou no seu processo de ocupação, reconhecendo os aspectos típicos trazidos pelos imigrantes e sua contribuição para a economia da área.
- Apontar as causas dos contrastes existentes entre os municípios da região, comparando os efeitos da industrialização com os das demais atividades.
- Estabelecer a relação entre a atividade turística nessa região e a agricultura familiar.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo da Aula 19 sobre a ocupação do território fluminense e a regionalização do estado.

INTRODUÇÃO

A região serrana do estado do Rio de Janeiro constitui uma área um pouco diferente das demais, no que se refere ao clima e à população.

As terras elevadas das serras do Mar e da Mantiqueira correspondem ao clima tropical de altitude, onde as temperaturas mais baixas atraíram turistas desde a época do Império. No século XIX, a presença de imigrantes suíços e alemães trouxe características próprias a algumas áreas da região serrana.

Nesse sentido, nos aprofundaremos nas especificidades dessa região, que se destaca das demais, mas participa do quadro natural e econômico do estado do Rio de Janeiro.

VAMOS CONHECER A SERRA?

A região serrana é formada por 14 municípios – Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo, Sumidouro, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis e Macuco.

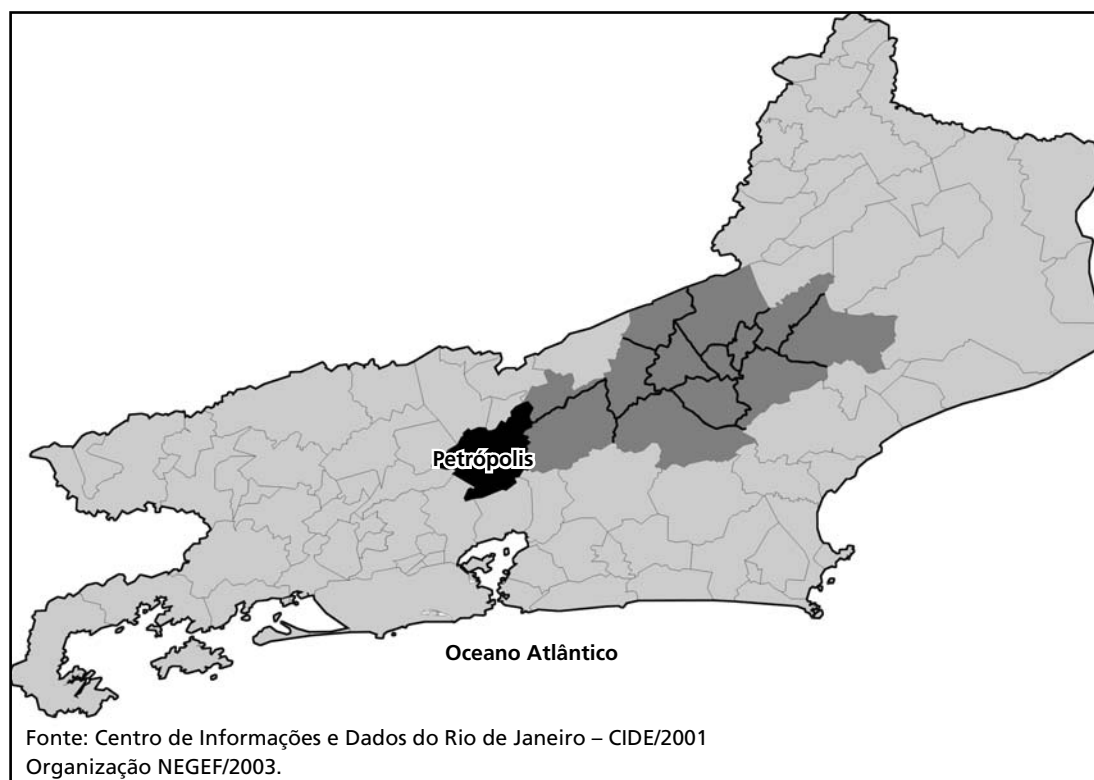


Figura 21.1: Localização da Região Serrana e principal município – Petrópolis.

Podemos observar grandes diferenças entre os municípios da região serrana no que se refere ao desenvolvimento humano e econômico, como você pode ver na **Tabela 21.1**:

Tabela 21.1: Desenvolvimento socioeconômico da região serrana

Municípios	Expectativa de vida (idade)	Renda <i>per capita</i>	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)
Petrópolis	70,06	399,93 reais	0,804
Nova Friburgo	72,26	366,84 reais	0,810
Teresópolis	70,06	366,61 reais	0,790
Sumidouro	69,81	218,62 reais	0,712
Trajano de Moraes	69,96	209,26 reais	0,723

Fonte: Tabela organizada pelas autoras de acordo com os dados do CIDE.

Observe que os três primeiros municípios apresentam dados mais favoráveis e os dois últimos mostram indicadores de piores condições de vida.

Como você já sabe, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado pela ONU e inclui indicadores socioeconômicos de saúde e educação, variando de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a condição de vida.

A NATUREZA FAVORECE O TURISMO

A serra do Mar forma um paredão que se estende por grande extensão, junto ao litoral brasileiro. Forma-se uma sucessão de montanhas, que recebem denominações locais, como a serra dos Órgãos, em Teresópolis. O clima ameno e a presença da Mata Atlântica em algumas áreas completam a paisagem e dão identidade à região. A 31quilômetros de Nova Friburgo fica o distrito de Lumiar, que, juntamente com São Pedro da Serra e Boa Esperança, formam uma área atraente para os praticantes da canoagem. O rio Macaé corta a região, criando locais de vegetação exuberante, com águas limpas e muitas cachoeiras. Alguns locais dessa região atravessada pelo rio Macaé, como o Poço Feio e o Poço do Alemão, são muito procurados para banho e pela paisagem.

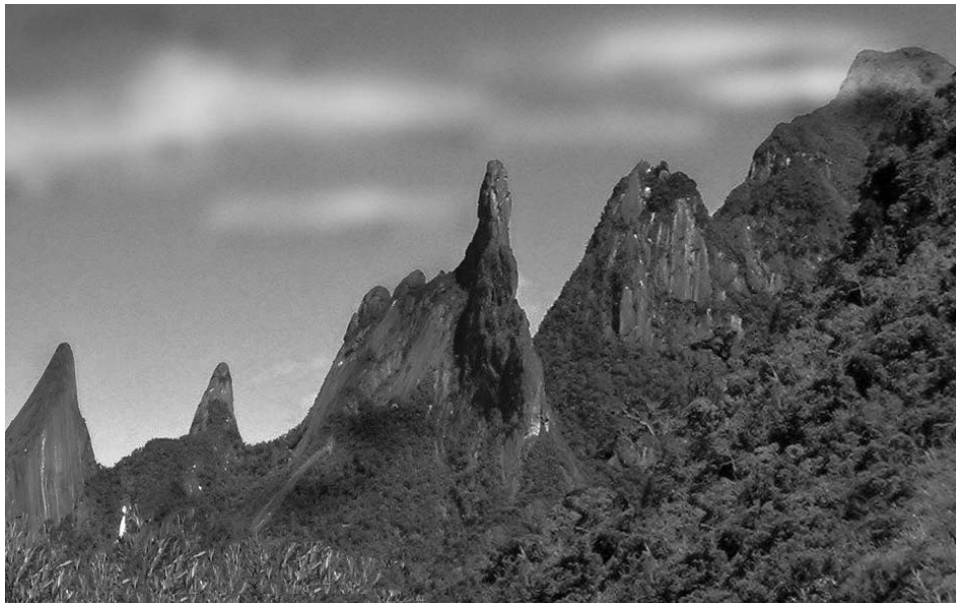


Figura 21.2: O Dedo de Deus.

A OCUPAÇÃO DA SERRA: O CAMINHO DO OURO E A MARCA DA COLONIZAÇÃO EUROPÉIA

CAMINHO NOVO

Os caminhos do ouro eram verdadeiras picadas abertas no mato para permitir o deslocamento de pessoas e tropas de mulas, no transporte do produto da mineração. O Caminho Novo substituiu o antigo caminho que ligava as minas a Parati.

Como já vimos em aula anterior, com a mineração, foram fundados inúmeros centros urbanos, não apenas na região das minas, mas também ao longo dos caminhos que ligavam as áreas produtoras ao litoral. No chamado "**CAMINHO NOVO**", que ligava as minas diretamente ao Rio de Janeiro, surgiram vários núcleos urbanos.

No século XIX, uma reforma no Caminho Novo transformou-o na estrada União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora. Essa estrada foi inaugurada em 1861 e foi considerada a melhor estrada da época, pois tinha pedra britada em seu leito.

Em 1854, partiu do Porto da Estrela, ao fundo da baía de Guanabara, a primeira ferrovia do país, chegando até a raiz da serra, no caminho de Petrópolis, que já constituía o refúgio de verão do imperador D. Pedro II e dos barões do café.

Em 1808, D. João VI, já no Brasil, assinou um decreto que permitia ao estrangeiro ser proprietário de terras em nosso país. Esse fato explica um pequeno fluxo imigratório para o Brasil, como o que ocorreu em 1818, quando um grupo de 261 famílias suíças se dirigiu para a região serrana do atual estado do Rio de Janeiro. Foram morar nas terras da fazenda Morro Queimado, onde fundaram Nova Friburgo, com subvenção do governo de D. João VI.

Para receber os imigrantes, foram construídas residências, capela, armazém e farmácia. Além dos lotes, os colonos receberam animais, alimentos e sementes para começar a colônia. Em 1824, um novo grupo veio da Alemanha para a pequena Nova Friburgo, que assim foi adquirindo características da cultura européia na arquitetura, culinária e festas típicas.

Na ocupação da região serrana destaca-se um eixo de urbanização que se formou pelo interior da serra do Mar, de Rio Claro até Cantagalo, passando por Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim e se dirigindo a Cantagalo. Trata-se de uma área marcada por um intenso processo de transformação que se deve não só aos impactos do turismo e do veraneio, mas também a uma forte atividade agrícola e industrial.

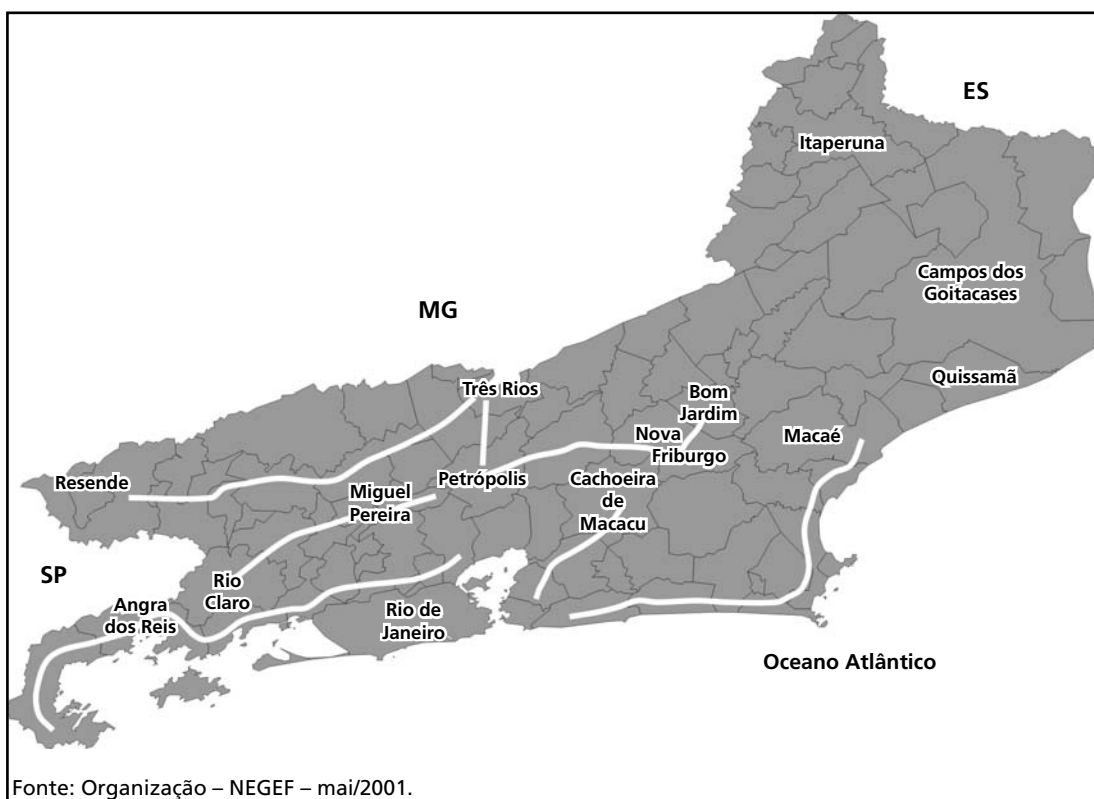


Figura 21.3: Eixos de urbanização no Rio de Janeiro.

OS CONTRASTES ENTRE OS MUNICÍPIOS

Fica bastante evidente que as cidades da região serrana mais próximas da região metropolitana – Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo – com melhores vias de acesso e meios de transporte mais eficientes tiveram maior desenvolvimento, estabelecendo, assim,

contrastes marcantes entre os municípios da área em estudo, como você viu na tabela apresentada no início desta aula.

Estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), com base no Atlas de Desenvolvimento Humano da ONU, fazem uma análise conjunta dos dados sobre educação, saúde, habitação e pobreza, e o que se constata é a grande desigualdade nos ganhos sociais do estado do Rio de Janeiro. A região serrana teve melhor desempenho do que a região metropolitana, mas essa é uma crise típica das grandes cidades. Privilegiam-se os grandes investimentos em áreas concentradas, que têm pouco efeito na redução da pobreza.

ATIVIDADE

1. A seguir, observam-se dados sobre alguns municípios da região serrana do Rio de Janeiro.



Petrópolis	sem água: 3% sem banheiro: 3,9% sem coleta de lixo: 3,5% sem energia elétrica: 0,4% sem TV: 2,4% sem geladeira: 3,8% Mais de 2 por dormitório: 15,2% Vivendo em favelas: 0,4%
Nova Friburgo	sem água: 1,1% sem banheiro: 1,6% sem coleta de lixo: 1,6% sem energia elétrica: 0,8% sem TV: 3,7% sem geladeira: 5,3% Mais de 2 por dormitório: 15,2% Vivendo em favelas: 0,2%
Carmo	sem água: 1,6% sem banheiro: 2,3% sem coleta de lixo: 3,7% sem energia elétrica: 0,6% sem TV: 4,2% sem geladeira: 6,3% Mais de 2 por dormitório: 14,5% Vivendo em favelas: 0%
Trajano de Moraes	sem água: 8,9% sem banheiro: 14,2% sem coleta de lixo: 15,5% sem energia elétrica: 10,8% sem TV: 20% sem geladeira: 26,4% Mais de 2 por dormitório: 12,1% Vivendo em favelas: 0%

Identifique os municípios que apresentam indicadores de melhor qualidade de vida e aponte os fatores que influem na melhor qualidade de vida de alguns municípios.

RESPOSTA COMENTADA

Para atingir o objetivo de identificar as causas dos contrastes entre os municípios da região serrana, procuramos encaminhar a resposta para a compreensão do fato da proximidade e do intercâmbio mais fácil com a região metropolitana do estado que favoreceu o desenvolvimento dos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Mas é principalmente o crescimento do turismo que atrai investimentos para esses municípios e determina os melhores indicadores que vemos no gráfico. É importante notar que os dados apresentados correspondem a médias e, portanto, não mostram que uma parte da população, mesmo nos municípios mais ricos, vive mal.

A SERRA SE TRANSFORMA COM O TURISMO E A INDÚSTRIA

Em relação ao turismo, desde o século XIX havia um movimento de veranistas que fugiam do verão carioca e procuravam as temperaturas mais baixas da serra, a começar, como você viu, pelo próprio imperador.

Desde os fins do século XIX, os municípios da região serrana desenvolviam atividades ligadas à produção de hortifrutigranjeiros para o mercado da metrópole.

Até hoje, as atividades de veraneio e turismo estão ligadas à horticultura. Ao mesmo tempo que cresce a produção hortigranjeira, aumenta o número de pousadas, sítios e hotéis-fazenda, nos quais as atividades agropecuárias servem para satisfazer parte das necessidades desses empreendimentos, fornecendo produtos para o preparo das refeições dos hóspedes e vendendo diretamente para os veranistas.

Em fins do século XIX, o Rio de Janeiro elaborava sua posição através da expansão da rede ferroviária, que lhe permitia recorrer à serra próxima, cuja altitude muito fria para o café, era extremamente favorável às hortaliças e flores, cujo cultivo se dispersou pelos pequenos alvéolos entremeados nos cursos acidentados dos rios. Isto aconteceu em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo que, aliás, já abasteciam a cidade em gêneros não perecíveis antes da ferrovia (...) (BECKER, 1996, n. 2).

Na região serrana, aparecem atualmente pólos de produção, áreas que concentram produção significativa num determinado setor. Destacam-se o pólo de tecnologia da informação em Teresópolis e o pólo de confecções em Bom Jardim. Os produtores de algumas áreas se organizam em arranjos produtivos locais – APLs – que incluem até mesmo processos de qualificação profissional de mão-de-obra. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Sebrae estão desenvolvendo em cinco municípios – Nova Friburgo, Duas Barras, Cordeiro, Bom Jardim e Cantagalo – um projeto de referência para o pólo de confecções que inclui a criação do Conselho de Moda e procura preparar empresas para o mercado internacional.

A cidade de Petrópolis tornou-se um centro regional importante que influencia as cidades próximas, embora mantenha ligações econômicas com a metrópole. Entre o Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e Petrópolis observam-se movimentos pendulares significativos, pois há moradores de Petrópolis que trabalham ou estudam no Rio ou na Baixada e vice-versa.

A vizinha Itaipava, que faz parte do município de Petrópolis, está se tornando também ponto de atração turística, pelos restaurantes e pelas feirinhas de roupas.



Aí vai uma dica: veja com seus colegas e professores de pólo se há possibilidade de organizar uma visita a Petrópolis, para reviver o tempo do Império, caminhando pelos jardins da família real e passeando de charrete pelas ruas onde viveram a princesa Isabel, Santos Dumont, D. Pedro II, o barão de Mauá.

REVERSO DA SERRA

O outro lado da serra do Mar, em direção ao interior do estado.

O centro histórico de Petrópolis e as tentativas de tombamento levaram ao crescimento da periferia da cidade e seu avanço em direção ao **REVERSO DA SERRA**. Vários loteamentos para residências de fins de semana já se transformaram em moradias e formaram-se subcentros como Itaipava, onde já ocorrem a especulação imobiliária e o crescimento do turismo.

Outro centro urbano importante da região serrana é Nova Friburgo que, como já vimos, teve colonização suíça e alemã e trouxe hábitos europeus para a área.

Além do crescimento do comércio, observa-se a expansão da indústria têxtil e de confecções (lingerie), aparecendo também a produção de bens usados na informática.

A expansão de Nova Friburgo se dá em dois eixos: um, em direção a Bom Jardim e outro, ao longo da estrada em direção a Teresópolis. Na estrada Teresópolis–Friburgo destacam-se a produção pecuarista e de hortigranjeiros, aparecendo também vários hotéis e pousadas. Nessa estrada foi instalada a queijaria-escola, que começou a funcionar em 1987. Lá são oferecidos cursos profissionalizantes que vêm melhorando a mão-de-obra local e introduzindo a criação de animais não-tradicionais na região, como a cabra, para a fabricação de queijos.

A cidade de Teresópolis, situada na serra dos Órgãos, também tem tido um rápido crescimento urbano. Embora tenha menor quantidade de movimentos pendulares do que Petrópolis, sua ligação com o Rio é grande. Tendo também o turismo como atividade principal, a indústria aparece em menor escala. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que abriga o Dedo de Deus e a Pedra do Sino, recebe muitos turistas.

As áreas de Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Carmo e Santa Maria Madalena destacam-se nas atividades pecuaristas e na produção de hortigranjeiros.



Aí vai uma dica: todos os anos, em julho, é realizado, em Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, o Festival de Inverno, com uma seqüência de eventos que incluem *shows* de música popular, erudita e instrumental, mostras de cinema, teatro e artes plásticas e diversas outras atividades culturais, como leituras e bailes. As apresentações são abertas ao público, gratuitamente.



ATIVIDADE

2. Numa viagem à região serrana do Rio de Janeiro, o turista ouviu do guia a seguinte explicação:

“Esta cidade tem ares da cultura européia que enchem a região de recantos charmosos...”

Identifique uma cidade que se encaixe nessa descrição, explicando o seu processo de ocupação, e aponte outro fator de atração turística da região, além da cultura européia.

RESPOSTA COMENTADA

Para atingir o objetivo de identificar as diferentes etapas do processo de ocupação da região, compreendendo a contribuição do imigrante para a economia da área, mostramos que a cidade descrita na Atividade 2 pode ser Nova Friburgo, que se originou da colônia suíça estabelecida na área, tendo assim aspectos típicos da cultura européia como pratos típicos nos restaurantes – fondue, pratos com creme de leite e carne de vitela – construções no estilo europeu como o Sanatório Naval e o Colégio Anchieta. O clima tropical de altitude, com temperaturas amenas no verão e frio intenso no inverno, constitui também fator de atração turística para a região.

O TURISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Em algumas áreas, como no Alto Rio Grande, pertencente ao município de Nova Friburgo, predominam os pequenos sítios cultivados pelos proprietários e, sobretudo, meeiros, e neles se observa algum desenvolvimento tecnológico, com o uso de tratores, defensivos agrícolas e sementes selecionadas. Entretanto, apesar dessa modernização, a situação dos trabalhadores rurais permanece ruim. A frequência nos horários de ônibus para o centro de Friburgo facilita o deslocamento para estudo e trabalho. A Ceasa fica perto, mas a maioria dos agricultores depende dos intermediários que controlam a comercialização.

Observa-se, nessa área, além das inovações tecnológicas, a especialização em produtos de alta qualidade, produzidos sob encomenda e destinados a pequenas fatias de mercado, formadas por veranistas, turistas ou moradores de alta renda.

Contrariando o quadro de fraco crescimento rural e acentuando a individualidade do espaço agrário fluminense, a consolidação de nódulos ou enclaves dinâmicos de desenvolvimento agrícola, com base em cultivos raros e/ou moderna tecnologia, ainda que em pequeno número, representa possíveis caminhos para a agricultura do estado (OLIVEIRA, 1998).

Na estrada Teresópolis–Friburgo, o turismo se expandiu e diversos proprietários de sítios se transformaram em hoteleiros. Os veranistas usam os serviços de lazer dos hotéis, especialmente os restaurantes. Os sítiantes cultivam uma série de produtos para vendê-los não só para os hotéis, mas também para os hóspedes que desejam trazê-los para consumo próprio.

Aparecem, portanto, nessa região, dois processos: o desenvolvimento do cultivo de produtos de maior valor agregado e a valorização das terras para o turismo, dificultando seu uso para a agricultura.

Na atual dinâmica econômica da região serrana, percebe-se uma ligação entre as atividades turísticas e a agricultura familiar. Essa solução representa apenas uma estratégia de sobrevivência ante a crise imposta ao agricultor pela expansão do turismo, veraneio e lazer, e conseqüente urbanização do meio rural.

ATIVIDADE FINAL

Este é um trecho de um diálogo entre um morador idoso de Vargem Grande, no município de Teresópolis, e um visitante:

– Como era Vargem Grande no passado?

– Há 60 anos, Vargem Grande era mato puro, com pequena fruticultura (marmelo e laranja) e diversos engenhos de prensagem de farinha de mandioca. Eram somente seis proprietários.

– Como é Vargem Grande hoje?

– Hoje há muitos proprietários do local e de fora, e muitos hotéis. O turismo mudou a vida do local, prejudicou muita gente, mas hoje, de alguma forma, ajuda a agricultura.

Explique as palavras do morador de Vargem Grande, ao dizer que o turismo prejudicou muita gente, mas também, hoje, ajuda a agricultura.

RESPOSTA COMENTADA

Para alcançar a condição de estabelecer a relação entre a atividade turística nessa região e a agricultura familiar, procuramos mostrar que a região de Vargem Grande no passado era predominantemente rural, com poucos proprietários que cultivavam frutas e beneficiavam a mandioca. A terra pertencente a apenas seis sitiantes se fragmentou por heranças. Depois vieram os japoneses e a horticultura, e mais tarde, os hotéis. Atualmente muitos sitiantes plantam para atender à demanda dos hotéis e pousadas da área e até mesmo aos turistas, que desejam levar para casa o “sabor da montanha”. A rede hoteleira também gera empregos para os habitantes da área. É importante entretanto, registrar que as transformações causaram desemprego e precarização das condições de vida de grande parte da população rural, que não conseguiu se integrar ao novo modelo econômico.

RESUMO

A região serrana do estado do Rio de Janeiro apresenta algumas características que a distinguem das demais regiões. A presença da serra do Mar determina um clima tropical de altitude, com temperaturas amenas. Já a colonização européia em algumas áreas trouxe aspectos típicos que favoreceram o turismo.

O desenvolvimento industrial e urbano ao longo de eixos rodoviários ocorreu como em quase todo o estado. Assim, os movimentos pendulares entre algumas cidades – como Petrópolis e Teresópolis – e o Rio de Janeiro mostram uma certa dependência da região em relação à metrópole.

A agricultura familiar voltada para produtos mais valorizados no mercado como ervas finas, *escargots*, cogumelos, além da criação de rãs e trutas, atende à demanda de hotéis, pousadas e restaurantes da área.

Contudo, as transformações no meio rural e a urbanização excluíram parte da população rural, e beneficiaram apenas alguns que se integraram ao novo modelo, trabalhando para o turismo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos como ocorreu a ocupação do Vale do Paraíba fluminense e como se apresenta essa região atualmente.

Vale do Paraíba: o café, o gado, a indústria, o turismo e a degradação ambiental

AULA 22

Meta da aula

Analisar as transformações econômicas e ambientais no Vale do Paraíba, provocadas pelas diferentes atividades econômicas ao longo do tempo.

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Identificar as mudanças provocadas pelo cultivo do café no Vale do Paraíba.
- Apontar as razões da crise da cafeicultura e da sua substituição pela pecuária.
- Caracterizar as novas formas de ocupação do vale, com a atividade industrial e o turismo.
- Estabelecer a relação entre a cafeicultura no passado e o turismo no presente.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo da Aula 19 sobre a ocupação do território fluminense e a regionalização do estado.

INTRODUÇÃO

A região do médio Vale do Paraíba fluminense é uma antiga área cafeeira, ocupada depois pelo gado e, mais tarde, pela atividade industrial. A ligação rodoviária entre o Rio de Janeiro e São Paulo, a Via Dutra, contribuiu muito para a ampliação da infra-estrutura na região.

Do ponto de vista natural, a região é formada pelas terras altas das serras do Mar e da Mantiqueira, apresentando um clima tropical de altitude.

Com o desenvolvimento industrial e o turismo, vieram as agressões ao meio ambiente. O desmatamento causou a erosão, os deslizamentos e a desproteção de mananciais. A poluição dos rios, com o lançamento de dejetos industriais, tem sido um problema constante.

De acordo com a regionalização do CIDE, o médio Vale do Paraíba fluminense é formado pelos municípios de Valença, Rio das Flores, Vassouras, Barra do Pirai, Pirai, Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Porto Real e Quatis.

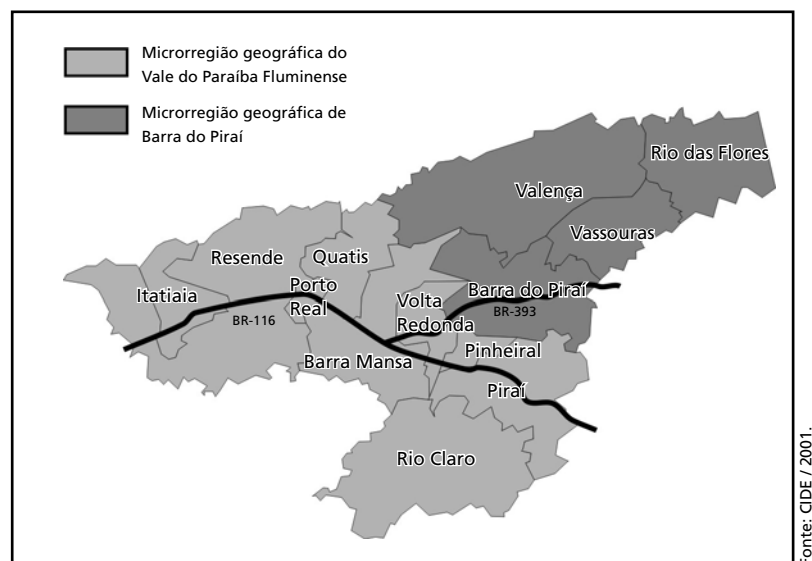


Figura 22.1: Localização do Vale do Paraíba.

O CAFÉ OCUPA O VALE DO PARAÍBA

Os jesuítas demarcaram a Fazenda Santa Cruz, em 1727, e cruzaram a serra do Mar, abrindo caminho para a ocupação do médio Vale do Paraíba. No ano seguinte foi aberta uma estrada ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, mas só em 1744 a região foi descoberta por forasteiros que procuravam pedras preciosas, ouro e animais para a caça.

Com o declínio da mineração, ocorreu um deslocamento de colonos, e foram instaladas grandes fazendas de café, trazendo um dinamismo maior à região. A crescente valorização do café nos mercados

internacionais, com a difusão do seu consumo na Europa e nos Estados Unidos, substituindo o chá, que representava uma herança colonial inglesa, incentivou o seu plantio no Brasil. Outros produtores, como o Haiti e algumas colônias espanholas nas **ANTILHAS**, grandes concorrentes do café brasileiro, estavam envolvidos em movimentos de independência, e nosso país passou a ser o principal produtor de café do mundo.

A implementação da lavoura cafeeira estabeleceu o grande marco na ocupação do Vale do Paraíba. O produto foi plantado primeiro nas áreas centrais e nos arredores da cidade do Rio de Janeiro e só depois se expandiu para o vale, que reunia várias condições favoráveis para a cafeicultura, tais como o solo e o clima.

Os capitais acumulados em função da intermediação comercial com a zona mineradora financiaram o surgimento da atividade econômica, que se transformou na marca registrada do Império no Brasil: a **PLANTATION** escravista cafeeira. O café brasileiro nasceu da combinação do capital comercial acumulado (...) aliado ao trabalho escravo disponível com a decadência das minas e a disponibilidade de terras florestadas nas vizinhas do Rio de Janeiro, excelentes para a produção cafeeira (BECKER; EGLER, 1993).

ANTILHAS

Conjunto de ilhas situadas na América Central, banhadas pelo mar do Caribe ou mar das Antilhas. Desse arquipélago fazem parte Cuba, Jamaica, Porto Rico, dentre outras.

PLANTATION

Cultivo voltado para a exportação, geralmente em grandes propriedades, com mão-de-obra escrava.

O Vale do Paraíba foi se transformando numa das mais importantes áreas produtoras de café, representando uma das principais bases econômicas do Império e atingindo seu auge por volta de 1830. Formou-se, desse modo, uma classe social constituída pelos grandes proprietários das fazendas de café, que receberam o título de “barões do café”. Os barões tinham grande influência junto ao governo, pois representavam o poder econômico do Império.

Em 1855, começou a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil) e o trajeto dessa ferrovia se fazia de acordo com a influência exercida pelos barões do café. O escoamento da produção passou a ser feito por trem porque barateava o custo do transporte. Por esse motivo, as localidades que possuíam uma estação ferroviária adquiriam um *status* de modernidade e poder.

Cidades como Barra Mansa e Barra do Piraí tornaram-se importantes entroncamentos ferroviários, sendo que nessa última, a partir de 1864, fazia-se o embarque da produção do norte de São Paulo e sul de Minas Gerais. Nessas áreas ocorreu um acentuado desenvolvimento de centros urbanos, que giravam em torno da atividade da cafeicultura.

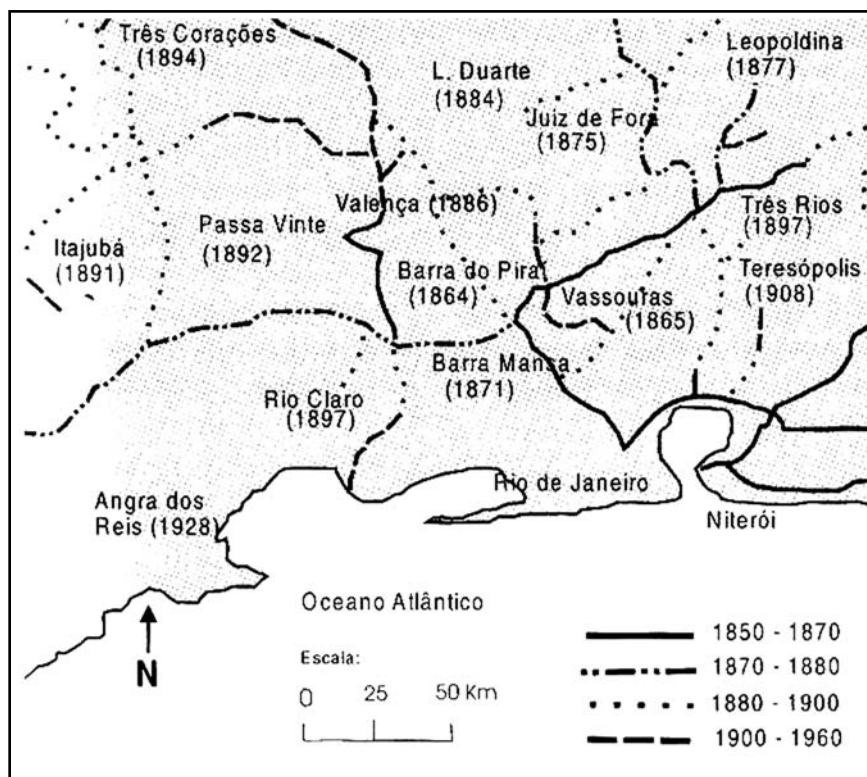


Figura 22.2.a: Malha ferroviária no Vale do Paraíba.



Figura 22.2.b: Foto da estação ferroviária de Vassouras (RJ).

Fonte: Foto de Maria Jaqueline Elicher, 2005.

A cafeicultura deixou, no Vale do Paraíba fluminense, além de solos desgastados, toda uma estrutura organizada nas antigas fazendas de café, que atualmente estão, em sua maioria, adaptadas para a pecuária e para a atividade turística, com uma rede ferroviária que apresenta, ao longo de seu curso, vários centros urbanos originados nos períodos áureos da cafeicultura.



ATIVIDADE

1. Leia o diálogo entre um “barão do café” e um de seus empregados:

- Senhor barão, o trem está chegando! Vai parar na estação aqui perto!
- Muito bom! Poderemos escoar nossa produção gastando menos! Sabia que o imperador ia atender ao meu pedido!

Identifique as características da elite social que se formou na região do Vale do Paraíba, com a cultura cafeeira e aponte as principais mudanças que essa cultura promoveu na região.

RESPOSTA COMENTADA

Para mostrar as mudanças ocorridas com a cafeicultura no Vale do Paraíba, procuramos esclarecer que os donos das grandes fazendas de café adquiriram poder político e econômico com a exportação do produto. Tornaram-se influentes na região e até mesmo junto à corte (o Rio de Janeiro, onde vivia o imperador). Receberam títulos de nobreza (barões do café) e deveriam, em troca, apoiar o Império. Representavam a classe dominante de uma sociedade patriarcal e escravista. Com o café, desenvolveu-se no Vale do Paraíba uma malha ferroviária bastante significativa, e a estação de trem representava o poder do barão de café daquele local. Por causa das estações ferroviárias, surgiram vários centros urbanos que, após a decadência da cafeicultura, passaram a viver da pecuária, do comércio e do turismo.

VAI-SE O CAFÉ, VÊM OS BOIS...

A partir de 1870, a atividade cafeeira entra em decadência por causa, principalmente, de dois fatores:

- o esgotamento dos solos, causado pela prática desordenada da lavoura;
- a gradativa libertação dos escravos, que constituíam mão-de-obra base das lavouras de café.

Vários produtores de café ficaram na ruína, e a produção se deslocou para São Paulo, que já contava com a mão-de-obra do imigrante italiano e condições naturais – disponibilidade de terras, clima e solo – favoráveis.

Já no vale, o gado tornou-se a melhor opção para a manutenção das fazendas, pois necessitava de pouca mão-de-obra e garantia a posse da terra. A pecuária abastecia não só o mercado regional, mas também o Rio de Janeiro e algumas áreas de São Paulo. Essa atividade foi importante para vários municípios do vale, perdurando até hoje em alguns deles. Na maioria dos casos, os municípios que não encontraram outra opção no desenvolvimento econômico mantiveram a pecuária e o comércio dos produtos derivados da pecuária.

Os espaços agropecuários existentes localizam-se fora do eixo urbanizado pela rodovia Presidente Dutra, e constituem áreas de repulsão da população, pois não conseguem absorver, em termos de mercado de trabalho, toda a mão-de-obra disponível, já que a pecuária usa pouca gente.

Nos municípios em que predominam a indústria e o turismo também ocorrem migrações em direção a outras áreas, pois muitos desses municípios, que desenvolviam atividades tradicionais como a agricultura ou a pesca, não conseguem desenvolver essas novas atividades.



ATIVIDADE

2. “E aí o Mestre Café percebeu que estava em casa...” (Monteiro Lobato, *A onda verde*).

Nessa frase, o escritor paulista se refere à crise do café no Rio de Janeiro e seu deslocamento para São Paulo.

- Aponte os fatores que contribuíram para essa decadência.
- Identifique as transformações que aconteceram no Vale do Paraíba fluminense, com a decadência da cafeicultura.

RESPOSTA COMENTADA

a. Para que você possa entender as razões da decadência do café no Vale do Paraíba, procuramos mostrar que a prática desordenada dessa lavoura, visando a maiores lucros, levou ao esgotamento do solo e ao deslocamento do produto para São Paulo onde o solo e o clima favoreceram esse cultivo. Quando o escritor escreveu a frase mencionada na atividade, ele se referia a esses fatores que levaram o café a se desenvolver mais no estado vizinho. A libertação dos escravos deixou os fazendeiros sem mão-de-obra para a lavoura e, nessa fase, São Paulo já contava com a mão-de-obra do imigrante italiano, que substituiu, com vantagem, os africanos, que trabalhavam sem remuneração e sem estímulo.

b. A pecuária foi a atividade mais adequada para substituir o café, pois exigia pouca mão-de-obra e não precisava de solos férteis, garantindo a posse da terra. Já havia um bom mercado consumidor na região e uma infra-estrutura de transporte que permitia abastecer, com os produtos derivados da pecuária, o Rio de Janeiro e áreas de São Paulo.

DEPOIS DOS BOIS, O VALE DO AÇO...

No início do século XX, tivemos no Brasil a política da substituição das importações, surgida com a dificuldade de obter produtos importados, em razão dos conflitos mundiais (Primeira e Segunda Guerras), conforme vimos na Aula 2.

O Vale do Paraíba apresentava vários fatores favoráveis à industrialização, dentre outros:

- capital acumulado nos bons tempos do café;
- proximidade dos dois principais centros urbanos consumidores do país – Rio de Janeiro e São Paulo;
- existência de uma boa rede de comunicações: rodovia e ferrovia;
- possibilidade de obtenção de energia elétrica, com a construção de barragens e represas.

Inicialmente, foram instaladas indústrias em dois setores: têxtil – grande concentração em Valença – e alimentar (laticínios), com destaque para Barra Mansa.

Depois de 1930, houve um incentivo maior às indústrias de base e a uma infra-estrutura urbana, necessária à atividade industrial que se instalou na região.

Nessa fase, destacaram-se a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1940, em Volta Redonda, e a construção da rodovia Presidente Dutra, na década de 1950.

Uma antiga fazenda de café, decadente como todas da região, forneceu o quadro rural para esse empreendimento (CSN), articulado, ao mesmo tempo, com os mercados de consumo de São Paulo e do Rio de Janeiro, com o minério de ferro procedente de Minas Gerais, com o porto por onde entra o carvão (cidade de Angra dos Reis) e com o próprio curso do Paraíba. A localização dessa grande indústria nacional, desde o ano em que passou a produzir (1946), vem exercendo forte atuação sobre outras categorias industriais (...) (FRANÇA, 1960).

Em torno da CSN, surgiram várias empresas ligadas à siderurgia. Encontrando uma estrutura adequada, as cidades se espalharam ao longo da BR-116 – a Via Dutra – formando, no eixo Barra Mansa–Volta Redonda e Barra do Piraí, a área de maior concentração industrial do Vale do Paraíba fluminense, durante algum tempo. A presença da rodovia ligando as duas maiores cidades do país – São Paulo e Rio de Janeiro – com grande mercado consumidor favoreceu esse desenvolvimento do vale.

A **CONURBAÇÃO** formada pelos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa representa o principal centro urbano, extrapolando até mesmo os limites regionais, na medida em que exerce forte influência em municípios pertencentes a outras regiões, como Vassouras, polarizando com isso grande parte dos fluxos de mercadorias e pessoas, principalmente no que se refere à demanda por serviços.

CONURBAÇÃO
Aumento da área urbana de duas cidades próximas que acabam por se unir em sua expansão.

Atualmente, pode-se observar o surgimento de novos eixos industriais, como o formado pelos municípios de Resende e Porto Real, devido a uma reorganização do processo produtivo.

Como você já viu, na Aula 21, aparecem no estado do Rio de Janeiro, atualmente, pólos de produção e concentrações econômicas que representam 73% das exportações do estado.

No Vale do Paraíba, destaca-se o pólo automotivo de Resende e Porto Real, onde encontramos a montadora da Peugeot-Citroën.

Numa reportagem intitulada “Os primos ricos do Brasil”, publicada em *O Globo* de 22 de abril de 2005, o município de Porto Real aparece em segundo lugar no Brasil, superado apenas por Paulínia, em São Paulo, no que se refere à renda *per capita*. Sustentado pela indústria automobilística, o município de Porto Real tem 14 mil habitantes e PIB *per capita* anual de 278 mil reais.

Constituíram-se, assim, novos eixos industriais, havendo, portanto uma reorganização do espaço produtivo.

Algumas antigas áreas industriais se transformaram em áreas com predomínio de atividades terciárias – comércio e serviços –, repetindo a tendência dos grandes centros urbanos.

O Vale hoje: turismo, indústria e degradação ambiental

A atividade agropecuária ainda exerce um papel importante no Vale do Paraíba fluminense, especialmente nos municípios de Valença, Resende e Barra Mansa, que formam a bacia leiteira do médio Paraíba, sendo Valença o principal produtor de leite do estado. A **PECUÁRIA** ainda é, algumas vezes, praticada de forma **EXTENSIVA**.

A reorganização territorial determinou mudanças, como no caso da emancipação de Quatis, que era o principal distrito de agropecuária em Barra Mansa e, por esta razão, teve diminuída sua área de pastagem.

Podemos destacar, ainda, o município de Rio das Flores com o predomínio do setor primário, onde se procura criar uma marca para promover o turismo local. Surge o Conselho do Ciclo do Café – Conciclo – que visa estabelecer uma série de políticas voltadas para o turismo, fazendo um roteiro pelas fazendas de café existentes na região.

PECUÁRIA EXTENSIVA
Criação de animais em grandes espaços, sem cercamentos nem maiores cuidados.



Aí vai uma dica: procure se informar com o tutor e colegas de pólos sobre as fazendas que foram áreas de plantio de café e hoje recebem visitantes e contam um pouco da História do Brasil. Tente programar uma visita a uma dessas fazendas. Talvez haja alguma mais próxima de sua cidade.

Na regionalização adotada pela Turisrio, parte do Vale do Paraíba fluminense recebe a denominação de região do Ciclo do Café, incluindo os municípios de Valença, Rio das Flores, Vassouras, Barra do Piraí, Barra Mansa, Volta Redonda, Quatis, Piraí.

O turismo é um setor em expansão, representando uma opção para alguns proprietários rurais, que procuram produzir artigos voltados para essa fatia do mercado, como geléias, cachaça, laticínios.

A piscicultura vem ganhando espaço em projetos governamentais sendo que, em Piraí, foi instalado um posto comercial regional, com vistas a um pólo de piscicultura. Seria uma atividade complementar à pecuária, não visando a substituí-la, já que pode contribuir para o desenvolvimento do turismo.

O desenvolvimento industrial e a expansão do turismo na região ocasionaram muitas agressões ao meio ambiente. Há problemas de diferentes fontes: poluição, com lançamento de dejetos industriais nos rios da bacia do Paraíba do Sul; despejo de esgoto doméstico, por falta de saneamento nos municípios da área; desmatamento, levando à extinção de espécies animais e vegetais da mata Atlântica.

Representantes da União e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se reuniram para tratar da despoluição da bacia do rio Paraíba do Sul, responsável por cerca de 80% do abastecimento d'água da região metropolitana do Rio de Janeiro e por 20% da produção de energia elétrica. Nessa reunião, em 20 de junho de 2005, ficou acertada a constituição da Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA) para consolidar a implementação de um cronograma de ações na bacia do Paraíba do Sul.

O crescimento da atividade industrial – siderúrgica, metal-mecânica, automobilística – juntamente com o turismo (hotéis-fazenda e veraneio) respondem pelos altos índices de população urbana desses municípios. A área recebe muitos migrantes na expectativa de encontrar trabalho e observam-se movimentos diários entre pequenos aglomerados – núcleos dormitório – e as cidades de maior porte.

ATIVIDADE FINAL

O guia de uma excursão e uma das turistas tiveram o seguinte diálogo:

- Vamos visitar um hotel-fazenda do Vale do Paraíba e conhecer uma parte importante da História do Brasil!
- Estou ansiosa! Poderei conhecer a história dessas fazendas e comprar geléia e café produzidos lá mesmo!

- a. Estabeleça a relação entre o chamado ciclo do café e o turismo atual, no Vale do Paraíba fluminense.
- b. Explique como o turismo atual influi na atividade agropecuária.

RESPOSTA COMENTADA

Para identificar as transformações ocorridas na área do Vale do Paraíba, atualmente, e entender a relação entre a cafeicultura e o turismo, procuramos mostrar que, com a decadência do café no Vale do Paraíba, restou toda uma estrutura das grandes fazendas que atualmente procuram recriar o ambiente do século XIX e resgatar o passado de riqueza daquela região. Algumas fazendas transformaram-se em hotéis-fazenda e recebem visitantes, além de contarem com funcionários para relatar sua história. As fazendas dedicam-se a produzir artigos que os turistas compram e são também usados no cardápio dos restaurantes.

A região do médio Vale do Paraíba fluminense, embora apresente hoje um caráter urbano com predomínio de atividades industriais e serviços, possui algumas áreas com expressiva atividade agropecuária. São condições que permitiram integrar a força de trabalho local, seja ela rural ou urbana. No entanto, torna-se mais viável desvincular alguns municípios de uma única atividade. No caso da CSN, em Volta Redonda e da Light, em Piraí, as economias durante muito tempo giraram em torno dessas empresas e quando estas foram privatizadas, não foi possível relocar toda a mão-de-obra dispensada.

Criar condições para a organização de produtores rurais, com uma política de apoio às cooperativas, implementar políticas que apóiem o turismo e talvez agrupar dois ou três municípios que possuam realidade semelhante, todas essas ações podem representar uma solução para os problemas do vale.

RESUMO

A região do Vale do Paraíba teve, ao longo de sua história, diferentes atividades econômicas que deixaram marcas na paisagem.

Assim, tivemos a cafeicultura e as ferrovias, as indústrias alimentares – laticínios – ligadas à pecuária, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, dentre outras atividades.

Atualmente, o intenso processo de urbanização do espaço brasileiro se faz sentir no Vale do Paraíba fluminense, aparecendo novos eixos industriais como o de Resende e Porto Real e transformando centros urbanos em locais de prestação de serviços.

O turismo surge como uma nova opção e participa do processo de reestruturação rural, na medida que fazendas de café se transformam em hotéis e oferecem produtos para atender ao turista.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos o litoral sul do estado, os vestígios do caminho do ouro e o turismo na região. A abertura da BR-101, um fator positivo ou negativo?

Litoral sul fluminense: dos caminhos do ouro à exploração turística

AULA 23

Meta da aula

Explicar o processo de ocupação e transformação do litoral sul fluminense.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Avaliar a importância do antigo Caminho do Ouro na ocupação do litoral sul.
- Identificar as mudanças determinadas pelas atividades industriais e pelo turismo.
- Apontar os problemas ambientais resultantes das atividades turísticas e industriais.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo da Aula 19 sobre a ocupação do território fluminense.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, você vai conhecer melhor o litoral sul fluminense, compreendendo por que o antigo Caminho do Ouro foi importante no processo de ocupação dessa região.

Você perceberá o quanto as atividades turísticas atuais interferiram no equilíbrio socioambiental da área, a partir da abertura da BR-101 (Rio–Santos). Conhecerá também as atividades industriais que se instalaram em Angra dos Reis e Itaguaí, principalmente.

A CRIAÇÃO DA REGIÃO LITORAL SUL

A Lei Complementar nº 105, de 4/7/2002, retirou os municípios de Itaguaí e Mangaratiba da região metropolitana do Rio de Janeiro e juntou-os aos de Angra dos Reis e Parati. Para a Turisrio, essa nova região corresponde à Costa Verde, que abrange assim os quatro municípios. Foram criadas, então, duas microrregiões:

- a da baía de Sepetiba: Itaguaí e Mangaratiba;
- a da baía da Ilha Grande: Angra dos Reis e Parati.

A NATUREZA NO LITORAL SUL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A região apresenta clima tropical úmido. A temperatura média anual é de 27°C, e ainda podemos encontrar alguns trechos da Mata Atlântica, rica em espécies da fauna e da flora, apesar da devastação decorrente do turismo e da atividade industrial. Devido ao relevo irregular e aos rios que cortam a região, são comuns as cachoeiras e cascatas. Parati abriga o Parque Nacional da Serra da Bocaina e uma baía cheia de ilhas.

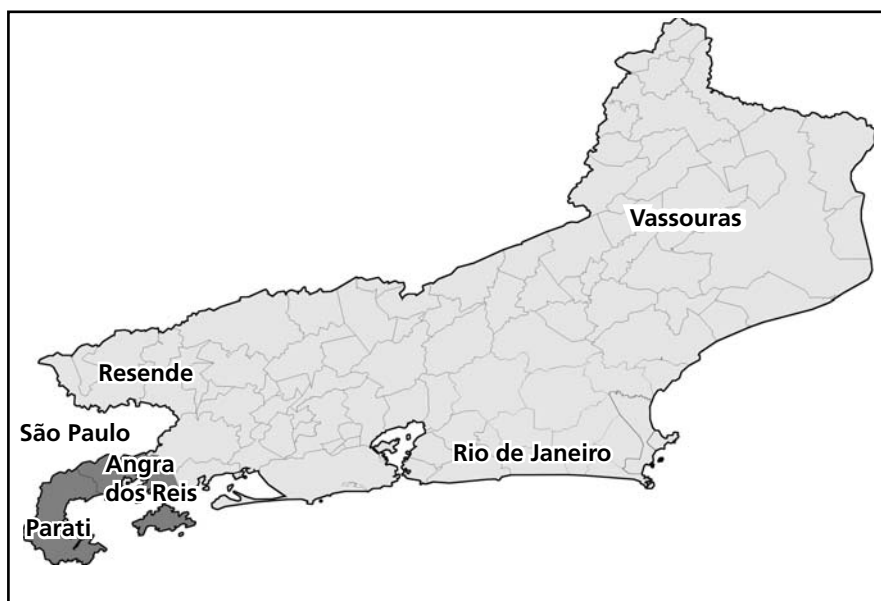


Figura 23.1: Litoral sul fluminense.

OS TORTUOSOS CAMINHOS DO OURO E A OCUPAÇÃO DO LITORAL SUL

A atual área do município de Parati era reduto dos índios guaianás, cujos domínios se estendiam desde Cananéia (SP) até Angra dos Reis (RJ).

O núcleo que deu origem à cidade de Parati foi fundado por portugueses da capitania de São Vicente (SP), no início do século XVI. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, a antiga trilha dos guaianás, que transpunha a serra do Facão atingindo o Vale do Paraíba tornou-se passagem obrigatória para a região das minas. Esse foi o caminho percorrido pelos portugueses e índios guaianás para combater os tamoios que habitavam a zona de mineração.

No final do século XVI, Parati já se destacava pela produção de açúcar, e até hoje a cidade preserva inúmeros engenhos.

A partir da descoberta do ouro na região de Minas Gerais, no final do século XVII, essa região ganhou enorme importância, pois se tornou o caminho oficial para o escoamento do ouro das minas, que era levado para Parati, depois para o Rio e daí para Portugal.

Em 1702, o governador do Rio de Janeiro baixou o Regimento das Minas, determinando que apenas o gado podia ser levado até Minas Gerais pelo caminho do sertão (pela Bahia), e que todas as mercadorias – inclusive o ouro – teriam de entrar pelo Rio de Janeiro, tomando o rumo

de Parati. Essa determinação aumentou intensamente o trânsito pelo Caminho do Ouro, fazendo com que o porto de Parati se transformasse em um dos mais importantes da Colônia.

Em 1703, uma carta régia ordenou que se instalasse, em Parati, Casa do Registro do Ouro, para controlar o fluxo do ouro das minas para o Rio de Janeiro e o de pessoas e mercadorias no sentido oposto. Essa instalação atestou a importância que as autoridades portuguesas atribuíram ao porto naquela época.

Por volta de 1710, Portugal proibiu o uso da estrada de Parati para o transporte do ouro das minas, pois foi instalada a Casa de Registro da Paraíba no Caminho Novo. Comerciantes pediram, ao governador do Rio de Janeiro, licença para realizar a viagem das minas pelo Caminho de Parati, comprometendo-se a voltar pelo Caminho Novo, alegando que este estava em mau estado de conservação.

Só em 1767 terminaram as obras principais da estrada da serra dos Órgãos, então chamada Caminho Novo, para diferenciar da estrada de Parati, chamada Caminho Velho. Esse Caminho Velho não foi totalmente abandonado, mas seu movimento começou a diminuir consideravelmente, o que acabou influenciando a economia da região.

Com a queda do tráfico do ouro, Parati voltou-se para a produção de aguardente – a famosa cachaça passou a ser conhecida pelo nome da cidade –, e o produto passou a ser usado na troca por escravos africanos. O caminho foi usado como rota do tráfico de escravos e, mais tarde, para escoar a produção cafeeira do Vale do Paraíba e para levar aos barões do café o luxo trazido da Europa.

Com a Lei Áurea libertando os escravos, a produção agrícola entrou em colapso, fato que se agravou com a ligação ferroviária Rio–São Paulo. A cidade de Parati perdeu, então, toda a sua importância econômica – como se parasse no tempo –, o que muito contribuiu para preservar suas fortes características coloniais.

Com a aprovação do Decreto 58.077, de 24 de março de 1966, a cidade de Parati foi declarada Monumento Histórico Nacional e, com a abertura da Rio–Santos – BR-101 –, a cidade transformou-se em pólo turístico de fama internacional.

Caminho do Ouro

Um dos principais portões de entrada para o interior do Brasil no período colonial, o Caminho do Ouro era uma estrada de 12.000km que unia Parati a Diamantina, passando por Ouro Preto e pela atual cidade de Tiradentes. Calçado nos séculos XVIII e XIX, foi abandonado no século XX e pouco restou do seu calçamento original. Um dos maiores trechos ainda existentes está no município de Parati, RJ. Uma parte deste caminho corta, de ponta a ponta, o sítio histórico ecológico do Caminho do Ouro, que foi recuperado e atualmente se encontra aberto para caminhadas e visitação pública.

**ATIVIDADE**

1. A cidade de Parati teve grande importância no chamado “ciclo do ouro”.
 - a. Explique o papel desempenhado por Parati no escoamento do ouro.
 - b. Aponte as causas da decadência do Caminho do Ouro.

RESPOSTA COMENTADA

Esta atividade procura atender ao objetivo de reconhecer a importância do antigo Caminho do Ouro na ocupação do litoral sul do estado, e procuramos mostrar que, no século XVIII, Parati representava o porto de saída para o ouro das minas e, desse modo, adquiriu grande importância na economia colonial. Com a abertura do Caminho Novo, ligando a região das minas diretamente ao Rio de Janeiro, o Caminho Velho passou a ser usado para transporte de alimentos para a região das minas e plantações de café, bem como para o escoamento da produção das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba. Parati passou a produzir um tipo de aguardente que passou a ser chamada pelo nome da cidade – Parati.

A ABERTURA DA BR-101: PROGRESSO OU DESTRUIÇÃO?

Como você pode concluir, o litoral sul do estado desempenhou importante papel portuário no período colonial. Porém, na medida em que a estrutura de transportes não acompanhou o processo econômico, a região permaneceu no isolamento.

Os contatos com Angra dos Reis eram feitos por péssimas rodovias, e, com Parati dependiam de irregular navegação marítima. É importante mencionar que as escarpas da serra do Mar se aproximam

muito do litoral nessa área, deixando pouco espaço para a circulação e, principalmente, para o povoamento.

A construção da Usina Nuclear Álvaro Alberto, em Mambucaba, e da Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep), em Itaguaí, determinou a necessidade de melhoria no acesso à região.

Criada em 1975 para ser a fornecedora de equipamentos para as usinas nucleares brasileiras, a Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep) é uma empresa privilegiada. Opera uma fábrica altamente equipada, de alta precisão e tecnologia, situada no município fluminense de Itaguaí. Está localizada a apenas 85km do Rio de Janeiro, a 430km de São Paulo e a 450km de Belo Horizonte, três das principais cidades do país. É dona ainda de um terminal portuário privativo, com capacidade de carga de mil toneladas.

A partir da década de 1970, a região recebeu investimentos do Governo Federal para a construção da BR-101 em áreas de encostas desgastadas e descobertas de vegetação, o que provocou elevados custos sociais ao meio ambiente, embora tenha facilitado o acesso à chamada Costa Verde. A construção da Rio-Santos se seguiu de uma imediata ocupação da região pelos grandes empreendimentos imobiliários. A especulação viu na Costa Sul do estado uma boa oportunidade de explorar o turismo de alto nível.

A partir da construção da BR-101, surgiram no litoral sul do estado vários empreendimentos turísticos e condomínios luxuosos que atraem visitantes de vários pontos do país e até mesmo do exterior.

Outro fator de destaque econômico, porém também discutível do ponto de vista ecológico, foi a construção do Tebig (Terminal da Baía da Ilha Grande) pela Petrobras, uma rede de oleodutos que liga o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, destinada ao escoamento do petróleo da refinaria ao porto. Trata-se de um terminal portuário privativo da Petrobras.

Já a construção naval de grande porte foi importante na região de Angra dos Reis. Os **ESTALEIROS** Verolme representaram, durante algum tempo, um dos pontos altos da dinâmica econômica da área, juntamente com as usinas nucleares e o terminal da Petrobras. Com a diminuição das encomendas e a crise da indústria naval brasileira, o setor entrou em decadência, provocando a quase paralisação dessa atividade na região.

Como alternativa, o governo procurou incentivar o turismo, que assim como a atividade industrial, vem agredindo seriamente o meio ambiente. Mesmo sem um projeto maior de preservação ambiental da região que é conhecida pela fragilidade de seus ecossistemas, as cidades da

ESTALEIROS
Locais destinados à
fabricação de navios.

região atraem cada vez mais turistas, com suas belas praias e patrimônio histórico de grande valor, especialmente Parati.



Aí vai uma dica: procure se informar sobre a FLIP – Feira Literária Internacional de Parati –, que vem se realizando todos os anos, com a presença de vários escritores e muitas atrações. Ela recebe muitos turistas e contribui significativamente para a economia da região.

A Ilha Grande, antiga sede de um presídio, está se tornando importante área de turismo ecológico. A ligação hidroviária ainda precisa ser melhorada. Vale lembrar que essa é uma área de proteção ambiental, mas a exploração turística tem proporcionado uma degradação considerável, visível pela contaminação das águas da baía da Ilha Grande.

Como você pode notar, a abertura da BR-101 favoreceu o desenvolvimento industrial e turístico da região, porém, interferiu no equilíbrio socioambiental do litoral sul do estado. Além do desmatamento em várias áreas de Mata Atlântica, ocorre o lançamento de dejetos industriais e esgoto doméstico no mar e na baía da Ilha Grande, em especial.

O estaleiro Brasfels (estaleiro), o ministério público estadual, as prefeituras de Angra dos Reis e Parati, sindicatos e ONGs estão muito próximos de um entendimento quanto ao ponto de descarte dos 520 mil metros cúbicos de sedimentos que serão dragados do canal de Jacuecanga, em Angra dos Reis. A obra é necessária para permitir o deslocamento das plataformas de exploração de petróleo P-51 e P-52, da Petrobras, que serão construídas no estaleiro. Em reunião realizada anteontem, o Brasfels desistiu da idéia inicial de despejar o lodo na Baía da Ilha Grande e sugeriu um novo local, mais próximo do que o pedido por diversas entidades. (Publicado em *O Globo* de 28 de julho de 2005.)

ATIVIDADE



2. A partir da década de 1970, o litoral sul do estado passou por grandes transformações.

- Aponte os principais fatores que desencadearam essas mudanças.
- Aponte as características econômicas do litoral sul, atualmente.

RESPOSTA COMENTADA

Como uma das mudanças determinadas pela indústria e pelo turismo no litoral sul fluminense, podemos ver a implantação da Usina Nuclear Álvaro Alberto, em Mambucaba, nas proximidades de Angra dos Reis e da Nuclep em Itaguaí, que exigiram uma melhoria na rede de transportes. Foi então aberto o trecho da BR-101, ligando o Rio de Janeiro a Santos. Essa rodovia trouxe grande progresso, com aumento dos índices de urbanização e o desenvolvimento do turismo; porém, causou grandes problemas para o meio ambiente e alterações no mercado de trabalho, como o desemprego em setores tradicionais – atividades agrícolas, pesca – e novos empregos na construção civil, condomínios de luxo e rede hoteleira. Hoje, a região atrai grande número de turistas pelas belezas naturais e pelas marcas de um passado histórico que procura preservar. Um dos trechos do Caminho do Ouro faz parte do sítio histórico e ecológico de Parati e está aberto à visitação.

A DINÂMICA SOCIAL DA REGIÃO

Os indicadores sociais e econômicos dos municípios da região não apresentam contrastes muito acentuados. Contudo, você não pode esquecer que esses dados representam médias das várias áreas dos municípios e não mostram a situação de extrema pobreza de muitos e o alto padrão de vida de alguns.

Em Angra dos Reis, por exemplo, é gritante o contraste entre o turismo de alto padrão, em hotéis e condomínios de luxo, e a situação de pobreza em que vivem os habitantes das comunidades carentes. Veja a Tabela 23.1:

Tabela 23.1: Indicadores sociais da região litoral sul

Cidades	Expectativa de vida (anos)	Renda <i>per capita</i> (reais)	IDH
Mangaratiba	69,4	330,35	0,790
Itaguaí	68,43	246,45	0,768
Angra dos Reis	69,14	275,66	0,772
Parati	71,35	312,07	0,777

Fonte: Fundação CIDE (2000).

O eixo urbano, que parte da metrópole carioca ao longo da rodovia Rio–Santos – BR-101 – alcançando Parati, apresenta municípios com índices crescentes de população urbana. É um eixo muito dinamizado

pelo turismo, veraneio, serviços e algumas indústrias. O mercado de trabalho tem sido profundamente alterado, com mudanças das atividades rurais e de pesca para ocupações ligadas à construção civil, serviços domésticos e atividades relacionadas ao turismo.



Figura 23.2: Mapa do eixo de urbanização do litoral sul.

A difusão de **URBANIDADES** no litoral sul tem sido bastante intensa, com base na abertura de rodovias, na construção da usina nuclear, na possibilidade de conseguir alguma ocupação nas atividades ligadas ao turismo e ao veraneio. É importante notar que muitos vão morar nas áreas rurais, residindo em favelas, em busca de ocupações na construção civil e em serviços diversos, por falta de outras oportunidades.

URBANIDADES

Correspondem às mudanças que alteram o meio rural, transformando-o, quando a ele são incorporadas características de atividades urbanas.

PRODUÇÃO DE ENERGIA NUCLEAR

Durante a ditadura militar no Brasil desenvolveram-se as negociações entre o Brasil e a Alemanha Ocidental que resultaram no Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear, conhecido como Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Esse acordo incluía a construção de oito centrais termonucleares, uma usina de enriquecimento de urânio e uma fábrica de reatores nucleares.

LENÇOL FREÁTICO

Lençol d'água subterrâneo, também chamado lençol aquífero.

MATAÇÃO

Rocha arredondada produzida pelo intemperismo, pela ação da água e pela variação da temperatura.

Apesar da falta de liberdade de expressão, houve muitos protestos da sociedade brasileira pelo alto custo financeiro e pela ameaça ao meio ambiente representada pela energia nuclear.

Foi construída a Usina Nuclear Álvaro Alberto, em Mambucaba, no município de Angra dos Reis. Houve muitos problemas nessa usina que a levaram a operar de forma descontínua. Logo de início, percebeu-se que a usina estava sendo instalada num local de falhas geológicas e com **LENÇÓIS FREÁTICOS** muito altos e **MATAÇÕES**, tendo de ser alterado e reforçado o estaqueamento de sustentação da usina.

Assim, bilhões de dólares foram investidos e, atualmente, Angra I e Angra II produzem uma quantidade pequena e cara de energia elétrica, sendo deficitárias na relação custo-benefício. Em 2002, a participação das usinas Angra I e II na produção nacional de energia elétrica representava 2% do total.

Os riscos são grandes, pois os resíduos radioativos podem contaminar o ambiente se não forem tratados e armazenados de modo correto.

A QUESTÃO DA TERRA

Outro aspecto forte do litoral sul fluminense está relacionado à estrutura fundiária da região. Veja a **Tabela 23.2**:

Tabela 23.2: Estabelecimentos e áreas por grupos de áreas das propriedades rurais

Regiões e municípios	Menos de 10ha	De 10 a 100ha	De 100 a 1.000ha	Mais de 1.000ha
Litoral Sul	308 est. 1.167ha	247 est. 7.381ha	24 est. 6.543ha	2 est. 7.269ha
Angra dos Reis	44 est. 210ha	59 est. 1.771ha	9 est. 2.335ha	1 est. 2.904ha
Parati	264 est. 957ha	188 est. 5.610ha	15 est. 4.208ha	1 est. 4.365ha

Fonte: Fundação CIDE (2000).

Como você pode observar, há uma grande concentração de terras nas mãos de poucos. Repare que há apenas uma grande propriedade (mais de 1000ha) registrada nos municípios de Angra dos Reis e Parati.

Esta é uma região de intensos conflitos. Nela há vários quilombos e a concentração de terra é grande, por conta da intensificação da exploração do turismo que levou a uma valorização do seu preço.

A agricultura familiar de lá ainda se dá artesanalmente, pois o nível tecnológico é baixo. Ainda aparecem atividades agrícolas como o cultivo da banana e da mandioca.

A região segue enfrentando um processo de intensas mudanças, iniciadas durante o ciclo do ouro e complementadas na década de 1970, com a abertura da Rio–Santos e os posteriores investimentos na produção de energia nuclear e na atividade estaleira.

Hoje, sua maior vocação se concentra na exploração turística. Em contrapartida, a região sofre ainda muitas agressões ao meio ambiente, como o desmatamento de parte da Mata Atlântica e lançamento de esgoto doméstico e industrial na baía e no mar aberto. As transformações atingiram também o mercado de trabalho, predominantemente a atividade urbana.

Todas essas transformações fazem do sul fluminense uma região de grande interesse para o capital, mas também dão a ela um caráter de região de grandes contrastes sociais, pois os altos investimentos no turismo de alto padrão, principal ramo de exploração da região, não conseguiram produzir os resultados sociais desejados e, ao contrário, marginalizaram uma grande parcela da população não preparada para se empregar nesse setor.

ATIVIDADE FINAL

A baía de Parati é um dos lugares mais bonitos do litoral brasileiro. Ela pertence à baía da Ilha Grande e, por este motivo, tem águas calmas e claras, características que a tornam ideal para passeios inesquecíveis.

Esse pequeno texto corresponde a uma das formas de propaganda turística em Parati. No entanto, esconde a realidade das transformações causadas nesses espaços por ocasião, principalmente, da abertura da BR-101. Assim, comente as alterações ocorridas no mercado de trabalho do litoral sul fluminense.

RESPOSTA COMENTADA

Para mostrar as transformações ocorridas no litoral sul do estado do Rio de Janeiro com a abertura da BR-101, nesse trecho Rio–Santos, procuramos explicar que ocorreram sensíveis mudanças, pois o processo de urbanização se acelerou. Muitas áreas rurais se transformaram em áreas de turismo e veraneio. Muitos habitantes que trabalhavam em atividades agrícolas e na pesca foram atraídos pelas atividades ligadas ao turismo e ao veraneio, em bares, restaurantes, hotéis. Cresceram, também, o setor da construção civil e os empregos domésticos.

RESUMO

Durante o ciclo do ouro, essa região tornou-se conhecida por ser Parati uma das cidades por onde passava o ouro das Minas Gerais. Durante a década de 1970, com a abertura da Rio–Santos, a região começou a atrair muitos turistas e veranistas. Em contrapartida, a região sofreu muitas agressões no meio ambiente, como o desmatamento de parte da Mata Atlântica e o lançamento de esgoto doméstico e industrial na baía e no mar.

Ocorreram também transformações no mercado de trabalho, passando a predominar a atividade urbana.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos a região do noroeste fluminense e seu processo de esvaziamento e estagnação.

Noroeste fluminense: da opulência dos barões do café ao esvaziamento econômico e demográfico

AULA

24

Meta da aula

Discutir o processo de esvaziamento econômico e estagnação da região noroeste fluminense.

objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Identificar e localizar os municípios que integram o noroeste fluminense.
- Identificar a importância da cafeicultura na ocupação da área.
- Apontar as transformações ocorridas na região e suas características socioeconômicas atuais.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo da Aula 19, sobre a ocupação do território fluminense.

INTRODUÇÃO

O noroeste fluminense é a mais pobre das regiões do estado do Rio de Janeiro, sendo sua economia baseada na agropecuária e no comércio.

Trata-se de uma área influenciada pela altitude, onde, além da pecuária leiteira, que é predominante, há tentativas de retomada do cultivo de café, em lugares como Bom Jesus de Itabapoana.

Essa região apresenta baixos índices socioeconômicos, concentração de renda e padrões de consumo típicos de áreas rurais pobres. O fenômeno dos bóias-frias, já descrito na aula sobre a baixada campista, é também bastante comum nessa área.

Pela regionalização do CIDE, o noroeste fluminense abrange os seguintes municípios: Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Raposo, Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai. Veja o mapa que mostra a localização e a divisão do noroeste fluminense em municípios:

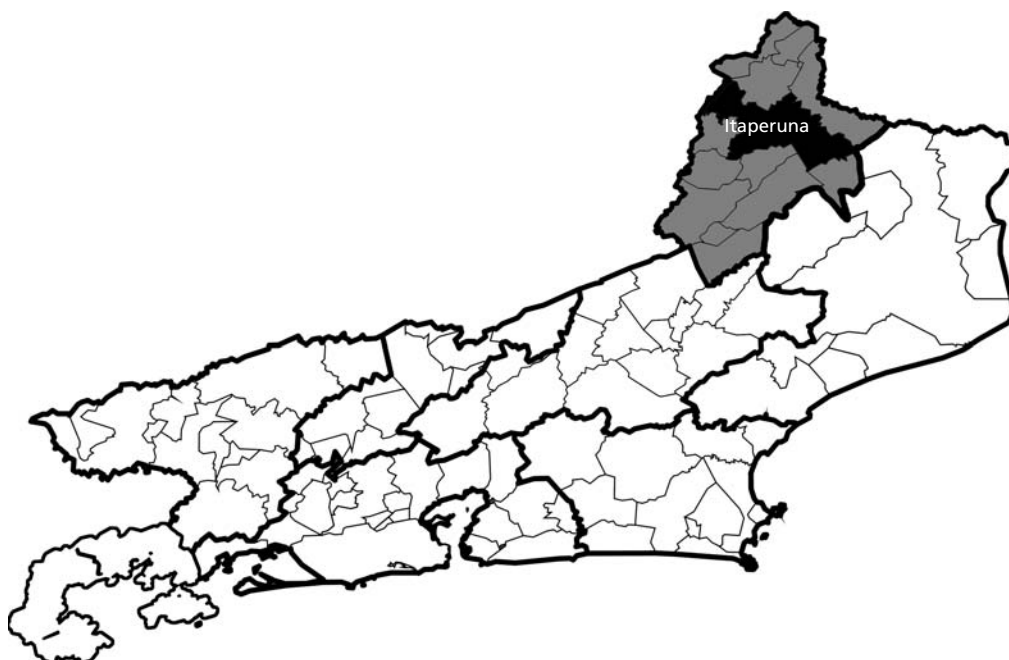


Figura 24.1: Localização do noroeste fluminense e seu principal município.

A NATUREZA NO NOROESTE DO ESTADO

Essa é uma região de relevo diversificado, com a serra da Mantiqueira ao norte, a depressão do médio Paraíba e o alinhamento do topo das serras que acompanham o rio Paraíba. Apresenta poucas áreas de planícies fluviais argilosas, nas margens dos rios Muriaé e Paraíba do Sul. Os rios mais importantes são o Itabapoana, o Carangola, o Muriaé, o Pomba e o Paraíba do Sul.

As únicas áreas da região que ainda apresentam florestas nativas – Mata Atlântica – são os topos mais elevados da serra do Mar e da serra da Mantiqueira.

O clima é semi-úmido, chegando a ter de quatro a cinco meses de seca (maio a setembro). Já a temperatura média anual é em torno de 22°C, sendo superior a 24°C no verão.

O CAFÉ LEVOU A RIQUEZA À REGIÃO

O povoamento da região teve origem no século XVII, com as missões jesuíticas encarregadas de pacificar e catequizar os indígenas lá estabelecidos.

Os rios Paraíba do Sul e seus afluentes, Muriaé e Pomba, tiveram importância fundamental no desenvolvimento da região. Nas margens do rio Pomba foi construída a capela de Santo Antônio de Pádua, em torno da qual se instalou um aldeamento indígena. São também esses afluentes os responsáveis pela existência, na região, de fontes hidrominerais que ajudam no tratamento de algumas doenças.

Diversos municípios e localidades têm nomes de origem indígena, como Itaocara, Itaperuna, Cambuci, Miracema, o que mostra a influência dos primeiros ocupantes da região.

Foi no século XVIII que se estabeleceu o grande marco da ocupação do médio vale do Paraíba, e tal fato se deu pela implantação da lavoura cafeeira. O café já vinha sendo cultivado no Rio de Janeiro, conforme vimos anteriormente, e atingiu, nessa época, o norte e o noroeste do estado.

Com o auge da economia cafeeira no final do século XIX, a colonização desenvolveu-se rapidamente. Os proprietários – barões do café – conseguiram subvenção do governo para a construção da Estrada de Ferro Carangola. Esse fato intensificou o processo de ocupação dessas terras, permitindo seu rápido desenvolvimento.

Assim, ao final do século XIX, essa região teve vida econômica e social intensa e um grande surto progressista, tornando-se importante zona produtora de café, algodão e cana-de-açúcar.

Natividade tornou-se importante centro ferroviário para embarque da produção cafeeira daquela região. Essa localidade foi elevada à categoria de município e teve uma fase de grande prosperidade, até o esgotamento dos solos, quando se iniciou o processo de estagnação das principais produções.

O cultivo de café promoveu o povoamento em dois diferentes eixos do estado do Rio de Janeiro. O primeiro numa área que vai de Resende a Três Rios, e o segundo eixo que parte do município de Cantagalo em direção à região de Itaperuna.

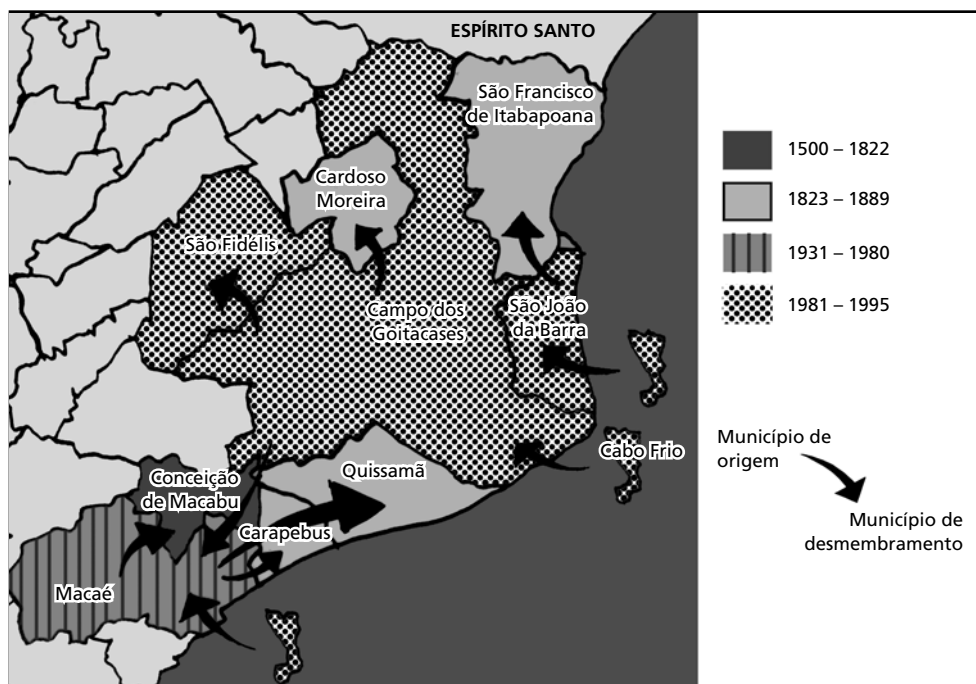


Figura 24.2: Desmembramento que configura o atual espaço do norte fluminense.

Com o esgotamento dos solos e o declínio da lavoura, a economia passou a basear-se na pecuária. A libertação dos escravos, como você já leu na Aula 22, contribuiu para a decadência da cafeicultura, pois o produto foi levado para São Paulo, que já contava com a mão-de-obra do imigrante italiano.

**ATIVIDADE**

1.a. O noroeste fluminense teve uma fase de opulência e hoje enfrenta um processo de esvaziamento e estagnação. Aponte a atividade econômica que trouxe a riqueza para essa região e as evidências do prestígio que os grandes proprietários de terras tinham junto ao Império.

1.b. Identifique dois fatores da decadência dessa atividade.

RESPOSTA COMENTADA

a. Para a compreensão da importância da cafeicultura na ocupação do noroeste fluminense, procuramos mostrar que, assim como no médio Vale do Paraíba fluminense, o plantio do café trouxe a riqueza para essa área, pois toda a economia brasileira girava em torno da exportação do produto. Os cafeicultores – barões do café – tornaram-se ricos, poderosos e influentes, como atesta a subvenção obtida para a construção da Estrada de Ferro Carangola, que trouxe maior progresso à região, facilitando o escoamento do café.

b. O cultivo extensivo do produto levou ao esgotamento dos solos, e a abolição da escravidão tornou mais difícil a mão-de-obra necessária para essa lavoura. O café segue seu caminho rumo a São Paulo, onde encontrou clima e solo favoráveis – terra roxa – e a mão-de-obra do imigrante italiano, já assalariada, que substituíla, com vantagens, o escravo.

O LEITE AJUDA NO PÃO DE CADA DIA...

Atualmente o leite é o grande produto regional, sendo Itaperuna o segundo produtor do estado.

Há produção, ainda, de arroz em Itaperuna, Natividade e Laje do Muriaé. A cana-de-açúcar tem pouca importância na área, destacando-se o município de Itaocara, cuja produção passou a ser captada pelas usinas da baixada campista, principalmente após a gradual desativação das unidades industriais dos municípios de Bom Jesus de Itabapoana e Cambuci.

O café, que já foi um produto de importância, é uma cultura em vias de desaparecimento, não só na região, mas em todo o estado, apesar de ainda aparecer no município de Varre-Sai. Já o gado para corte tem certa expressão, embora predomine a pecuária leiteira.

O principal centro regional do noroeste fluminense é Itaperuna, antiga área cafeicultora que conta atualmente com expressiva produção de arroz, tomate e café, além da pecuária leiteira, pois possui o maior rebanho da região. As atividades industriais estão ligadas ao processamento da produção leiteira e ao beneficiamento do arroz.

A pecuária leiteira é também importante em Bom Jesus de Itabapoana, que comercializa seu produto em Itaperuna, em Cambuci – o segundo maior rebanho da região –, em Laje do Muriaé, em Miracema e nos demais municípios.

Como você já sabe, em Varre-Sai temos a maior produção de café do estado. O município apresenta pequenas e médias propriedades rurais e poucos latifúndios, e é conhecido também por sua produção artesanal de vinhos, herança de descendentes de italianos que ali chegaram no século XIX.

No que se refere à indústria, o desenvolvimento no noroeste fluminense é pequeno, restringindo-se quase exclusivamente ao beneficiamento de produtos alimentares, como o arroz e o leite.

A atividade industrial da região noroeste fluminense – Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaperuna, Itaocara, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai – diminuiu ao término do primeiro semestre deste ano. A conclusão resulta dos dados da pesquisa Sondagem Econômica Regional, feita pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), e que mostram o aumento não planejado dos estoques de produtos finais, decorrente da frustração de expectativas de vendas dos empresários, ainda que essas tenham aumentado de abril a junho frente aos primeiros três meses do ano. Fonte: Firjan (2000).

AS POSSIBILIDADES TURÍSTICAS

Alguns municípios vêm tentando articular a possibilidade de desenvolver o turismo rural e procuram organizar um Fórum Regional de Desenvolvimento Turístico. As dificuldades são a ausência de infraestrutura e de uma identidade turística regional.

O município de Raposo é uma estância hidromineral e procura atrair os turistas, valendo-se também da proximidade de Eugenópolis, cidade conhecida pelas lojas de fábrica de roupas de dormir, cama e mesa. O que existe é a intenção de unir os atrativos de Eugenópolis aos de Raposo, onde existem águas carbo-gasosas sulfurosas e magnesianas, todas com propriedades medicinais e indicadas para auxiliar diversos tipos de tratamento.

No município de Santo Antônio de Pádua destaca-se uma estância de água mineral alcalina, bicarbonatada, sódica e iodetada, considerada rara e recomendada no tratamento de distúrbios cardiovasculares. Nesse município, também se destacam as pedras ornamentais.



Aí vai uma dica: procure trocar informações com seus colegas e com seu tutor sobre as águas de Raposo. Informe-se sobre os aspectos naturais que possibilitaram esse tipo de formação e de que maneira ele pode ser utilizado pelo homem.

São bastante significativas as formas de trabalho no local de moradia, ligadas à indústria de confecções e de alimentos que ajudam a compor a renda doméstica das famílias rurais. Destacam-se também os deslocamentos espaciais cotidianos de segmentos da população em busca de trabalho ligado às atividades turísticas, de construção civil e de serviços variados.

Quanto à agricultura, temos valores expressivos de modernização, como você pode ver no mapa a seguir.

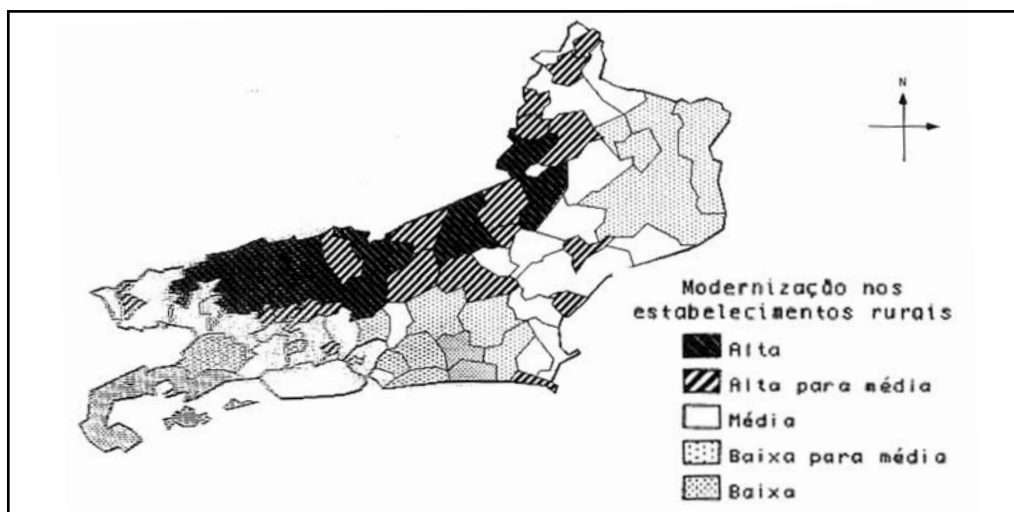


Figura 24.3: Modernização agrícola. Potencialidades produtivas.

No noroeste fluminense, assim como na baixada campista, foi implantado um pólo de fruticultura irrigada, do Programa Frutificar, visto na aula sobre a baixada campista. O Projeto Frutificar financia até 150 mil reais para produtores que pretendem plantar coco, abacaxi ou maracujá em suas terras. Os juros para esse financiamento são de 2% ao ano, e o prazo de quitação da dívida é de cinco anos. O seu objetivo é atender aos pequenos produtores da região que, em sua maioria, plantam cana ou mantêm culturas de subsistência. Para que um produtor seja beneficiado pelo projeto, sua propriedade deve passar por inspeção dos agrônomos da Emater-RJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) local. Nessa inspeção, são verificadas variáveis como qualidade do solo, disponibilidade de água e energia elétrica, e é feito um “perfil gerencial” do produtor. Uma vez beneficiado, o produtor compromete-se a vender, no mínimo, 50% de sua produção para uma empresa integradora que, por sua vez, deve comprar toda a produção levada pelo agricultor.

As vantagens oferecidas por esse projeto, aparentemente, são muitas, porém, pela experiência, percebe-se que não têm conseguido atingir seus objetivos, pois certas diretrizes do projeto têm dificultado o acesso ao financiamento por parte de alguns produtores. A primeira delas diz respeito ao tamanho da propriedade, estipulado em dois hectares no mínimo, para a obtenção do crédito. Esse tamanho poderia ser repensado, uma vez que o objetivo central é o de atender aos pequenos produtores. Outra dificuldade reside no “perfil gerencial”, pois quem

determina esse perfil são os profissionais da Emater-RJ, mas não existem parâmetros definidos, e a análise se torna muito subjetiva e passível de manipulações.



ATIVIDADE

2.a. Identifique a atividade econômica que o governo procura incentivar para substituir a cafeicultura e aponte os fatores favoráveis nessa atividade.

2.b. Indique de que maneira um projeto como o Frutificar pode influenciar na reestruturação econômica da região.

RESPOSTA COMENTADA

a. Para caracterizar as transformações ocorridas no noroeste fluminense e suas características atuais, procuramos mostrar que, com a decadência do café, o governo procura incentivar o turismo, mas falta um elemento de identidade regional. As águas minerais constituem um fator de atração, em Raposo, assim como a indústria de confecções.

b. O Projeto Frutificar promete atender ao pequeno produtor, mas discrimina-o, estabelecendo um limite mínimo para a propriedade que será beneficiada. Pode ser uma opção para alguns agricultores, numa área que enfrenta um processo de esvaziamento econômico.

AS DIFERENÇAS ENTRE OS MUNICÍPIOS

Você vai observar na **Tabela 24.1**, que mostra os indicadores socioeconômicos dos municípios do noroeste fluminense (lembrando que esses dados são apenas médias), como se distribui a riqueza da região. Os dados evidenciam uma discrepância muito grande entre a extrema pobreza e a riqueza acumulada por alguns.

Tabela 24.1: Indicadores socioeconômicos da região noroeste fluminense

Municípios	Expectativa de vida	Renda <i>per capita</i>	IDH
Itaperuna	73,01	261,87	0,787
Itaocara	70,54	287,50	0,771
Aperibé	69,47	240,16	0,756
Santo Antônio de Pádua	70,54	242,03	0,754
Bom Jesus de Itabapoana	66,95	242,49	0,747
Natividade	66,36	242,38	0,737
Cambuci	70,54	199,09	0,733
Miracema	65,98	236,98	0,732
Porciúncula	69,39	180,80	0,731
Italva	65,98	212,04	0,724
São José do Ubá	68,83	199,51	0,718
Varre-Sai	62,17	176,02	0,679

Fonte: Fundação CIDE (2000).

Nessa região fica o município Varre-Sai, que apresenta o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano – varia de 0 a 1) do estado do Rio de Janeiro. Para você estabelecer comparações, vamos lembrar que o maior IDH do estado é o de Niterói (0,886).

Nesta aula podemos ter um panorama das características socioeconômicas da região noroeste fluminense a partir da análise dos fatores que provocaram a estagnação econômica e o esvaziamento populacional. Da opulência do período da cafeicultura ao período atual, a região enfrentou fortes crises econômicas e acompanhou a saída de seus habitantes que partiram em busca de trabalho, renda e melhores condições para se viver. Por outro lado, alguns municípios vêm tentando articular a possibilidade de desenvolver outras atividades, ou seja, vêm buscando a diversificação na geração de renda como forma de alterar a realidade do noroeste fluminense, que está entre as regiões mais pobres no estado.

No entanto, a esfera governamental não tem conseguido a promover a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento e para auxiliar na criação de uma identidade regional que desenvolva setores como o do turismo.

ATIVIDADE FINAL

Seu Sandoval morava desde os quatro anos de idade na cidade de Varre-Sai, noroeste fluminense. Ele migrou com seus pais da região do Vale do Paraíba por causa da falta de trabalho, já que a família sempre se dedicou à agricultura. No noroeste do estado a família de seu Sandoval também não conseguiu resistir à estagnação econômica, principalmente depois que sua lavoura de café se acabou e que a ajuda do Estado não chegou até eles. Eles resolveram mudar para a cidade grande, e hoje vivem num barraco na periferia do Grande Rio. Fale das conseqüências que a estagnação econômica de uma região pode produzir, principalmente quando o Estado não se faz presente como planejador do desenvolvimento.

RESPOSTA COMENTADA

As primeiras conseqüências das transformações ocorridas numa determinada região são sentidas pela população mais carente, mas essas transformações também podem atingir a população mais rica, como foi o caso do noroeste fluminense, por ocasião da estagnação da principal atividade econômica que sustentava a região, a cafeicultura. A tendência é que a estagnação econômica produza outro fenômeno, o do esvaziamento populacional, pois as pessoas acabam buscando outras regiões para viver, que possam oferecer trabalho e renda. O problema é que nem sempre essas pessoas encontrarão situações dignas de vida nos locais para onde se dirigem. Essas situações poderiam ser evitadas caso o Estado cumprisse efetivamente o papel que lhe cabe, que é o de fomentar o desenvolvimento diversificado de uma região, gerando emprego e renda para seus habitantes.

RESUMO

O povoamento efetivo no noroeste fluminense dessa região ocorreu com a cafeicultura, no século XIX, mas a economia entrou em declínio com a decadência desse produto no estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, a região vive um processo de esvaziamento e estagnação econômica. A principal atividade econômica é a pecuária leiteira, sendo Itaperuna o segundo produtor de leite do estado, contando com o maior rebanho.

O turismo procura se expandir, com dificuldade, procurando valorizar as estâncias hidrominerais de Raposo e Santo Antônio de Pádua.

O Projeto Frutificar promete uma alternativa para os agricultores, mas esquece as necessidades maiores de muitos pequenos lavradores.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, vamos analisar a dinâmica das atividades econômicas no processo de transformação socioambiental do estado, assim como as perspectivas futuras.

Rio de Janeiro: território do petróleo, dos serviços ou da Mata Atlântica?

AULA

25

Meta da aula

Discutir o processo de esvaziamento econômico e estagnação da região noroeste fluminense.

objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Analisar as conseqüências do crescimento urbano acelerado na reconfiguração socioespacial do estado do Rio de Janeiro.
- Avaliar os efeitos da exploração do petróleo no território fluminense.
- Identificar os fatores que determinam o predomínio do setor terciário na economia do estado.
- Descrever as conseqüências socioambientais das transformações no mercado de trabalho.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido o conteúdo das Aulas 19 a 24, sobre o estado do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A localização do estado na região mais dinâmica do Brasil, que se concentra em um raio de 500km, e a sua participação na produção do PIB nacional (cerca de 67% do total) são suficientes para mostrar que a grandeza do estado do Rio de Janeiro não se limita apenas à sua topografia belíssima e bastante peculiar. No entanto, seu poderio econômico, que se expressa também por meio das inúmeras oportunidades de negócios e das boas taxas de crescimento apresentadas nos últimos anos, não tem se refletido na diminuição das desigualdades sociais, que também são expressivas.

Nas aulas anteriores, buscamos destacar os principais aspectos de cada uma das regiões fluminenses, ao mesmo tempo que levantamos as principais questões que têm afetado a dinâmica de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro nos contextos regional e nacional. O objetivo maior agora é refletir, a fim de elucidar a verdadeira vocação desse estado, tanto no que se refere à exploração econômica quanto na busca do crescimento na área social.

Para prosseguirmos, veja agora os dados, apontados no quadro abaixo, que nos ajudam a ter uma visão mais abrangente da realidade espacial fluminense.

Indicadores econômicos e dados espaciais

- Área territorial: 43.910km²
- % da área do Brasil: 0,52%
- População: 14.367.000, sendo 96% urbana e 4% rural (Censo 2000, IBGE)
- % da população nacional: 8,47%
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,802 (2002)
- Taxa de analfabetismo: 6,9% (1999)
- Regiões de Planejamento: 8
- 92 municípios

A DIVISÃO EM MUNICÍPIOS E A REGIONALIZAÇÃO

O estado do Rio de Janeiro está dividido, atualmente, em 92 municípios e oito regiões de governo. Entretanto, as políticas implementadas pelo governo estadual raramente levam em conta essa regionalização, embora todos saibam da importância da dimensão regional. Os municípios assim agrupados – em regiões de governo – têm problemas comuns que poderiam ser resolvidos se fossem atacados com políticas de âmbito regional, com ações conjuntas.

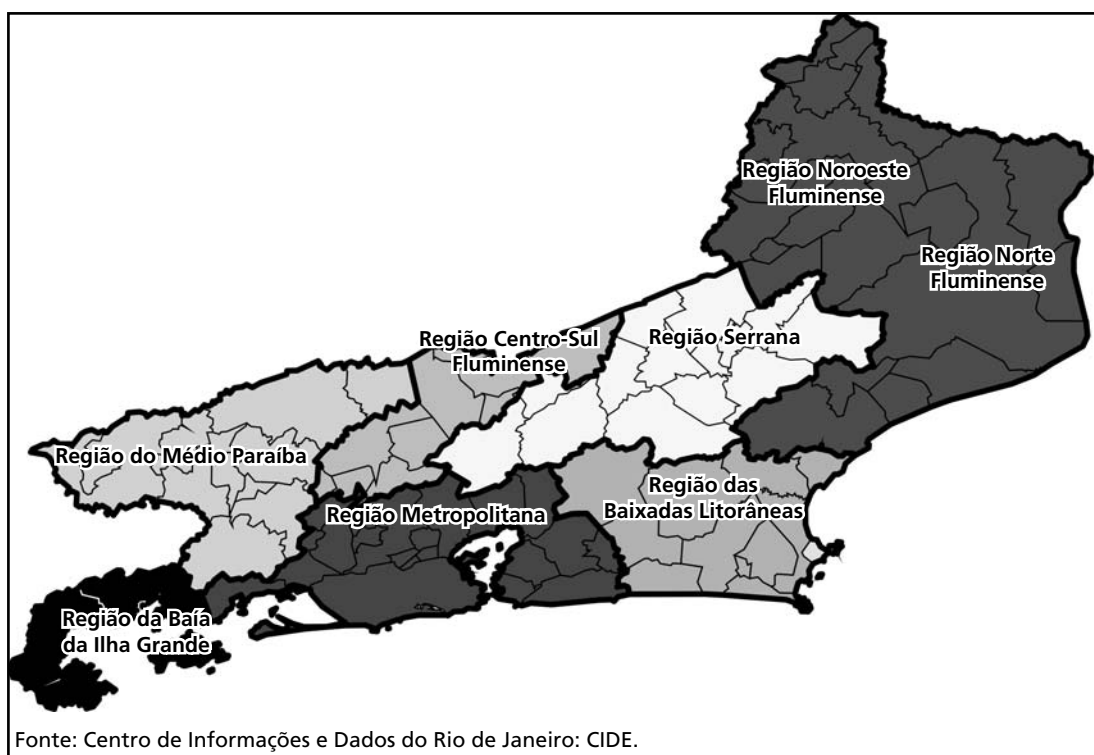


Figura 25.1: Regionalização do CIDE para o Rio de Janeiro.

A Constituição de 1988 deu maior autonomia aos municípios – cada um deles com sua Lei Orgânica – e daí se originaram vários movimentos de emancipação. A maior parte dos movimentos de emancipação foi originado pelo incentivo dos *royalties* pagos pela exploração do petróleo na bacia de Campos. Nesse caso, muitos **DISTRITOS** se sentiram prejudicados em relação às sedes municipais e passaram a pleitear a emancipação, que acabou ocorrendo em vários casos, como você verá a seguir.

A partir de agora, faremos uma análise das principais vocações econômicas do estado e de que maneira elas vêm sendo tratadas no âmbito das políticas públicas. Será o Rio de Janeiro um espaço com possibilidades de se dedicar apenas à exploração econômica das suas características naturais, como é o caso da extração do petróleo e do turismo (Mata Atlântica), ou o estado precisa continuar investindo na sua vocação de prestador de serviços?

DISTRITOS

Mais de 95% de seus habitantes vivem em cidades (sedes de municípios) e em vilas (sedes distritais).

RIO DE JANEIRO É O TERRITÓRIO DO PETRÓLEO?

Começaremos nossa análise pela característica que, nas últimas décadas, tem trazido maior vulto de investimentos ao estado, mas que, no entanto, não tem conseguido promover uma reconfiguração socioespacial positiva.

O território fluminense apresenta as maiores reservas de petróleo do país, sendo responsável por cerca de 90% da produção petrolífera nacional.

Essa atividade teve início no final da década de 1970, com a descoberta de petróleo em águas do Rio de Janeiro, e contribuiu para transformar espaços antes voltados para uma economia tradicional e decadente, principalmente para a agricultura, como no caso de Campos dos Goitacases, Quissamã, Rio das Ostras e, principalmente, Macaé, onde está sediada a base operacional da Petrobras.

Em virtude da exploração do petróleo, mais de 60 municípios fluminenses foram beneficiados, aumentando sua arrecadação por meio dos *royalties* e participações especiais.

Você pode ver, na **Tabela 25.1**, que os municípios mais beneficiados são os da baixada litorânea e os da baixada campista.

Tabela 25.1: Estado do Rio de Janeiro: Distribuição de *royalties* e participações especiais (2000)

Municípios beneficiados	<i>Royalties</i> (milhões de reais)	Participação especial	Total (em milhões de reais)
Campos de Goitacases	94.025	54.743	148.768
Macaé	67.461	17.365	84.827
Rio das Ostras	36.510	25.201	61.711
Quissamã	25.077	5.971	31.048
Cabo Frio	23.371	-	23.371
São João da Barra	12.263	-	12.263
Armação dos Búzios	12.071	-	12.071
Casimiro de Abreu	11.547	-	11.547
Duque de Caxias	11.041	-	11.041
Carapebus	10.859	0,591	11.450

Fonte: *Jornal do Brasil* de 21/2/2001, dados fornecidos pela Petrobras – adaptação.

A partir da década de 1980, esses *royalties* e participações especiais contribuíram para a emancipação de vários municípios, como Quissamã (1990), Rio das Ostras (1993) e Carapebus (1997). A pressão pelos movimentos emancipatórios começou a surgir devido à distribuição irregular ou desigual que era feita pelas prefeituras. A maior queixa era de que os benefícios limitavam-se às sedes dos municípios, enquanto as áreas mais distantes e menos providas de infra-estrutura não entravam nos planos de investimentos públicos. Uma grande insatisfação começou a se formar nas populações residentes nas antigas vilas e distritos, fomentando a emancipação. Um exemplo é o caso de Quissamã, que era distrito de Macaé e se desmembrou do município-sede na década de 1990, passando a ter direito a uma cota no pagamento dos *royalties* do petróleo.

É evidente que esse desejo de emancipação, por um lado, muitas vezes encobre o interesse de criar cargos políticos – prefeito, vereadores – cujos ocupantes se beneficiarão dos *royalties* recebidos pelos novos municípios. Por outro, esses recursos poderiam ser canalizados para a criação de um projeto de desenvolvimento, especialmente nas regiões mais pobres, como o norte e o noroeste fluminenses, que necessitam de saneamento básico, estradas, empregos e possuem grande potencial para atividades turísticas, pois poderiam ser aproveitadas riquezas naturais e culturais.

No entanto, pouco se tem feito, nesse sentido, nos municípios beneficiados pelos *royalties* e pelas participações especiais. Ao contrário, o que se tem observado é um aumento das condições de pobreza e o rareamento dos investimentos com infra-estrutura e geração de empregos em quase todos os municípios beneficiados com a exploração dessa riqueza.

ATIVIDADE



1. A exemplo de Quissamã, muitos outros municípios seguiram na mesma direção desde a descoberta do petróleo na região de Campos. Nesse sentido, aponte as principais consequências da descoberta do petróleo na região para os municípios que se encontram nas áreas adjacentes.

RESPOSTA COMENTADA

Para atender ao objetivo de compreender os efeitos da exploração do petróleo no estado, procuramos mostrar que, a partir da descoberta do petróleo na Bacia de Campos e do pagamento dos royalties a vários municípios, os movimentos emancipatórios proliferaram. No entanto, se do ponto de vista da configuração espacial muitas foram as mudanças, do ponto de vista da estrutura social pouco se alterou na realidade dos municípios. O pagamento de royalties aos municípios emancipados não foi suficiente para transformar a realidade dessas áreas, já que a pobreza e os problemas sociais em geral continuam crescendo, assim como são muitas as necessidades de infra-estrutura básica, apresentadas pelos municípios até os dias de hoje.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NEGATIVO

Ocorre quando a taxa de mortalidade é maior do que a de natalidade, ou seja, há uma redução da população absoluta, conforme visto na Aula 10.

RIO DE JANEIRO É O TERRITÓRIO DOS SERVIÇOS?

No estado do Rio de Janeiro, aparece a mais elevada taxa de população urbana do país. Mais de 95% de seus habitantes vivem em cidades (sedes de municípios) e em vilas (sedes distritais).

Dos 14.367.225 de habitantes do estado, 13.798.169 vivem em áreas urbanas, sendo que a região metropolitana concentra mais de 10 milhões de habitantes. Destaca-se aí a diminuição gradativa da população rural, que, entre 1991 e 2000, teve **CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NEGATIVO** de 0,74%.

Essa característica de concentração urbana decorre da presença da capital do país no Rio de Janeiro por quase dois séculos (de 1763 a 1960), além da função portuária e comercial da cidade. Mais tarde, com a formação da região metropolitana, chegaram levas de migrantes do Nordeste e, nas décadas mais recentes, das áreas rurais do estado.

O predomínio de população urbana se reflete nas atividades econômicas. Mais de 72% da população vive do setor terciário (comércio e serviços), 24% está empregada no setor secundário (indústrias de transformação e extrativas), e apenas 4% trabalha no setor primário (agropecuária).

Analisando-se a PEA (População Economicamente Ativa) do Rio de Janeiro, observa-se que contribuíram e ainda contribuem para o predomínio do setor terciário da economia fluminense:

- a condição de capital do país do Rio de Janeiro durante 197 anos;
- concentração de inúmeras sedes de empresas; o núcleo metropolitano tem a função de gestão, ou seja, sedia a matriz, controlando filiais, escritórios;

- o papel da cidade do Rio de Janeiro como produtora de serviços ligados à informação, à cultura e às empresas, inserindo-a no estágio mais avançado do capitalismo: o da globalização.

A urbanização acelerada do Rio de Janeiro ocasiona, entretanto, muitos problemas. As cidades que constituem área de atração para os migrantes de outras regiões do país e das áreas rurais da própria região não conseguem absorver, no mercado de trabalho, toda essa população crescente. Forma-se então uma população marginal – à margem da vida socioeconômica da cidade – que não consegue morar, trabalhar, enfim, integrar-se à sociedade urbana e ter um padrão de vida digno. Muitos recorrem ao **TRABALHO INFORMAL** e ao **SUBEMPREGO** que, na maioria dos casos, não dão condições mínimas de sobrevivência, e outros caem na criminalidade, aumentando a violência que assola os grandes centros urbanos.

Esse *território de serviços* passou a se caracterizar por um espaço de contrastes. Essa é a marca fundamental da organização do espaço urbano do Rio de Janeiro. Em praticamente todas as paisagens que observamos na cidade encontramos esses contrastes, como resultado da profunda desigualdade social existente e da segregação socioespacial que caracteriza o espaço geográfico carioca.

Os contrastes que visualizamos hoje na paisagem carioca são o resultado de um longo processo de segregação que, nos últimos anos, tem-se intensificado de forma significativa, em função do aumento da concentração de renda e da conseqüente deterioração das condições de vida de que tem sido vítima nos últimos a população brasileira, em geral, e a carioca, em particular. Sua vocação para a prestação de serviços não tem conseguido mudar essa realidade.

O esvaziamento econômico da cidade, a degradação da infraestrutura urbana, a manutenção de uma acentuada migração em direção à cidade e o empobrecimento generalizado da população de baixa renda fizeram proliferar no Rio as favelas, a mendicância, a população de rua, a economia informal, a violência, enfim, os problemas sociais.

Em oposição a isso, o aumento da capacidade de consumo das classes mais abastadas, proporcionado pelo processo de concentração da renda em curso nos últimos 50 anos (mais particularmente durante o “milagre econômico” e a ditadura militar), multiplicou os símbolos

TRABALHO INFORMAL

Trabalho sem carteira assinada, por conta própria, que não atende à legislação tributária nem trabalhista, pois não paga impostos nem dá direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro salário, aposentadoria.

SUBEMPREGO

Trabalho, geralmente, informal, que não dá condições mínimas de sobrevivência.

de riqueza e ostentação, como os carros importados, telefones celulares, *shoppings centers*, restaurantes, condomínios luxuosos etc.; multiplicou também atividades ilícitas, como o tráfico de drogas que se sofisticou, tanto em termos de consumo (cada vez mais a maconha, droga mais leve e barata, é substituída pela cocaína e outras drogas mais pesadas e caras) como em termos de organização, associando-se a outras atividades ilegais, como o contrabando de armas.

Enfim, nos últimos anos, o contraste só aumentou, apesar de algumas tentativas do estado de maquiá-lo (erradicando favelas das áreas mais valorizadas, recolhendo mendigos e restringindo a atividade dos camelôs), fazendo também ampliarem-se as marcas espaciais desse processo crescente de segregação vigente no espaço urbano.

As “urbanidades no rural”: grandes transformações

As urbanidades no rural são todas as mudanças de caráter urbano em áreas rurais, sem que essas áreas tenham se transformado em cidades.

No estado do Rio de Janeiro, a onda de emancipações a que já nos referimos, no final dos anos 1980 e durante os anos 1990, gerou uma intensificação da urbanização e diversas “urbanidades”. Os 27 municípios criados no estado, nesse período, alteraram profundamente o mercado de trabalho ao ampliarem o setor terciário da economia e criarem, indiretamente, várias “urbanidades”.

Em algumas áreas, como na região serrana fluminense, uma intensa ampliação das atividades turísticas e da construção civil retira das atividades agrícolas numerosas famílias, sendo que muitas continuam residindo fora do perímetro urbano. As indústrias mais tradicionais, como as do CAI (Complexo Agroindustrial) da baixada campista, têm mantido trabalhadores próximos às usinas, mesmo após o fechamento das mesmas. A maioria exerce atividades não-agrícolas.

Podemos concluir que o turismo e a industrialização da agricultura constituem as formas mais evidentes das mudanças no mercado de trabalho e confirmam a expansão das urbanidades no meio rural. Mas é importante destacar que a pobreza no campo e os conflitos pela posse da terra constituem um alerta sobre a falsa imagem de que o Rio de Janeiro é um estado essencialmente urbano.

Mas a expansão urbana tem alterado as dinâmicas rurais. É o caso de produtores rurais, que estão se tornando agricultores em tempo parcial

e passando a se dedicar a outras atividades para a complementação da renda familiar. Membros de famílias de agricultores inserem-se no mercado de trabalho como prestadores de serviços ou no setor comercial. Mesmo assim, a *ruralidade* fluminense é um fato que não pode ser desconsiderado ao se analisar a realidade do estado.



ATIVIDADE

2. O estado do Rio de Janeiro, uma das menores unidades territoriais do país, tem características que o individualizam no contexto nacional. Uma delas é o fato de apresentar a mais elevada taxa de população urbana do país; outra é o profundo contraste social apresentado no seu espaço. Levando em conta esses dados, responda:

- Que fatores favoreceram essa concentração urbana e de que maneira essa característica influencia nos setores da economia?
- Quais as consequências sociais do crescimento urbano acelerado?

RESPOSTA COMENTADA

Para atender ao objetivo de avaliar as consequências do acelerado crescimento urbano do Rio de Janeiro e o predomínio do setor terciário na economia, notamos que essa característica foi realçada pela condição inicial de capital do Brasil (mantida por quase 200 anos), que influenciou na concentração de habitantes nas áreas urbanas, assim como também pela presença das sedes de muitas empresas na capital do estado e o fato de essa cidade ser produtora de serviços ligados à informação e à cultura. Com essa concentração urbana, há o predomínio do setor terciário de atividades, como o comércio e a prestação de serviços. Já as consequências sociais podem ser vistas, todos os dias, na periferia do Grande Rio e nas áreas centrais da cidade. Os contrastes sociais, frutos dessa concentração urbana e da falta de políticas públicas adequadas e responsáveis, estão por toda parte.

AS EXPORTAÇÕES FLUMINENSES

Apesar de o petróleo ser o principal item da pauta de exportações do estado, caiu a participação do produto no total vendido. A indústria extrativa mineral, que respondia por 41,7% das exportações nos 12 meses acumulados até julho de 2004, passou a representar 33,27% das vendas externas no ano encerrado em julho de 2005. A metalurgia também apresentou queda de participação, nos mesmos períodos, respectivamente, de 21,3% para 14,9%, abrindo espaço, por outro lado, para um significativo crescimento de material de transporte, de 3,3% para 19,3%.

Entre os produtos cujas vendas mais aumentaram estão embarcações, peças e acessórios, com mais de 1.000% de expansão nos doze meses encerrados em julho de 2005. Automóveis, caminhões e ônibus cresceram 817,4%. Já os laminados de aço, ao contrário, recuaram 7,9% no mesmo período.

Mesmo com todos os recuos, no período de julho de 2004 a julho de 2005, o estado do Rio de Janeiro acumulou saldo comercial de 1.187 bilhões de dólares, segundo a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). Veja na **Tabela 25.2** os setores que mais contribuíram para o crescimento econômico do estado:

Tabela 25.2: Exportações do estado do Rio de Janeiro

Produtos	Valor (milhões de dólares)
Petróleo e gás natural	2.636
Embarcações, peças e acessórios	1.243
Laminados de aço	719
Óleos combustíveis	464
Máquinas, equipamentos, instalações	220
Automóveis, caminhões e ônibus	219
Produtos siderúrgicos básicos	190
Outros produtos metalúrgicos	141
Gasolina automotiva	135
Resinas, elastômeros e fibras	130
Demais produtos	1865
Total geral	7962

Fonte: Funcex, com base em dados da Secex/MDIC – de julho de 2004 a julho de 2005.

Pesquisa recente realizada pela Fundação CIDE aferiu a versão atualizada do IQM (Índice de Qualidade dos Municípios), indicador composto de 36 variáveis, que medem a capacidade de atração de novos negócios dos municípios fluminenses. Essa pesquisa aponta para o processo de interiorização do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. As cidades que lideram o *ranking* são Rio de Janeiro e Niterói – economias especializadas na chamada sociedade do conhecimento, fortemente baseadas nos segmentos dos serviços educacionais, sociais, entretenimento, entre outros, sendo a capital hegemônica, por sediar nove das dez maiores empresas do estado e ser detentora de 40% da capacidade de pesquisa científica e tecnológica do país. A terceira colocada é a cidade de Macaé, a capital do petróleo brasileiro. (Fonte: Ranulfo Vidigal. In: *Inflexão econômica*. Publicado no jornal *Monitor Mercantil*, em 4/7/2005.)

O PAPEL DA INDÚSTRIA NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

O maior crescimento registrado na avaliação do CIDE se deu no município de Porto Real, no médio Paraíba, que passou de 43º lugar em 1998 para 10º lugar na avaliação recente. O expressivo resultado da cidade do sul fluminense ocorreu em função da instalação das fábricas Peugeot-Citroën e Guardian, impulsionando a indústria local e consolidando o pólo metal-mecânico, que inclui ainda os municípios de Resende e Volta Redonda. No futuro, é a região de Sepetiba que vai se beneficiar com o aumento das exportações pelo porto, com reflexos diretos sobre Itaguaí, bem como sobre a Zona Oeste do Rio.

Outro destaque para o futuro é Duque de Caxias, em função do pólo gás químico. O pólo gás químico da Baixada Fluminense será o primeiro do país a produzir polietileno a partir do gás natural. Os outros pólos do país usam a nafta, que é um insumo importado e por isso encarece o produto. Espera-se que o pólo gás químico gere entre dez e quinze mil empregos. Para atender ao aumento da demanda por mão-de-obra especializada, o governo vai criar a Universidade da Zona Oeste (UEZO), que vai oferecer cursos superiores de polímeros, siderurgia, indústria naval e fármacos. Esse projeto, se concretizado, beneficiará todo o estado.

RIO DE JANEIRO É O TERRITÓRIO DA MATA ATLÂNTICA?

No decorrer de sua história, o Brasil teve devastada grande parte da vegetação natural, sendo que a pior situação é a da Mata Atlântica, da qual restam apenas 7,3% da vegetação natural que acompanha o litoral brasileiro desde o Nordeste até o Sul. No estado do Rio de Janeiro, pouco resta da vegetação natural.

No litoral sul, a Mata Atlântica aparece apenas na encosta íngreme da serra do Mar, quase atingindo o oceano. Nas baixadas litorâneas, a vegetação primitiva foi substituída por pastagens, mas pode ser encontrada em algumas unidades de conservação. O mesmo acontece no centro-sul fluminense.

No médio Vale do Paraíba, a área industrializada perdeu toda a sua vegetação florestal primitiva e deu lugar a áreas de pastagens e ocupação urbana. Constituem exceções as reservas florestais e os campos de altitude, encontrados no maciço de Itatiaia, protegido pelo Parque Nacional de Itatiaia.

Também no noroeste fluminense a devastação foi grande, e as únicas áreas que apresentam Mata Atlântica são os topos mais elevados das serras do Mar e da Mantiqueira.

Na baixada campista, a vegetação original é mantida apenas em parte da encosta da serra do Mar e na Floresta do Desengano, em Campos dos Goitacases e São Fidélis. A bacia do rio Macaé e o arquipélago de Santana, em Macaé, também conservam parte da cobertura vegetal e estão entre as áreas de preservação natural.

Na região serrana, temos 35% de área verde, apresentando cobertura florestal densa na área protegida pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Entretanto, apenas a vertente atlântica da serra do Mar mantém parte da floresta primitiva, enquanto nas encostas mais suaves, zona de maior ocupação humana, a floresta foi quase toda substituída por pastagens.

Esse é um problema grave, pois, além dos aspectos paisagísticos notáveis, merece destaque a função das florestas como reguladoras do ciclo hidrológico e da qualidade da água dos rios, reduzindo o risco de enchentes e inundações, da erosão dos solos e do assoreamento dos rios. Outras importantes funções a considerar são as de amenização do clima, de contribuição na preservação da biodiversidade e de sobrevivência de espécies da flora e da fauna, ameaçadas de extinção.

Dentre as agressões ambientais, destacam-se também as que castigam as águas dos rios, lagoas e oceano, como é o caso da bacia do Paraíba do Sul, situada em um importante centro econômico, que sofre os graves efeitos do avanço da poluição. Com isso, quatorze milhões de pessoas são afetadas, incluindo os moradores do Grande Rio, que são abastecidos pelo rio Guandu, captador do rio Paraíba do Sul.

Se esse é o quadro de destruição que afeta a mais importante riqueza natural do Rio de Janeiro, como pode ser considerada, ainda, uma importante fonte de exploração econômica? Será esta a característica que mais marca o espaço econômico regional do estado: a exploração de seus recursos naturais, representados em grande parte pelo que já possuiu ou pelo pouco que ainda possui deles, como é o caso da Mata Atlântica?

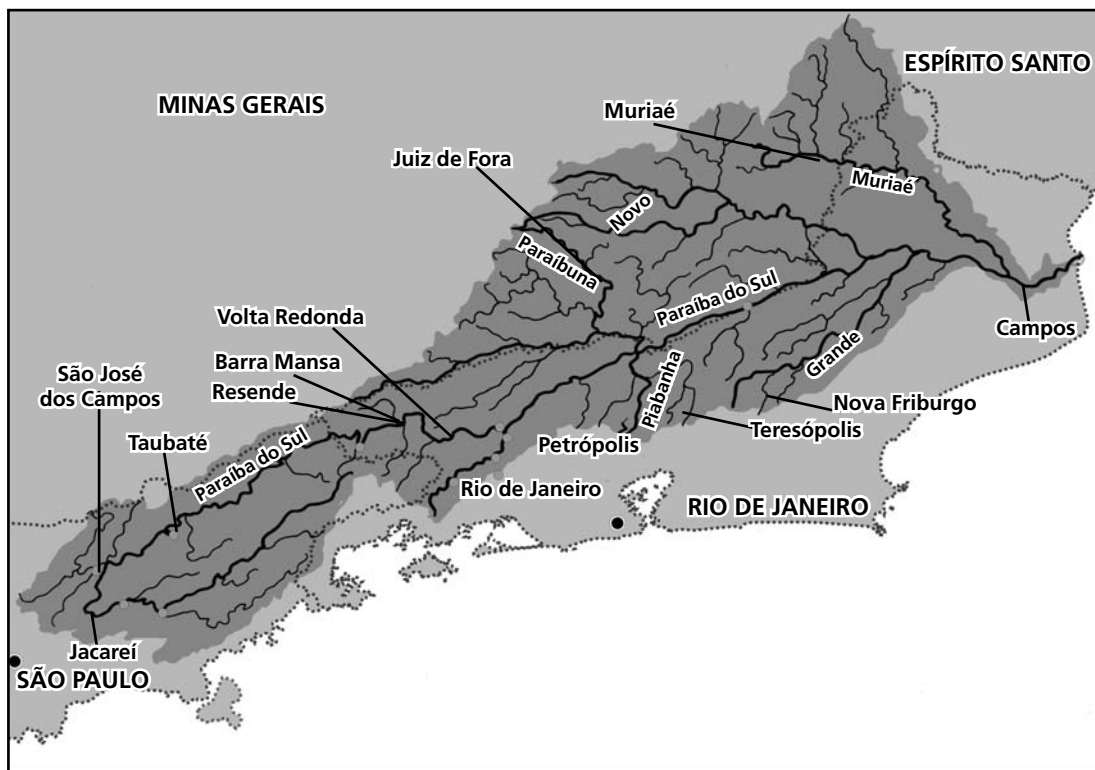


Figura 25.2: Bacia do Paraíba do Sul.



ATIVIDADE

3. A Mata Atlântica vem sendo destruída ao longo de nossa história, e o Rio de Janeiro não fica fora dessa devastação. Levando em conta que esse desmatamento não se iniciou nos dias atuais e tem atendido aos inúmeros interesses econômicos:

- Indique os efeitos negativos causados pela destruição da Mata Atlântica no Rio de Janeiro;
- Aponte uma atividade que substituiu o espaço antes ocupado pela Mata Atlântica em várias áreas do estado.

RESPOSTA COMENTADA

Com o objetivo de atender às necessidades de descrever as consequências socioambientais do processo de expansão econômica e das transformações no mercado de trabalho, nos detivemos no exemplo da destruição da Mata Atlântica no território fluminense. Esse recurso natural já foi bastante devastado para atender aos diversos “ciclos” econômicos desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro ao longo de sua história. Acontece que, sem a presença da floresta, fica comprometida a função reguladora do ciclo hidrológico e da qualidade das águas dos rios, que regula enchentes e inundações em áreas ribeirinhas. Além disso, a destruição da Mata Atlântica contribuiu para a destruição da biodiversidade e extinção de espécies e, na maioria dos casos, foi substituída por pastagens (num período mais atual), e atividades econômicas que favoreceram uma pequena elite da população (no passado), como no caso da cafeicultura, que provocou grandes estragos ambientais no estado.

É importante destacar que os problemas ambientais adquirem uma dimensão maior na região metropolitana do Rio de Janeiro, até mesmo pela concentração populacional.

Do total de municípios da região, treze deles constituem a bacia hidrográfica da baía de Guanabara (com seus 55 rios e canais). Esses rios acabam recebendo a grande carga de poluentes (dejetos industriais, esgoto industrial e doméstico etc.) produzidos na região metropolitana. Mas o dado mais alarmante é que apenas 25% do esgoto que é lançado na baía é tratado.

Assim, de que maneira pode-se pensar no território fluminense como um espaço que possui, ainda hoje, uma vocação de desenvolvimento calcado na exploração de seus recursos naturais, se sua utilização sempre foi e continua sendo extremamente predatória, conforme pudemos observar nesta aula?

CONCLUSÃO

Para concluir, vamos lembrar que a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, feita em 1975, está completando 30 anos em 2005, e alguns falam em “desfusão”, ou seja, no desmembramento do município do Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara) do restante do estado.

Nesse debate, uma questão está presente: 30 anos depois da fusão, a riqueza da Guanabara se espalhou pelo restante do estado ou a pobreza do

antigo estado do Rio de Janeiro invadiu a antiga capital? E mais, em que se têm pautado os projetos de desenvolvimento pensados para o estado?

Olhando os números, as duas posições têm suas razões. Segundo dados do CIDE, em 2003, pela primeira vez a economia do interior se tornou maior do que a da capital. Observe ainda que alguns mitos deformam a realidade. A idéia de que a Guanabara era rica é um desses mitos. Na verdade, o empobrecimento e o esvaziamento econômico já vinham ocorrendo desde a mudança da capital para Brasília, em 1960, e apenas se intensificaram substancialmente desde então.

De qualquer modo, houve uma interiorização do desenvolvimento, muito alavancada pela descoberta de petróleo na bacia de Campos e pelas instalações industriais no sul do estado (Resende, Porto Real). Tal interiorização, entretanto, agravou os contrastes socioeconômicos, pois uma parte da população ficou excluída desse desenvolvimento, do mesmo modo como ocorreu com a urbanização acelerada na metrópole.

A busca de uma identidade para o habitante do estado do Rio de Janeiro ou uma disputa capital *versus* interior são questões irrelevantes. O maior desafio é refazer a trajetória de desenvolvimento do estado pautando-se na exploração respeitosa e equilibrada de todos os setores da economia, buscando contribuir para a verdadeira luta, que é a da distribuição mais justa da renda, das terras e pela geração de empregos, que possam garantir a todos uma vida digna, com acesso à saúde e à educação.

Esperamos, com esta última aula, ter cumprido com nosso maior objetivo, que era o de fechar um ciclo de aulas que levasse você a uma ampliação da capacidade de reflexão sobre o espaço em que você vive, sobre as formas de exploração do espaço físico e social, numa tentativa de contribuir para a construção de sua trajetória de ser pensante, crítico e atuante, na construção da própria realidade.

ATIVIDADE FINAL

Leia o trecho abaixo:

“Hora de discutir a relação. O casamento do estado do Rio com a Guanabara está abalado. Após 30 anos, já há quem fale até em divórcio...” (Publicado em *O Globo* de 13 de março de 2005).

a. Aponte dois fatores que favoreceram a interiorização do desenvolvimento nesses 30 anos.

b. Apresente sua posição sobre o debate “Desfusão x Manutenção da fusão” e justifique sua opinião.

RESPOSTA COMENTADA

Para melhor compreensão dos problemas reais do estado e suas origens, procuramos mostrar que a interiorização do desenvolvimento se deveu mais a fatores locais como a descoberta do petróleo em Campos e à instalação de indústrias em municípios do sul do estado, do que à expansão da “riqueza” da antiga Guanabara, que já estava bastante comprometida por ocasião da fusão, 15 anos após a mudança da capital para Brasília.

No item b a resposta é livre. O aluno deverá discutir com os colegas de pólo e com o tutor sobre os argumentos de cada um.

RESUMO

O Rio de Janeiro é um estado que possui grande destaque no cenário nacional, embora apresente grandes contrastes em relação às condições socioeconômicas de sua população.

O petróleo se destaca na economia do estado, liderando as exportações, embora, neste último ano (julho 2004/ julho 2005), a participação do produto no total exportado tenha caído um pouco.

Com o pagamento dos *royalties* a municípios da área onde ocorre a exploração do petróleo, muitos novos municípios surgiram a partir de processos de emancipação, pois as sedes distritais se sentiam prejudicadas na distribuição dos recursos.

O setor de serviços é o pilar da economia do estado, com 65,5% do PIB (Produto Interno Bruto), resultado, principalmente, da elevada urbanização do Rio de Janeiro. Essa urbanização tem consequências negativas como o desemprego, o subemprego, o aumento da criminalidade e da violência. A destruição da Mata Atlântica, a poluição dos rios, das lagoas, das baías constituem, também, sérios problemas de nosso estado.

Referências

Aula 19

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1998.

CUNHA, Murilo Alves. *O novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasília: PNUD, 1998.

MARAFON Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Orgs). *Estudos da geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

MUCCIOLO, Marcos; MODESTO, Nilo Sérgio. *Rio de Janeiro: um enfoque para o vestibular*. Rio de Janeiro, 1995.

O GRANDE e desunido Rio. O GLOBO, Rio de Janeiro, 22 jun. 2005. Caderno especial.

Aula 20

BRANCO, Samuel Murgel. *A Serra do Mar e a Baixada*. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Desafios)

CUNHA, Murilo Alves. *O novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

MARAFON, Glaucio José, RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

Aula 21

ABREU, Maurício de A. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, 1992.

BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 28, n. 2, 1996.

BRANCO, Samuel Murgel. *A serra e a baixada*. São Paulo: Moderna, 1993.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

OLIVEIRA, Renata R. *Inovações produtivas e novos atores no espaço rural do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

REIS, Carla de Brito; ELICHER, Maria Jaqueline (Orgs.). *Desenvolvimento socioeconômico da Região Serrana*. Rio de Janeiro: CIDE, 2000.

Aula 22

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio G. *Brasil: uma nova potência econômica no mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: CNG, 1960.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

MUCCIOLO, Marcos; MODESTO, Nilo Sérgio. *Rio de Janeiro: um enfoque para o vestibular*. Rio de Janeiro, 1995.

SYDENSTRICKER, Iara. *Guia Socioeconômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993. v. 1.

SITE

FUNDAÇÃO CIDE. Disponível em: <www.cide2.rj.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2005.

Aula 23

CUNHA, Murilo Alves. *O novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

FUNDAÇÃO CIDE. *Estabelecimentos e áreas por grupos de áreas das propriedades rurais*. Rio de Janeiro: CIDE, 2000.

_____. *Indicadores sociais da região Litoral Sul*. Rio de Janeiro: CIDE, 2000.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

MUCCIOLO, Marcos; MODESTO, Nilo Sergio. *Rio de Janeiro: um enfoque para o vestibular*. Rio de Janeiro, 1995.

SITE

SÍTIO Histórico - Ecológico Caminho do ouro.

Informações históricas. Disponível em: <<http://www.caminhodoouro.com.br/info.htm>>.

Acesso em: 14 set. 2005.

Aula 24

CUNHA, Murilo Alves. *O novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Sondagem Econômica Regional*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2000. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/notas/cgi/cgilua.exe/web/templates/htm/firjanweb/view_ECONOMIA.htm?user=reader&inford=4026>. Acesso em: 14 set. 2005.

FUNDAÇÃO CIDE. Indicadores socioeconômicos da região noroeste fluminense. Rio de Janeiro: CIDE, 2000.

MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

MUCCIOLO, Marcos; MODESTO, Nilo Sergio. *Rio de Janeiro: um enfoque para o vestibular*. Rio de Janeiro, 1995.

SITE

SÍTIO Histórico - Ecológico Caminho do ouro. Informações históricas. Disponível em: <<http://www.caminhodoouro.com.br/info.htm>>. Acesso em: 14 set. 2005.

Aula 25

CUNHA, Murilo Alves. *O novo Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves. 1975.

MUCCIOLO, Marcos. MODESTO, Nilo Sergio. *Rio de Janeiro: um enfoque para o vestibular*. Rio de Janeiro, 1995.

MARAFON, Glaucio José, RIBEIRO, Miguel Ângelo (Orgs). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

SITES

FUNDAÇÃO CIDE. Disponível em: <www.cide.rj.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <www.sedet.rj.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2005.

ISBN 85-7648-225-8



9 788576 482253



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

